



# ESTADO DO CEARÁ

# DIÁRIO DA JUSTIÇA

ELETRÔNICO

Ano XIII • Edição 2970 • Fortaleza, sexta-feira, 18 de novembro de 2022  
Caderno 1: Administrativo

Fortaleza, Ano XIII - Edição 2970

EDITADO PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**DESA. MARIA NAILDE PINHEIRO NOGUEIRA**  
PRESIDENTE

**DES. ANTÔNIO ABELARDO BENEVIDES MORAES**  
VICE-PRESIDENTE

**DES. PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO**  
CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA

## TRIBUNAL PLENO

Desa. Maria Nailde Pinheiro Nogueira - Presidente  
Des. Fernando Luiz Ximenes Rocha  
Desa. Maria Iracema Martins do Vale  
Des. Antônio Abelardo Benevides Moraes  
Des. Emanuel Leite Albuquerque  
Des. Paulo Francisco Banhos Ponte  
Des. Durval Aires Filho  
Des. Francisco Gladysson Pontes  
Des. Francisco Darival Beserra Primo  
Des. Francisco Bezerra Cavalcante  
Des. Inácio de Alencar Cortez Neto  
Des. Washington Luis Bezerra de Araújo  
Des. Carlos Alberto Mendes Forte  
Des. Teodoro Silva Santos  
Desa. Maria Iraneide Moura Silva  
Des. Luiz Evaldo Gonçalves Leite  
Desa. Maria Vilauba Fausto Lopes  
Desa. Lisete de Sousa Gadelha  
Des. Raimundo Nonato Silva Santos  
Des. Paulo Ailton Albuquerque Filho  
Desa. Maria Edna Martins  
Des. Mário Parente Teófilo Neto  
Desa. Tereze Neumann Duarte Chaves  
Des. José Tarcílio Souza da Silva  
Desa. Maria de Fátima de Melo Loureiro  
Desa. Lígia Andrade de Alencar Magalhães  
Desa. Lira Ramos de Oliveira  
Des. Heráclito Vieira de Sousa Neto  
Des. Francisco Carneiro Lima  
Des. Francisco Mauro Ferreira Liberato  
Desa. Marlúcia de Araújo Bezerra  
Des. Henrique Jorge Holanda Silveira  
Des. Sérgio Luiz Arruda Parente  
Des. Francisco Luciano Lima Rodrigues  
Desa. Maria do Livramento Alves Magalhães  
Des. José Ricardo Vidal Patrocínio  
Desa. Maria das Graças Almeida de Quental  
Desa. Joriza Magalhães Pinheiro  
Des. Carlos Augusto Gomes Correia  
Des. José Evandro Nogueira Lima Filho  
Desa. Maria Ilina Lima de Castro  
Desa. Rosilene Ferreira Facundo  
Desa. Jane Ruth Maia de Queiroga  
Desa. Andréa Mendes Bezerra Delfino  
Desa. Sílvia Soares de Sá Nóbrega  
Des. André Luiz de Souza Costa  
Des. Everardo Lucena Segundo  
Desa. Vanja Fontenele Pontes  
Des. José Lopes de Araújo Filho  
Des. Francisco Eduardo Torquato Scorsafava  
Desa. Ângela Teresa Gondim Carneiro Chaves  
Dr. Benedito Helder Afonso Ibiapina - Juiz Convocado  
Dr. Francisco Jaime Medeiros Neto - Juiz Convocado  
Dra. Fátima Maria Rosa Mendonça - Juiza Convocada  
Secretário - Dr. Nilsiton Rodrigues de Andrade Aragão

## ÓRGÃO ESPECIAL

(Reuniões às quintas-feiras com início às 13h30min)  
Desa. Maria Nailde Pinheiro Nogueira - Presidente  
Des. Fernando Luiz Ximenes Rocha  
Desa. Maria Iracema Martins do Vale  
Des. Antônio Abelardo Benevides Moraes  
Des. Emanuel Leite Albuquerque  
Des. Paulo Francisco Banhos Ponte  
Des. Durval Aires Filho  
Des. Francisco Darival Beserra Primo  
Des. Francisco Bezerra Cavalcante  
Des. Inácio de Alencar Cortez Neto  
Des. Teodoro Silva Santos - Convocado  
Des. Paulo Ailton Albuquerque Filho  
Desa. Maria Edna Martins  
Desa. Tereze Neumann Duarte Chaves  
Desa. Lígia Andrade de Alencar Magalhães  
Des. Heráclito Vieira de Sousa Neto  
Des. Francisco Carneiro Lima  
Des. Francisco Mauro Ferreira Liberato  
Des. Francisco Luciano Lima Rodrigues  
Des. José Ricardo Vidal Patrocínio  
Secretário - Dr. Nilsiton Rodrigues de Andrade Aragão

## SEÇÃO DE DIREITO PÚBLICO

(Reuniões às últimas terças-feiras de cada mês, com início às 13h30min)  
Des. Fernando Luiz Ximenes Rocha - Presidente  
Desa. Maria Iracema Martins do Vale  
Des. Paulo Francisco Banhos Ponte  
Des. Francisco Gladysson Pontes  
Des. Washington Luis Bezerra de Araújo  
Des. Teodoro Silva Santos  
Desa. Maria Iraneide Moura Silva  
Des. Luiz Evaldo Gonçalves Leite  
Desa. Maria Vilauba Fausto Lopes  
Desa. Lisete de Sousa Gadelha  
Des. Raimundo Nonato Silva Santos  
Desa. Tereze Neumann Duarte Chaves  
Des. José Tarcílio Souza da Silva  
Des. Francisco Luciano Lima Rodrigues  
Desa. Joriza Magalhães Pinheiro  
Dra. Fátima Maria Rosa Mendonça - Juiza Convocada  
Secretário - Dr. Nilsiton Rodrigues de Andrade Aragão

## 1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

(Reuniões às segundas-feiras com início às 13h30min)  
Des. Fernando Luiz Ximenes Rocha - Presidente  
Des. Paulo Francisco Banhos Ponte  
Des. Teodoro Silva Santos  
Desa. Lisete de Sousa Gadelha  
Des. José Tarcílio Souza da Silva  
Secretária - Dra. Naiana Rocha Frota Philomeno Gomes

## 2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

(Reuniões às quartas-feiras com início às 13h30min)  
Des. Francisco Gladysson Pontes  
Desa. Maria Iraneide Moura Silva - Presidente  
Des. Luiz Evaldo Gonçalves Leite  
Des. Raimundo Nonato Silva Santos  
Desa. Tereze Neumann Duarte Chaves  
Secretária - Dra. Ismenia Nogueira Alencar Bitencourt

## 3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

(Reuniões às segundas-feiras com início às 13h30min)  
Desa. Maria Iracema Martins do Vale - Presidente  
Des. Washington Luis Bezerra de Araújo  
Desa. Maria Vilauba Fausto Lopes  
Des. Francisco Luciano Lima Rodrigues  
Desa. Joriza Magalhães Pinheiro  
Dra. Fátima Maria Rosa Mendonça - Juiza Convocada  
Secretário - Dr. David Aguiar Costa

## SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

(Reuniões às últimas segundas-feiras de cada mês, com início às 08h30min)  
Des. Emanuel Leite Albuquerque - Presidente  
Des. Durval Aires Filho  
Des. Francisco Darival Beserra Primo  
Des. Francisco Bezerra Cavalcante  
Des. Inácio de Alencar Cortez Neto  
Des. Carlos Alberto Mendes Forte  
Desa. Maria de Fátima de Melo Loureiro  
Desa. Lira Ramos de Oliveira  
Des. Heráclito Vieira de Sousa Neto  
Des. Francisco Mauro Ferreira Liberato  
Desa. Maria do Livramento Alves Magalhães  
Des. José Ricardo Vidal Patrocínio  
Desa. Maria das Graças Almeida de Quental  
Des. Carlos Augusto Gomes Correia  
Des. José Evandro Nogueira Lima Filho  
Desa. Jane Ruth Maia de Queiroga  
Des. André Luiz de Souza Costa  
Des. Everardo Lucena Segundo  
Des. José Lopes de Araújo Filho  
Dr. Benedito Helder Afonso Ibiapina - Juiz Convocado  
Secretário - Dr. Nilsiton Rodrigues de Andrade Aragão

## 1ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

(Reuniões às quartas-feiras com início às 13h30min)  
Des. Emanuel Leite Albuquerque  
Des. Heráclito Vieira de Sousa Neto - Presidente  
Des. Francisco Mauro Ferreira Liberato  
Des. José Ricardo Vidal Patrocínio  
Des. Carlos Augusto Gomes Correia  
Secretária - Dra. Lia Karam Soares

## 2ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

(Reuniões às quartas-feiras com início às 08h30min)  
Des. Inácio de Alencar Cortez Neto  
Des. Carlos Alberto Mendes Forte - Presidente  
Desa. Maria de Fátima de Melo Loureiro  
Desa. Maria das Graças Almeida de Quental  
Des. Everardo Lucena Segundo  
Secretária - Dra. Kátia Cilene Teixeira

## 3ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

(Reuniões às quartas-feiras com início às 08h30min)  
Desa. Lira Ramos de Oliveira - Presidente  
Desa. Jane Ruth Maia de Queiroga  
Des. André Luiz de Souza Costa  
Des. José Lopes de Araújo Filho  
Dr. Benedito Helder Afonso Ibiapina - Juiz Convocado  
Secretária - Dra. Lorena Monteiro de Oliveira

## 4ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

(Reuniões às terças-feiras com início às 08h30min)  
Des. Durval Aires Filho  
Des. Francisco Darival Beserra Primo  
Des. Francisco Bezerra Cavalcante  
Desa. Maria do Livramento Alves Magalhães - Presidente  
Des. José Evandro Nogueira Lima Filho  
Secretário - Dr. Marcel Benevides dos Santos

## SEÇÃO CRIMINAL

(Reuniões às últimas segundas-feiras de cada mês, com início às 13h30min)  
Desa. Maria Edna Martins - Presidente  
Des. Mário Parente Teófilo Neto  
Desa. Lígia Andrade de Alencar Magalhães  
Des. Francisco Carneiro Lima  
Desa. Marlúcia de Araújo Bezerra  
Des. Henrique Jorge Holanda Silveira  
Des. Sérgio Luiz Arruda Parente  
Desa. Maria Ilina Lima de Castro  
Desa. Rosilene Ferreira Facundo  
Desa. Andréa Mendes Bezerra Delfino  
Desa. Sílvia Soares de Sá Nóbrega  
Desa. Vanja Fontenele Pontes  
Des. Francisco Eduardo Torquato Scorsafava  
Desa. Ângela Teresa Gondim Carneiro Chaves  
Dr. Francisco Jaime Medeiros Neto - Juiz Convocado  
Secretário - Dr. Nilsiton Rodrigues de Andrade Aragão

## 1ª CÂMARA CRIMINAL

(Reuniões às terças-feiras com início às 13h30min)  
Desa. Maria Edna Martins  
Des. Mário Parente Teófilo Neto - Presidente  
Desa. Lígia Andrade de Alencar Magalhães  
Des. Francisco Carneiro Lima  
Desa. Sílvia Soares de Sá Nóbrega  
Secretária - Dra. Cinthia Andréia Mesquita Silva

## 2ª CÂMARA CRIMINAL

(Reuniões às quartas-feiras com início às 13h30min)  
Des. Sérgio Luiz Arruda Parente - Presidente  
Desa. Maria Ilina Lima de Castro  
Desa. Vanja Fontenele Pontes  
Des. Francisco Eduardo Torquato Scorsafava  
Dr. Francisco Jaime Medeiros Neto - Juiz Convocado  
Secretária - Dra. Ana Amélia Feitosa Oliveira

## 3ª CÂMARA CRIMINAL

(Reuniões às terças-feiras com início às 08h30min)  
Desa. Marlúcia de Araújo Bezerra  
Des. Henrique Jorge Holanda Silveira - Presidente  
Desa. Rosilene Ferreira Facundo  
Desa. Andréa Mendes Bezerra Delfino  
Desa. Ângela Teresa Gondim Carneiro Chaves  
Secretário - Dr. José Wellington de Oliveira Lobo

## CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

(Reuniões às 2ª e 4ª segundas-feiras, com início às 17h)

Desa. Maria Nailde Pinheiro Nogueira - Presidente  
Des. Antônio Abelardo Benevides Moraes  
Des. Paulo Ailton Albuquerque Filho  
Des. Carlos Alberto Mendes Forte

Des. Luiz Evaldo Gonçalves Leite  
Desa. Maria Edna Martins  
Des. Heráclito Vieira de Sousa Neto  
Secretário - Dr. Nilsiton Rodrigues de Andrade Aragão



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA

## PORTARIAS, PROVIMENTOS E OUTROS ATOS DA PRESIDÊNCIA

### PORTARIA Nº 2479/2022

Transfere as comemorações do Dia da Justiça, dia 08 de dezembro de 2022, para o dia 19 de dezembro de 2022

**A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, **CONSIDERANDO** o disposto no artigo 3º da Portaria nº 179/2022 (DJe 09/02/2022), que “Fixa os pontos facultativos e feriados, entre 21 de fevereiro de 2022 e 06 de janeiro de 2023, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará, e dá outras providências”,

#### RESOLVE:

Art. 1º. Transferir as comemorações do Dia da Justiça, dia 08 de dezembro de 2022, para o dia 19 de dezembro de 2022.

Parágrafo único. Haverá expediente normal, no âmbito do Poder Judiciário do Ceará, no dia 08 de dezembro de 2022 e ponto facultativo no dia 19 de dezembro de 2022.

Art. 2º. A prestação jurisdicional de natureza urgente, no dia 19 de dezembro de 2022, conforme Resolução nº 71/2009, e alterações posteriores, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), será garantida pelos plantões judiciários no âmbito do primeiro e segundo graus de jurisdição, seguindo escalas previstas em portarias próprias (TJCE e comarcas do interior, da Presidência do Tribunal de Justiça; Comarca de Fortaleza, da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 18 de novembro de 2022.

**Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira**  
**Presidente do Tribunal de Justiça**

### PORTARIA Nº2449/2022

Dispõe sobre a expansão do Sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe)

**A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

**CONSIDERANDO** a Resolução do Órgão Especial do TJCE nº 05/2020, que Instituiu o Processo Judicial Eletrônico (PJe) como o sistema informatizado de constituição e tramitação de processos judiciais no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará;

**CONSIDERANDO** a Portaria nº 2223/2022, de 28 de outubro de 2022, que atualiza o portfólio de projetos estratégicos da Gestão 2021-2023 e prioriza do Projeto de Unificação do Sistema Judicial (PJe) no Portfólio de iniciativas estratégicas da referida Gestão;

**CONSIDERANDO** a necessidade de aprimoramento da padronização dos dados em consonância com a parametrização da Base Nacional de Dados do Poder Judiciário – DataJud, instituída pela Resolução nº 331/2020 do Conselho Nacional de Justiça.

#### RESOLVE:

Art. 1º Expandir o sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe para as unidades do **6º Ciclo de Migração e Implantação** da 2ª Fase do Projeto de Unificação do Sistema Judicial, com o objetivo de tramitação de processos com classes judiciais das competências de **Execução Fiscal** e de **Fazenda Pública**, conforme o cronograma a seguir:

6º Ciclo de Migração e Implantação (2ª fase)	Data
Migração dos processos do SAJ para o PJe	02/12/2022 a 04/12/2022
Implantação Assistida	05/12/2022 a 09/12/2022

§1º A supervisão das unidades elencadas no Anexo Único desta Portaria deverá informar os dados solicitados para implantação, com pelo menos **5 (cinco) dias úteis** da data do início da migração conforme o cronograma do *caput* desse artigo, à Gerência de Demandas de Negócio do PJe, por meio de formulário a ser enviado a unidade via SAJADM – CPA.

§2º Para efetivação da migração do Sistema de Automação da Justiça – SAJ para o Processo Judicial Eletrônico – PJe, é necessário que o processo atenda aos seguintes requisitos:

I – estar localizado na respectiva unidade;

II – os processos de Execução Fiscal estarem alocados na competência “Execução Fiscal” no SAJPG;

III – os processos da Fazenda Pública estarem com a Tarja “Fazenda Pública Interior” atribuída no SAJPG;

IV – ser eletrônico (autos plenamente digitalizados);

V – estar pendente de baixa pela parametrização do Conselho Nacional de Justiça;

VI – não estar remetido a outro foro ou outra instância;

VII – estar com a classe e assunto de acordo com regras estabelecidas nas Tabelas Processuais Unificadas do Conselho Nacional de Justiça;



VIII – estar com todos os documentos assinados e juntados aos autos;

IX – não estar com mandados pendentes de cumprimento (em aberto).

§3º Em casos de processos não migrados em razão de assinatura inválida em documentos, a unidade judicial poderá assiná-los novamente, mediante certidão nos autos e identificação das páginas reassinadas, para viabilização da migração.

§4º Os processos com documentos pendentes de juntada dos últimos 30 (trinta) dias não serão migrados. Caso os documentos pendentes de juntada datem de período superior a 30(trinta) dias, o documento será desconsiderado e a migração dos processos será efetivada.

§5º Os processos que não atenderem aos requisitos de migração elencados ou outros processos que a unidade verifique que não foram migrados, conforme o cronograma do art. 1º, permanecerão no Sistema de Automação da Justiça - SAJ até que a unidade judicial realize os ajustes necessários e efetue a migração, por meio do painel de migração disponibilizado pela Secretaria de Tecnologia da Informação – SETIN.

§6º A Gerência de Demandas de Negócio do PJe e a Secretaria de Tecnologia da Informação - SETIN atuarão em apoio e colaboração com a unidade judicial para efetivação da migração dos processos.

§7º Encerrada a migração para o Sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe, referida no caput do art. 1º, todos os processos das competências de Execução Fiscal e de Fazenda Pública estarão localizados na tarefa **[SAJ] Processos Ativos**, devendo a unidade judicial analisar e impulsionar os processos.

Art. 2º Os mandados pendentes deverão ser cumpridos e encerrados no SAJ até a data da migração do ciclo em que está contemplada a unidade, conforme disposição do Anexo Único.

§1º Os mandados urgentes ou em trâmite deverão ser cumpridos até o início da data de migração, prevista pelo art. 1º, *caput*.

§2º Em caso de não cumprimento de mandado, o processo não será migrado, observado o disposto no art. 1º §5º desta Portaria.

Art. 3º Os casos novos da competência de Execução Fiscal e de Fazenda Pública, deverão tramitar, exclusivamente, no sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe, a partir do dia **05 de dezembro de 2022**, ficando estabelecido que:

Parágrafo Único. A Secretaria de Tecnologia da Informação - SETIN deverá adotar as providências para bloquear o peticionamento de processos judiciais novos no Portal e-SAJ e a distribuição dos processos no Sistema de Automação da Justiça – SAJ da competência de Execução Fiscal, a partir da data mencionada no *caput*.

Art. 4º A capacitação de servidores, magistrados, procuradores, promotores, defensores públicos, advogados e demais operadores, obedecerá ao seguinte cronograma:

Data	Hora	Público-alvo
28/11/2022 a 02/12/2022	8h às 12h e 13h às 15h	Servidores da Secretaria (turma 1)
28/11/2022 a 02/12/2022	8h às 12h e 13h às 15h	Servidores da Secretaria (turma 2)
29/11/2022 a 01/12/2022	8h às 12h e 13h às 17h	Magistrados e servidores do Gabinete (turma 1)
29/11/2022 a 01/12/2022	8h às 12h e 13h às 17h	Magistrados e servidores do Gabinete (turma 1)
29/11/2022	8h às 12h	Procuradores do Estado e dos Municípios do interior.
29/11/2022	13h às 17h	Advogados
30/11/2022	8h às 12h	Defensores Públicos
30/11/2022	13h às 17h	Promotores de Justiça
01/12/2022	8h às 12h	Oficiais de Justiça

Art. 5º Fica estabelecida a suspensão dos prazos processuais e do atendimento no âmbito dos processos de competência de Execução Fiscal e de Fazenda Pública nas unidades judiciais, ressalvados os atendimentos urgentes e as audiências já agendadas, do dia **05 de dezembro de 2022 a 18 de dezembro de 2022**.

Art. 6º Os recursos interpostos nos processos que tramitam nas unidades contempladas no ciclo de migração, disciplinado nesta Portaria, deverão ser protocolados conforme o sistema no qual o processo de origem esteja tramitando.

Parágrafo Único. Os recursos de agravos de instrumentos protocolados até o momento da migração do processo no primeiro grau devem ser protocolados no SAJSG (segundo grau); após a migração, o protocolo deve ser realizado no Sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe segundo grau.



Art. 7º Os casos omissos serão resolvidos pela Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

Art. 8º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

Fortaleza, 17 de novembro de 2022.

**Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira**  
**Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará**

ANEXO ÚNICO DA PORTARIA Nº 2449/2022

Relação das Unidades do 6º Ciclo de Migração e Implantação do PJe (2ª Fase)

1ª Vara Cível da Comarca de Acopiara
2ª Vara Cível da Comarca de Acopiara
1ª Vara Cível da Comarca de Aracati
2ª Vara Cível da Comarca de Aracati
1ª Vara Cível da Comarca de Canindé
2ª Vara Cível da Comarca de Canindé
1ª Vara Cível da Comarca de Icó
2ª Vara Cível da Comarca de Icó
1ª Vara Cível da Comarca de Iguatu
2ª Vara Cível da Comarca de Iguatu
1ª Vara Cível da Comarca de Limoeiro Do Norte
2ª Vara Cível da Comarca de Limoeiro Do Norte
1ª Vara Cível da Comarca de Morada Nova
2ª Vara Cível da Comarca de Morada Nova
1ª Vara Cível da Comarca de Quixadá
2ª Vara Cível da Comarca de Quixadá
1ª Vara Cível da Comarca de Tauá
2ª Vara Cível da Comarca de Tauá
2ª Vara da Comarca de Beberibe
2ª Vara da Comarca de Boa Viagem
2ª Vara da Comarca De Brejo Santo
2ª Vara da Comarca de Mombaça
2ª Vara da Comarca de Quixeramobim
2ª Vara da Comarca de Senador Pompeu
Vara Única da Comarca de Aiuaba
Vara Única da Comarca de Alto santo
Vara Única da Comarca de Araripe
Vara Única da Comarca de Assaré
Vara Única da Comarca de Aurora
Vara Única da Comarca de Barro
Vara Única da Comarca de Campos Sales
Vara Única da Comarca de Caridade
Vara Única da Comarca de Caririáçu
Vara Única da Comarca de Cedro
Vara Única da Comarca de Farias brito



Vara Única da Comarca de Icapuí
Vara Única da Comarca de Ipaumirim
Vara Única da Comarca de Iracema
Vara Única da Comarca de Jaguaretama
Vara Única da Comarca de Jaguaribe
Vara Única da Comarca de Jaguaruana
Vara Única da Comarca de Jardim
Vara Única da Comarca de Jucás
Vara Única da Comarca de Lavras da Mangabeira
Vara Única da Comarca de Mauriti
Vara Única da Comarca de Milagres
Vara Única da Comarca de Missão Velha
Vara Única da Comarca de Nova Olinda
Vara Única da Comarca de Orós
Vara Única da Comarca de Pedra Branca
Vara Única da Comarca de Pereiro
Vara Única da Comarca de Porteiras
Vara Única da Comarca de Saboeiro
Vara Única da Comarca de Santana do Cariri
Vara Única da Comarca de Solonópole
Vara Única da Comarca de Tabuleiro do Norte
Vara Única da Comarca de Várzea Alegre

**PORTARIA Nº 2457/2022**

Dispõe sobre atuação do Núcleo Permanente de Apoio às Comarcas do Interior.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ (TJCE), no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução do Tribunal Pleno nº 03, de 15 de abril de 2021, que instituiu o Núcleo Permanente de Apoio às Comarcas do Interior - NUPACI;

CONSIDERANDO que o NUPACI tem por objetivo auxiliar na elaboração e processamento de expedientes das unidades judiciárias das comarcas do interior, visando à redução da taxa de congestionamento das unidades, o aumento da produtividade, a celeridade no cumprimento dos atos e a padronização dos procedimentos;

RESOLVE:

Art. 1º Designar o Núcleo Permanente de Apoio às Comarcas do Interior – NUPACI para auxiliar na elaboração e processamento de expedientes da 1ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia pelo período de 21/11/2022 a 19/12/2022.

§1º. Os servidores do NUPACI deverão atuar de acordo com as orientações da magistrada supervisora, que irá direcionar os trabalhos do Núcleo em conjunto com o juiz titular, auxiliar ou em responsabilidade da unidade jurisdicional contemplada.

Art. 2º A Secretaria de Tecnologia da Informação deverá providenciar os acessos necessários aos fluxos dos sistemas processuais utilizados nas unidades em referência.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, 17 de novembro de 2022.

**Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira**  
**Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará**

**PORTARIA Nº 2471/2022**

Dispõe sobre exoneração e nomeação de cargos de provimento em comissão.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º, inciso VII, da lei estadual nº 16.208, de 03 de abril de 2017;

CONSIDERANDO as declarações e demais informações constantes do Processo Administrativo nº 8500324-52.2022.8.06.0171;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar JOÃO LUCAS SAMPAIO FALCÃO, matrícula nº 45660, do cargo em comissão de Assistente de Unidade Judiciária – Entrância Final, símbolo DAE-4, com lotação na 1ª Vara Criminal da Comarca de Tauá, e nomear ALANE DIAS



FROTA para o referido cargo.

Art. 2º – Exonerar ALANE DIAS FROTA, matrícula nº 40877, do cargo em comissão de Assistente de Apoio Judiciário, símbolo DAJ-4, com lotação na Vara Única da Comarca de Independência, e nomear JOÃO LUCAS SAMPAIO FALCÃO para o referido cargo.

Art. 3º – Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, 18 de novembro de 2022.

**Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira**  
**Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará**

#### **PORTARIA Nº 2472/2022**

Dispõe sobre exoneração e nomeação de cargo de provimento em comissão.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º, inciso VII, da lei estadual nº 16.208, de 03 de abril de 2017;

CONSIDERANDO as declarações e demais informações constantes do Processo Administrativo nº 8500068-57.2022.8.06.0156,

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar, a pedido, VITOR MORAIS DA SILVA FURTADO, matrícula nº 10204, do cargo em comissão de Assistente de Unidade – Entrância Inicial, símbolo DAE-6, com lotação na Vara Única da Comarca de Redenção e nomeá-lo para o cargo em comissão de Assistente de Unidade – Entrância Inicial, símbolo DAE-6, com lotação na 1ª Vara da Comarca de Redenção.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, 18 de novembro de 2022.

**Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira**  
**Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará**

#### **PORTARIA Nº 2476/2022**

Dispõe sobre exoneração e nomeação de cargo de provimento em comissão.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º, inciso VII, da lei estadual nº 16.208, de 03 de abril de 2017;

CONSIDERANDO as declarações e demais informações constantes dos Processos Administrativos nº 8500096-57.2022.8.06.0113 e 8500097-42.2022.8.06.0113;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar KAIO EMANUEL DE SOUSA SILVA, matrícula 46962, do cargo em comissão de Assistente de Unidade Judiciária – Entrância Intermediária, símbolo DAE-5, com lotação na 2ª Vara Cível da Comarca de Acopiara e nomear JOSÉ ELTON SOARES DA SILVA para o referido cargo.

Art. 2º – Exonerar MARINILDE SILVA VALE, servidora cedida, matrícula nº 3486, do cargo em comissão de Supervisor de Unidade – Entrância Intermediária, símbolo DAJ-4, com lotação na 2ª Vara Cível da Comarca de Acopiara e nomear MAURÍCIO FEITOSA DE ABREU para o referido cargo.

Art. 3º – Exonerar JOSÉ ELTON SOARES DA SILVA, matrícula 40686, do cargo em comissão de Assistente de Unidade Judiciária – Entrância Inicial, símbolo DAE-6, com lotação na Vara Única da Comarca de Jucás e nomear KAIO EMANUEL DE SOUSA SILVA para o referido cargo.

Art. 4º – Exonerar MAURÍCIO FEITOSA DE ABREU, matrícula 42733, do cargo em comissão de Supervisor de Unidade Judiciária – Entrância Inicial, símbolo DAJ-5, com lotação na Vara Única da Comarca de Jucás e nomear RAMON CAVALCANTI E SILVA para o referido cargo.

Art. 5º – Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, 18 de novembro de 2022.

**Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira**  
**Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará**

#### **PORTARIA Nº 2469/2022**

Dispõe sobre exoneração de cargo de provimento em comissão.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º, inciso VII, da lei estadual nº 16.208, de 03 de abril de 2017;

CONSIDERANDO as declarações e demais informações constantes do Processo Administrativo nº 8523832-55.2022.8.06.0000.

RESOLVE exonerar, a pedido, a partir de 27 de novembro de 2022, FERNANDA LEONTSINIS CARVALHO BRANCO, matrícula nº 46282, do cargo em comissão de Assistente de Apoio Judiciário, símbolo DAJ-4, com lotação no 4º Juizado Auxiliar das Varas Criminais

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, 18 de novembro de 2022.

**Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira**  
**Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará**

**PORTARIA nº 2475/2022**

Dispõe sobre exoneração de cargo de provimento em comissão.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º, inciso VII, da lei estadual nº 16.208, de 03 de abril de 2017;

CONSIDERANDO as declarações e demais informações constantes do Processo Administrativo nº 8518313-02.2022.8.06.0000;

RESOLVE exonerar, a partir de 08 de setembro de 2022, PIERO OLIVEIRA BARBACOV, matrícula nº 22891, do cargo em comissão de Assessor I, símbolo DAE-1, com lotação no Gabinete do Desembargador Antônio Pádua Silva.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ. Fortaleza, 18 de novembro de 2022.

**Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira**  
**Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará**

**PORTARIA Nº 2474/2022**

Dispõe sobre exoneração de cargo de provimento em comissão.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º, inciso VII, da lei estadual nº 16.208, de 03 de abril de 2017;

CONSIDERANDO as declarações e demais informações constantes do Processo Administrativo nº 8523925-18.2022.8.06.0000.

RESOLVE exonerar, a pedido, a partir de 11 de novembro de 2022, LARA CUSTODIO LIMA FEITOSA PIMENTEL, matrícula nº 23110, do cargo em comissão de Assessor I, símbolo DAE-1, com lotação no gabinete do Desembargador José Ricardo Vidal Patrocínio.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, 18 de novembro de 2022.

**Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira**  
**Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará**

**PORTARIA Nº 2470/2022**

Dispõe sobre exoneração e nomeação de cargo de provimento em comissão.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º, inciso VII, da lei estadual nº 16.208, de 03 de abril de 2017;

CONSIDERANDO as declarações e demais informações constantes dos Processos Administrativos nº 8500462-31.2022.8.06.0070 e 8500463-16.2022.8.06.0070;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar, a partir de 21.11.22, BÁRBARA GUIMARÃES PADILHA VILAR, matrícula 47782, do cargo em comissão de Assistente de Unidade Judiciária – Entrância Intermediária, símbolo DAE-5, com lotação na Vara Única Criminal da Comarca de Crateús e nomear MARIA HELLEN ROZA MARTINS para o referido cargo.

Art. 2º – Exonerar, a partir de 21.11.22, MARIA HELLEN ROZA MARTINS, matrícula nº 42739, do cargo em comissão de Supervisor de Unidade – Entrância Intermediária, símbolo DAJ-4, com lotação na Vara Única Criminal da Comarca de Crateús e nomear GERIANY LIMA MONTE, Analista Judiciária, matrícula 8118, para o referido cargo.

Art. 3º – Exonerar, a partir de 21.11.22, HERMANO BARREIRA CAVALCANTE, matrícula 48041, do cargo em comissão de Assistente de Unidade Judiciária – Entrância Intermediária, símbolo DAE-5, com lotação na 2ª Vara Cível da Comarca de Crateús e nomear BÁRBARA GUIMARÃES PADILHA VILAR para o referido cargo.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, 18 de novembro de 2022.

**Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira**  
**Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará**

**PORTARIA Nº 2478/2022**

Dispõe sobre exoneração e nomeação de cargo de provimento em comissão.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º, inciso VII, da lei estadual nº 16.208, de 03 de abril de 2017;

CONSIDERANDO as declarações e demais informações constantes do Processo Administrativo nº 8500071-96.2022.8.06.0031;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar EMANUELA DA SILVA SEVERINO, matrícula 44894, do cargo em comissão de Assistente de Unidade – Entrância Inicial, símbolo DAE-6, com lotação na Vara Única da Comarca de Alto Santo e nomear BIANCA RODRIGUES SOARES, para o referido cargo.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.



REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, 18 de novembro de 2022.

**Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira**  
**Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará**

**PORTARIA Nº 2477/2022**

Dispõe sobre nomeação de cargo de provimento em comissão.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º, inciso VII, da lei estadual nº 16.208, de 03 de abril de 2017;

CONSIDERANDO as declarações e demais informações constantes do Processo Administrativo nº 8500080-76.2022.8.06.0122;

RESOLVE:

Art. 1º – Nomear LARA SAMPAIO FERNANDES para o cargo em comissão de Assistente de Apoio Judiciário, símbolo DAJ-4, com lotação na Vara Única da Comarca de Mauriti.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, 18 de novembro de 2022.

**Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira**  
**Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará**

**PORTARIA Nº 2473/2022**

Dispõe sobre exoneração de cargo de provimento em comissão.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º, inciso VII, da lei estadual nº 16.208, de 03 de abril de 2017;

CONSIDERANDO as declarações e demais informações constantes do Processo Administrativo nº 8501155-15.2022.8.06.0000.

RESOLVE exonerar, a pedido, a partir de 14 de novembro de 2022, ANTÔNIO VITAL ALVES DA SILVA, matrícula nº 45878, do cargo em comissão de Assistente de Unidade Judiciária – Entrância Final, símbolo DAE-4, com lotação na Vara Única da Infância e Juventude da Comarca de Sobral.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, 18 de novembro de 2022.

**Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira**  
**Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará**

**PORTARIA Nº 2467/2022**

Institui o Programa de Qualidade de Auditoria – PQAUD da Auditoria Interna do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO a Resolução CNJ nº 309, de 11 de março de 2020, que aprova as Diretrizes Técnicas das Atividades de Auditoria Interna Governamental do Poder Judiciário – DIRAUD-Jud e dá outras providências;

CONSIDERANDO o Art. 29 da Resolução do Órgão Especial nº 20, de 28 de julho de 2022, que prevê a instituição e manutenção de “programa de qualidade de auditoria que contemple toda a atividade de auditoria interna, desde o seu planejamento até o monitoramento das recomendações.”;

CONSIDERANDO as normas que compõem a Estrutura Internacional de Práticas Profissionais (International Professional Practices Framework – IPPF) do The Institute of Internal Auditors (IIA), que dispõem sobre a avaliação da conformidade da atividade de auditoria interna mediante a instituição de um programa de avaliação e melhoria da qualidade;

CONSIDERANDO os objetivos estratégicos “Fortalecer a governança e a comunicação institucional” e “Fortalecer a gestão e a sustentabilidade orçamentária e financeira” do Plano Estratégico TJCE 2030;

RESOLVE:

Art. 1º Instituir o Programa de Qualidade de Auditoria – PQAUD da Auditoria Interna do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

Art. 2º As avaliações previstas no Programa se iniciarão nas atividades de auditoria executadas a partir de 2023.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 18 de novembro de 2022.

**Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira**  
**Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará**

**PORTARIA Nº 2443 /2022**

Dispõe sobre a concessão de diárias e passagem aérea para Magistrada.

O Superintendente da Área Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nas disposições da Resolução do Órgão Especial nº 30/2022 (DJ 13/10/2022) e na Portaria 1707/2022 (DJ 03/08/2022),





CONSIDERANDO a decisão da Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, em designar a Juíza de Direito Ana Kayrena da Silva Freitas, Titular da 8ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza, para viajar a Foz do Iguaçu-PR, no período de 29 de novembro a 03 de dezembro do corrente ano, para participarem do 50º Fórum Nacional dos Juizados Especiais – FONAJE e na 12ª Edição do Fórum Nacional de Mediação e Conciliação – FONAMEC, período de 30 de novembro a 02 de dezembro de 2022, de conformidade com o Processo nº 8520905-19.2022.8.06.0000

RESOLVE:

Art 1º Conceder o pagamento de 04 e ½ (quatro e meia) diárias, no valor unitário de R\$ 1.091,52 (hum mil e noventa e um reais e cinquenta e dois centavos), e uma ajuda de custo no valor de R\$ 272,88 (duzentos e setenta e dois reais e oitenta e oito centavos), totalizando R\$ 5.184,72 (cinco mil, cento e oitenta e quatro reais e setenta e dois centavos), passagem aérea no trecho FORTALEZA/FOZ DO IGUAÇU/FORTALEZA, para a magistrada indicada.

Art 2º Autorizar a emissão da Nota de Empenho e o pagamento dos valores acima, referente à despesa vinculada ao primeiro grau de jurisdição, obedecidas as formalidades legais.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

SUPERINTENDÊNCIA DA ÁREA JUDICIÁRIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, 16 de novembro de 2022.

**Nilsiton Rodrigues de Andrade Aragão**  
Superintendente da Área Judiciária

**PORTARIA Nº 2414/2022**

Dispõe sobre a concessão de diárias e passagem aérea para Desembargadora.

O Superintendente da Área Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nas disposições da Resolução do Órgão Especial nº 30/2022 (DJ 13/10/2022) e na Portaria 1707/2022 (DJ 03/08/2022),

CONSIDERANDO a decisão da Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, em designar o Desembargador Paulo Airton Albuquerque Filho, para viajar a Brasília-DF, nos dias 21 e 22 de novembro do corrente ano, para participar do 16º Encontro Nacional do Poder Judiciário, de conformidade com o Processo nº 8502430-34.2022.8.06.0026

RESOLVE:

Art 1º Conceder o pagamento de 01 e ½ (uma e meia) diárias, no valor unitário de R\$ 1.148,97 (hum mil, cento e quarenta e oito reais e noventa e sete centavos), e uma ajuda de custo no valor de R\$ 287,24 (duzentos e oitenta e sete reais e vinte e quatro centavos), totalizando R\$2.010,70 (dois mil e dez reais e setenta centavos), bem como, passagem aérea no trecho FORTALEZA/BRASÍLIA/FORTALEZA, para o Desembargador indicado.

Art 2º Autorizar a emissão da Nota de Empenho e o pagamento dos valores acima, referente à despesa vinculada ao segundo grau de jurisdição, obedecidas as formalidades legais.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

SUPERINTENDÊNCIA DA ÁREA JUDICIÁRIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, 10 de novembro de 2022.

**Nilsiton Rodrigues de Andrade Aragão**  
Superintendente da Área Judiciária

**PORTARIA Nº 2446 /2022**

Dispõe sobre a concessão de diárias e passagem aérea para magistrado.

O Superintendente da Área Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nas disposições da Resolução do Órgão Especial nº 30/2022 (DJ 13/10/2022) e na Portaria 1707/2022 (DJ 03/08/2022),

CONSIDERANDO a decisão da Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, em designar Ricardo Alexandre da Silva Costa, Juiz Auxiliar da Presidência, para viajar a Brasília-DF, no período de 20 a 23 de novembro do corrente ano, para participar do 16º Encontro Nacional do Poder Judiciário, nos dias 21 e 22 de novembro de 2022, de conformidade com o Processo nº 8521683-86.2022.8.06.0000

RESOLVE:

Art 1º Conceder o pagamento de 03 e ½ (três e meia) diárias, no valor unitário de R\$ 1.091,52 (hum mil e noventa e um reais e cinquenta e dois centavos), e uma ajuda de custo no valor de R\$ 272,88 (duzentos e setenta e dois reais e oitenta e oito centavos), totalizando R\$ 4.093,20 (quatro mil e noventa e três reais e vinte centavos), passagem aérea no trecho FORTALEZA/BRASÍLIA/CUIABÁ, para o magistrado indicado.

Art 2º Autorizar a emissão da Nota de Empenho e o pagamento dos valores acima, referente à despesa vinculada ao primeiro grau de jurisdição, obedecidas as formalidades legais.



PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.  
SUPERINTENDÊNCIA DA ÁREA JUDICIÁRIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, 16 de novembro de 2022.

**Nilsiton Rodrigues de Andrade Aragão**  
**Superintendente da Área Judiciária**

**PORTARIA Nº 2442 /2022**

Dispõe sobre a concessão de diárias e passagem aérea para Magistrados.

O Superintendente da Área Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nas disposições da Resolução do Órgão Especial nº 30/2022 (DJ 13/10/2022) e na Portaria 1707/2022 (DJ 03/08/2022),

CONSIDERANDO a decisão da Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, em designar os Magistrados Bruno dos Anjos, André de Carvalho Amorim e Sirley Cíntia Pacheco Prudêncio, para viajarem a Foz do Iguaçu-PR, no período de 29 de novembro a 03 de dezembro do corrente ano, para participarem do 50º Fórum Nacional dos Juizados Especiais – FONAJE e na 12ª Edição do Fórum Nacional de Mediação e Conciliação – FONAMEC, período de 30 de novembro a 02 de dezembro de 2022, de conformidade com o Processo nº 8521824-08.2022.8.06.0000

**RESOLVE:**

Art 1º Conceder o pagamento de 04 e ½ (quatro e meia) diárias, no valor unitário de R\$ 1.091,52 (hum mil e noventa e um reais e cinquenta e dois centavos), e uma ajuda de custo no valor de R\$ 272,88 (duzentos e setenta e dois reais e oitenta e oito centavos), totalizando R\$ 5.184,72 (cinco mil, cento e oitenta e quatro reais e setenta e dois centavos), em favor dos magistrados Bruno dos Anjos e Sirley Cíntia Pacheco Prudêncio, bem como, passagem aérea no trecho FORTALEZA/FOZ DO IGUAÇU/FORTALEZA, para os magistrados indicados e Conceder o pagamento de 04 e ½ (quatro e meia) diárias, no valor unitário de R\$ 1.039,95 (hum mil e trinta e nove reais e noventa e cinco centavos), e uma ajuda de custo no valor de R\$ 259,23 (duzentos e cinquenta e nove reais e vinte e três centavos), totalizando R\$ 4.925,51 (quatro mil, novecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e um centavos), em favor do magistrado André de Carvalho Amorim, bem como, passagem aérea no trecho FORTALEZA/FOZ DO IGUAÇU/ FORTALEZA, para o magistrado indicado.

Art 2º Autorizar a emissão da Nota de Empenho e o pagamento dos valores acima, referente à despesa vinculada ao primeiro grau de jurisdição, obedecidas as formalidades legais.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.  
SUPERINTENDÊNCIA DA ÁREA JUDICIÁRIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, 16 de novembro de 2022.

**Nilsiton Rodrigues de Andrade Aragão**  
**Superintendente da Área Judiciária**

**PORTARIA Nº 2433/2022**

A Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, usando de suas atribuições legais, considerando o que foi apreciado no Processo Administrativo nº 8500383-49.2022.8.06.0071,

**RESOLVE:**

Alterar a escala do Plantão Judiciário do 1º grau do 1º Núcleo Regional de Custódia e de Inquéritos nas datas abaixo indicadas, designando as respectivas Varas plantonistas:

- 29 de dezembro de 2022 – Auxiliar Privativo do 1º Núcleo Regional de Custódia e de Inquéritos;
- 31 de dezembro de 2022 – Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Crato.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, em 18 de novembro de 2022.

**Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira**  
**Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará**

**Portaria nº 2460/2022**

Dispõe sobre vinculação de juiz leigo no âmbito do Sistema dos Juizados Especiais do Estado do Ceará.

A Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais;  
CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 02/2019, de 7 de fevereiro de 2019, do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará;  
CONSIDERANDO o processo administrativo nº 8500097-75.2022.8.06.0005;

RESOLVE designar o juiz leigo Francisco Jacinto de Lemos Oliveira, inscrição nº 922002210 para atuar, no período de



14/11/2022 a 20/12/2022, na 12ª Unidade de Juizado Especial Cível da Comarca de Fortaleza, sem prejuízo de sua atual vinculação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, aos 18 dias do mês de novembro de 2022.

**Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira**  
**Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará**

**PORTARIA Nº 2462/2022**

**Dispõe sobre desligamento de juíza leiga no âmbito do Sistema dos Juizados Especiais do Estado do Ceará.**

A Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 02/2019, de 7 de fevereiro de 2019, do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará;

CONSIDERANDO o processo administrativo nº 8514874-77.2022.8.06.0001;

RESOLVE desligar Joyciane Carvalho Borges, inscrição nº 922000260, do programa de juiz(iza) leigo(a) do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, a partir do dia 11/11/2022.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, aos 18 dias do mês de novembro de 2022.

**Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira**  
**Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará**

**PORTARIA Nº 2463/2022**

Dispõe sobre desligamento de juíza leiga no âmbito do Sistema dos Juizados Especiais do Estado do Ceará.

A Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no exercício de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 02/2019, de 7 de fevereiro de 2019, do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará;

CONSIDERANDO o processo administrativo nº 8514874-77.2022.8.06.0001;

RESOLVE desligar Brena Kezia Pereira Marques, inscrição nº 922000781, do programa de juiz(iza) leigo(a) do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, a partir do dia 16/11/2022.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, aos 18 dias do mês de novembro de 2022.

**Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira**  
**Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará**

**PORTARIA Nº 2464/2022**

Dispõe sobre revogação parcial da Portaria nº 2013/2022 e designação da Juíza de Direito Ana Célia Pinho Carneiro.

A Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, ao apreciar o Processo Administrativo nº 8500067-84.2022.8.06.0152;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar parcialmente a Portaria nº 2013/2022, na parte em que designou o Juiz de Direito José Hercy Ponte de Alencar, Titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Quixadá, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 2ª Vara Cível da Comarca de Quixadá.

Art. 2º Designar a Juíza de Direito Ana Célia Pinho Carneiro, Titular do 1º Juizado Auxiliar da 3ª Zona Judiciária, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 2ª Vara Cível da Comarca de Quixadá, no período de 01/12/2022 a 31/01/2023.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, 18 de novembro de 2022.

**Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira**  
**Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará**

**PORTARIA Nº 2468/2022**

Dispõe sobre a designação do Juiz de Direito Marcelo Durval Sobral Feitosa para exercer a função de Diretor do Fórum da Comarca de Morada Nova.



A Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, usando de suas atribuições legais, com base nas disposições do art. 104, da Lei de Organização Judiciária do Estado do Ceará (Lei Estadual nº 16.397, de 14 de novembro de 2017) e ao apreciar o Processo Administrativo nº 8500378-50.2022.8.06.0128;

**RESOLVE** designar o Juiz de Direito Marcelo Durval Sobral Feitosa, Titular da 1ª Vara Cível da Comarca de Morada Nova, para, sem prejuízo de suas atribuições, exercer a função de Diretor do Fórum da Comarca de Morada Nova, durante férias da magistrada Cristiane Maria Castelo Branco Machado Ramos, no período de 21/11 a 15/12/2022.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, 18 de novembro de 2022

**Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira**  
**Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará**

#### **PORTARIA Nº 2458/2022**

Nomeação de Juiz de Direito para o cargo de Desembargador.

**A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ (TJCE)**, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

**CONSIDERANDO** o disposto no artigo 93, III, da Constituição Federal, no art. 96, V, da Constituição do Estado, no art. 85 do Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará, assim como no art. 22, caput, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (RITJCE), no sentido de que o cargo de Desembargador(a) será preenchido por acesso ou nomeação, obedecendo os critérios de antiguidade e de merecimento, alternadamente;

**CONSIDERANDO** o Edital nº 188/2022, da Presidência, que facultou as inscrições para os juizes e as juízas de Direito que se interessassem no acesso ao cargo de Desembargador, pelo critério de antiguidade, na vaga deixada pela Desembargadora Francisca Adelineide Viana;

**CONSIDERANDO** a deliberação ocorrida na sessão do Tribunal Pleno nº 20, de 17/11/2022, acerca do Edital nº 198/2022 (DJe 21/10/2022), pelo acesso do Juiz de Direito Benedito Helder Afonso Ibiapina ao cargo de Desembargador, pelo critério de antiguidade,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o Juiz de Direito Benedito Helder Afonso Ibiapina, Titular da 4ª Vara de Família de Fortaleza, para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Ceará, pelo critério de antiguidade, passando a integrar a 3ª Câmara de Direito Privado e a respectiva Seção.

Parágrafo único. A efetivação no cargo dar-se-á com a posse.

Art. 2º. Quando da posse, a Superintendência da Área Judiciária informará, via CPA, à Secretaria de Gestão de Pessoas e à Secretaria Judiciária do Tribunal de Justiça, para os devidos fins.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, aos 17 de novembro de 2022.

**Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira**  
**Presidente do Tribunal de Justiça**

#### **PORTARIA Nº 1666/2019**

Dispõe sobre aposentadoria de magistrado.

O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Processo Administrativo nº 8516065-78.2013.8.06.0000,

**CONSIDERANDO** o teor da decisão judicial nos autos do Mandado de Segurança nº 0620698-48.2014.8.06.0000,

**RESOLVE** aposentar voluntariamente por tempo de contribuição, a partir de 20 de setembro de 2013, MANOEL CEFAS FONTELES TOMAZ no cargo de Desembargador, matrícula nº 93755, nos termos do art. 3º, incisos I e II e parágrafo único da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 6 de julho de 2005, ATRIBUINDO-LHE o provento mensal no valor de R\$ 25.323,50 (vinte e cinco mil, trezentos e vinte e três reais e cinquenta centavos), conforme Lei estadual nº 15.310, de 04 de março de 2013, que alterou a Lei estadual nº 14.527, de 08 de dezembro de 2009, em forma de subsídio instituído pelo art. 39, §4º, da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988 (com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998), e Lei estadual nº 12.919, de 30 de junho de 1999.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 21 de outubro de 2019.

**Desembargador Washington Luiz Bezerra de Araújo**  
**Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará**

Autorizado pelo Tribunal de Contas do Estado do Ceará, conforme Resolução nº 7173/2022, em sessão datada de 07 de outubro de 2022, o registro do ato de aposentadoria de MANOEL CEFAS FONTELES TOMAZ no cargo de Desembargador.

#### **PORTARIA Nº 846/2022 -SGP**

Dispõe sobre pagamento de Gratificação por Exercício de Magistério.

O Secretário de Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º, inciso III da Portaria nº 1707/2022, de



01 de agosto de 2022,

CONSIDERANDO o que consta no Processo Administrativo nº 8511450-27.2022.8.06.0001,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a gratificação pelo exercício de magistério, no valor de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais), ao servidor Felipe José Prevost Montenegro Santiago, matrícula nº 40360, Especialista em Direito Processual Penal.

Art. 2º - A gratificação a que se refere o Art. 1º é devida ao servidor por atuar como formador do curso "Aperfeiçoamento no Sistema Eletrônico de Execução Unificada – SEEU", que ocorreu no período de 22 de setembro a 21 de outubro de 2022, com carga horária total de 15h/a, na modalidade a distância.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, 18 de novembro de 2022.

**Felipe de Albuquerque Mourão**  
**Secretário de Gestão de Pessoas**

#### **PORTARIA Nº 847/2022 -SGP**

Dispõe sobre pagamento de Gratificação por Exercício de Magistério.

O Secretário de Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º, inciso III da Portaria nº 1707/2022, de 01 de agosto de 2022,

CONSIDERANDO o que consta no Processo Administrativo nº 8514213-98.2022.8.06.0001,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a gratificação pelo exercício de magistério, no valor de R\$ 900,00 (seiscentos reais), à servidora Kátia Michelle Matos de Oliveira, matrícula nº 7709, Mestra em Logística e Pesquisa Operacional.

Art. 2º - A gratificação a que se refere o Art. 1º é devida à servidora por atuar como formadora do curso "Introdução ao Sistema SEI", que ocorreu nos dias 20 e 21 de outubro de 2022, com carga horária total de 6h/a, na modalidade a distância.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, 18 de novembro de 2022.

**Felipe de Albuquerque Mourão**  
**Secretário de Gestão de Pessoas**

#### **PORTARIA Nº 845/2022 -SGP**

Dispõe sobre pagamento de Gratificação por Exercício de Magistério.

O Secretário de Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º, inciso III da Portaria nº 1707/2022, de 01 de agosto de 2022,

CONSIDERANDO o que consta no Processo Administrativo nº 8512958-08.2022.8.06.0001,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a gratificação pelo exercício de magistério, no valor de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), à servidora Ticiane de Albuquerque Castelo Branco Mourão, matrícula nº 4328, Especialista em Direito Público.

Art. 2º - A gratificação a que se refere o Art. 1º é devida à servidora por atuar como formadora do curso "Aperfeiçoamento no Sistema de Automação Judicial do Segundo Grau – SAJSG", que ocorreu nos dias 05 e 07 de outubro de 2022, com carga horária total de 10h/a, na modalidade a distância.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, 18 de novembro de 2022.

**Felipe de Albuquerque Mourão**  
**Secretário de Gestão de Pessoas**

#### **PORTARIA Nº 0050/2022**

Dispõe sobre concessão de diárias para servidores.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no



uso das atribuições que lhe confere o Art. 5º, inciso XIV, da Portaria nº 320/2021, publicada no Diário da Justiça eletrônico do dia 17 de fevereiro de 2021;

**RESOLVE:**

Art.1º. Conceder diárias a servidores, nos termos do Anexo desta Portaria, ao tempo que autoriza a emissão de nota de empenho e o pagamento dos referidos valores, obedecidas as formalidades legais, cuja despesa está vinculada ao segundo grau de jurisdição.

**PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ. Fortaleza, em **18 de Novembro de 2022.**

**PEDRO ÍTALO SAMPAIO GIRÃO**

Secretário de Administração e Infraestrutura

**ANEXO**

#	Referência	Servidor (a)	Qtde. de Diárias	Valor Unitário Diária com Pernoite (R\$)	Valor Unitário Diária sem Pernoite (R\$)	Valor Total de Diárias (R\$)	Período de Referência
01	8524233-54.2022.8.06.0000	Robson William Girão Saraiva	1 s/ pernoite	-	140,79	140,79	16/11/22
02	8524233-54.2022.8.06.0000	Afonso Miranda de Carvalho	1 s/ pernoite	-	140,79	140,79	16/11/22
03	8524292-42.2022.8.06.0000	Teomazi Dantas Leão	5 c/ pernoite 1 s/ pernoite	281,57	140,79	1.548,64	09/11/22 à 14/11/22
04	8524369-51.2022.8.06.0000	Afonso Henrique L. B. De Oliveira	2 c/ pernoite 1 s/ pernoite	281,57	140,79	703,93	21/11/22 à 23/11/22

**PORTARIA Nº 835 /2022 SGP**

Dispõe sobre substituição de titular de cargo comissionado.

O Secretário de Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 5º, inciso XVII, da Portaria nº 1707/2022, disponibilizada no Diário da Justiça Eletrônico de 03 de agosto de 2022,

CONSIDERANDO o que consta no Processo Administrativo nº 8523136-19.2022.8.06.0000,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar FRANCISCO GILBERTO BRITO TEIXEIRA, Coordenador / DAJ-2, matrícula nº 51799, lotado na Coordenadoria de Análise e Cumprimento Cível Residual, para substituir RENATA SALES DE CASTRO, Diretora II / DAE-2, matrícula nº 8770, lotada na Diretoria Cível Residual, durante o seu afastamento por 15 (quinze) dias de férias, no período de 05/12/2022 a 19/12/2022.

Art. 2º - Autorizar o pagamento previsto no artigo 3º, da Resolução do Órgão Especial nº 21, disponibilizada no Diário de Justiça Eletrônico de 12 de setembro de 2019, após apresentação do documento atestatório da efetiva substituição.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, aos 16 de novembro de 2022.

**Felipe de Albuquerque Mourão**

Secretário de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº 836 /2022 SGP**

Dispõe sobre substituição de titular de cargo comissionado.

O Secretário de Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 5º, inciso XVII, da Portaria nº 1707/2022, disponibilizada no Diário da Justiça Eletrônico de 03 de agosto de 2022,

CONSIDERANDO o que consta no Processo Administrativo nº 8522578-47.2022.8.06.0000,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar CILENE COSTA DOS SANTOS, Analista Judiciária / SPJNS matrícula nº 22575, lotada na Coordenadoria de Comparas, para substituir TATYANA BARBOSA MATIAS, Supervisor Operacional símbolo DAJ-4, matrícula nº 6149, lotada no Serviço de Almoxarifado, durante o seu afastamento por 15 (quinze) dias de férias, no período de 01.11.2022 a 15.11.2022.

Art. 2º - Autorizar o pagamento previsto no artigo 3º, da Resolução do Órgão Especial nº 21, disponibilizada no Diário de Justiça Eletrônico de 12 de setembro de 2019, após apresentação do documento atestatório da efetiva substituição.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, aos 09 de novembro de 2022.

**Felipe de Albuquerque Mourão**

Secretário de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº 837 /2022 SGP**

Dispõe sobre substituição de titular de cargo comissionado.

O Secretário de Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 5º, inciso XVII, da Portaria nº 1707/2022, disponibilizada no Diário da Justiça Eletrônico de 03 de agosto de 2022,

CONSIDERANDO o que consta no Processo Administrativo nº 8523287-82.2022.8.06.0000,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar CYNTHIA DE SOUSA ANDRADE PEQUENO, Analista Judiciária / SPJNS, matrícula nº 22539, para substituir FRANCISCO CLEMILDO DO NASCIMENTO, Assessor I, símbolo DAE-1, matrícula nº 621, ambos lotados no Gabinete da Desembargadora Maria Ina Lima de Castro, durante o seu afastamento por 10 (dez) dias de férias, no período de 07/11/2022 a 16/11/2022.

Art. 2º - Autorizar o pagamento previsto no artigo 3º, da Resolução do Órgão Especial nº 21, disponibilizada no Diário de Justiça Eletrônico de 12 de setembro de 2019, após apresentação do documento atestatório da efetiva substituição.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, aos 16 de novembro de 2022.

**Felipe de Albuquerque Mourão**  
**Secretário de Gestão de Pessoas**

**PORTARIA Nº 838 /2022 SGP**

Dispõe sobre substituição de titular de cargo comissionado.

O Secretário de Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 5º, inciso XVII, da Portaria nº 1707/2022, disponibilizada no Diário da Justiça Eletrônico de 03 de agosto de 2022,

CONSIDERANDO o que consta no Processo Administrativo nº 8514034-67.2022.8.06.0001,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar ROCHELLY ARRAIS SILVEIRA, Técnico Judiciário / SPJNM, matrícula nº 4185, para substituir TATIANA BEZERRA CARNEIRO, Assessor I, símbolo DAE-1, matrícula nº 5505, ambas lotadas no Gabinete do Desembargador Sérgio Luiz Arruda Parente, durante o seu afastamento por 30 (trinta) dias de férias, no período de 12/09/2022 a 11/10/2022,

Art. 2º - Autorizar o pagamento previsto no artigo 3º, da Resolução do Órgão Especial nº 21, disponibilizada no Diário de Justiça Eletrônico de 12 de setembro de 2019, após apresentação do documento atestatório da efetiva substituição.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, aos 16 de novembro de 2022.

**Felipe de Albuquerque Mourão**  
**Secretário de Gestão de Pessoas**

**Assessoria de Precatórios**  
**DESPACHO DE RELATORES**

**0001035-94.2016.8.06.0000 - Precatório.** Credor: E. C. P.. Advogada: Jucilia Costa do Amaral (OAB: 2628/CE). Devedor: E. do C.. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Despacho: - DECISÃO ADMINISTRATIVA Observe que a Assessoria de Precatórios prestou informação, à página 388, para indicar a existência de suficiência de saldo para quitação deste requisitório e daqueles que o antecedem na lista de ordem cronológica, com exceção dos precatórios suspensos sem provisionamento. Além disso, compulsando os autos constatei que pairam dúvidas acerca da titularidade dos honorários sucumbenciais, explico: conforme consta na procuração de página 14, o credor constituiu para atuar no processo judicial de origem os advogados José Caminha de Oliveira OAB/CE n.º 4.993, Jucilia Costa do Amaral OAB/CE n.º 2.628 e Adriano Bezerra Caminha de Oliveira OAB/CE n.º 15.494. Já o ofício requisitório apontou tão somente a advogada Jucilia Costa do Amaral como detentora da verba sucumbencial. Em razão disso, entendo necessário o esclarecimento do juízo da execução acerca da titularidade da verba sucumbencial, notadamente em virtude desta Presidência adotar entendimento de que os honorários de sucumbência são devidos aos advogados habilitados para o patrocínio da causa à época da formação do título executivo, na medida de sua atuação. Assim, expeça-se ofício endereçado ao juízo da execução solicitando informações sobre a titularidade da verba sucumbencial, servindo cópia desta decisão de ofício a ser encaminhado via malote digital. Em vista disso, até que se comprove a titularidade da verba sucumbencial, determino a suspensão do pagamento e o provisionamento do numerário, conforme art. 32, § 1º, da Resolução n.º 303/2019, do Conselho Nacional de Justiça. Após prestadas as informações, retornem os autos à conclusão. Concomitantemente, em vista da informação de página 388, determino que os autos sejam enviados à Coordenadoria de Cálculos de Precatórios para que sejam atualizados os créditos e para aplicar as retenções legais devidas sobre o crédito principal. Após, intem-se as partes por 05 (cinco) dias. Sem reclames, a par dos dados bancários do credor E. C. P. (página 314), promova-se a liquidação do correspondente crédito, com os devidos repasses legais. Caso haja impugnação dos cálculos ou qualquer outro fato impeditivo do pagamento do crédito da parte credora, determino que seja suspenso o seu pagamento, devendo continuar figurando na lista de ordem cronológica do ente devedor, nos termos do art. 32, da Resolução n.º 303/2019, do Conselho Nacional de Justiça. Em seguida, providencie-se o provisionamento dos respectivos numerários em conta própria, à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça, até que seja possível a liquidação. Intem-se. Expedientes necessários. Fortaleza, data do sistema. Emílio de Medeiros Viana Juiz de Direito Auxiliar da Presidência Portaria de delegação nº 186/2021.



**0001068-84.2016.8.06.0000 - Precatório.** Credor: E. de F. E. M. da C.. Advogado: Paulo Teles da Silva (OAB: 4945/CE). Advogado: Anténio Almeida da Silva (OAB: 2341/CE). Devedor: E. do C.. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Despacho: - DECISÃO ADMINISTRATIVA Verifico que a Assessoria de Precatórios prestou informação, à página 151, para indicar a existência de suficiência de saldo para quitação deste requisito e daqueles que o antecedem na lista de ordem cronológica, com exceção dos precatórios suspensos sem provisionamento. Considerando a informação retro referida, foi realizado o exame dos autos e constatada a sua regularidade, estando, portanto, apto ao pagamento. Ressalto que constam nos autos a decisão que deferiu a habilitação dos sucessores do falecido credor (páginas 106/109), bem como a comprovação da existência de processo de inventário a tramitar perante o juízo da 5ª Vara de Sucessões da Comarca de Fortaleza (Processo n.º 0480899-89.2011.8.06.0001). Diante da disponibilidade de numerário, determino o envio da requisição judicial à Coordenadoria de Cálculos de Precatórios para fins de atualização do crédito, o que deve ser feito com arrimo nos parâmetros definidos judicialmente, normatização de regência da matéria e, ainda, em consonância com a orientação do Conselho Nacional de Justiça, acerca da graça constitucional, bem como aplicação das retenções legais cabíveis. Deve ser observado o destaque dos honorários contratuais, nos termos do contrato de páginas 121/126. Ato contínuo, intem-se as partes, por 05 (cinco) dias. Sem reclames, a par dos dados bancários do advogado Paulo Teles da Silva (página 114), promova-se a liquidação do correspondente crédito, com os devidos repasses legais. Quanto ao crédito pertencente ao Espólio de F. E. M. C., proceda-se ao pagamento mediante disponibilização do montante devido ao juízo sucessório, perante quem deverá ser realizado o pagamento aos herdeiros, na forma devida, com recolhimento do ITCMD, inclusive, como determina o art. 192, CTN, devendo-se oficiar ao citado juízo acerca da disponibilização do numerário. Em relação ao crédito de titularidade do falecido advogado Anténio Almeida da Silva, é de conhecimento desta Assessoria de Precatórios que o respectivo processo de inventário tramita perante a 1ª Vara de Sucessões da Comarca de Fortaleza (Processo n.º 0118041-85.2017.8.06.0001), todavia, não restou demonstrada a habilitação dos sucessores no juízo da execução. Assim, até que se comprove a providência necessária à liquidação do crédito correlato, determino a suspensão do pagamento e o provisionamento do numerário, conforme art. 32, § 1º, da Resolução n.º 303/2019, do Conselho Nacional de Justiça. Para viabilizar pagamento, determino intimação do advogado Paulo Teles da Silva, que com o falecido atuava, para informar o endereço dos herdeiros do advogado Anténio Almeida da Silva, para que se possa promover a sua intimação. Sem prejuízo, ciência de tudo ao juízo da execução, para a adoção das providências pertinentes, especialmente no que diz respeito ao Espólio do advogado Anténio Almeida da Silva, já mencionado. No prazo de 10 dias, o juízo da execução deve informar se houve habilitação dos sucessores do extinto advogado. Caso haja impugnação dos cálculos ou qualquer outro fato impeditivo do pagamento dos créditos do espólio credor e do advogado Paulo Teles da Silva, determino que seja suspenso o seu pagamento, devendo continuar figurando na lista de ordem cronológica do ente devedor, nos termos do art. 32, da Resolução n.º 303/2019, do Conselho Nacional de Justiça. Em seguida, providencie-se o provisionamento dos respectivos numerários em conta própria, à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça, até que seja possível a liquidação. Intem-se. Expedientes correlatos. Fortaleza, data do sistema. Emilio de Medeiros Viana Juiz de Direito Auxiliar da Presidência Portaria de delegação n.º 186/2021.

**0001069-69.2016.8.06.0000 - Precatório.** Credor: Espólio de José Hélio de Souza. Advogado: Paulo Teles da Silva (OAB: 4945/CE). Advogado: Anténio Almeida da Silva (OAB: 2341/CE). Devedor: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Despacho: - DECISÃO ADMINISTRATIVA Verifico que a Assessoria de Precatórios prestou informação, à página 180, para indicar a existência de suficiência de saldo para quitação deste requisito e daqueles que o antecedem na lista de ordem cronológica, com exceção dos precatórios suspensos sem provisionamento. Considerando a informação retro referida, foi realizado o exame dos autos e observei que, em que pese constar nos autos a decisão que deferiu a habilitação dos sucessores do falecido credor (páginas 144/147), não foi comprovada a existência de processo de inventário, providência essa imprescindível ao pagamento do crédito, consoante o art. 44, caput e parágrafo único, da Resolução 01/2021, do OETJCE. Em relação ao crédito de titularidade do falecido advogado Anténio Almeida da Silva, é de conhecimento desta Assessoria de Precatórios que o respectivo processo de inventário tramita perante a 1ª Vara de Sucessões da Comarca de Fortaleza (Processo n.º 0118041-85.2017.8.06.0001), todavia, não restou demonstrada a habilitação dos sucessores no juízo da execução. Assim, até que se comprovem as providências necessárias à liquidação dos créditos correlatos, determino a suspensão do pagamento e o provisionamento dos numerários, conforme art. 32, § 1º, da Resolução n.º 303/2019, do Conselho Nacional de Justiça. Tendo em vista que o advogado Paulo Teles da Silva representa os herdeiros do falecido credor José Hélio de Sousa (petição e documentação de páginas 98/140), determino a sua intimação para que comprove, no prazo de 60 (sessenta) dias, a existência de inventário judicial ou extrajudicial do respectivo espólio. O advogado Paulo Teles da Silva, que com o falecido advogado atuava, também deverá informar o endereço dos herdeiros do advogado Anténio Almeida da Silva, no prazo de 10 (dez) dias, para que se possa promover a sua intimação, a fim de que comprovem a sua habilitação perante o juízo da execução. Advirto, desde já que caso reste frustrada essa tentativa de sanar as pendências relativas aos espólios em questão, a medida a ser adotada nestes autos será de acordo com as diretrizes apontadas no Relatório de Inspeção apresentado pelo Conselho Nacional de Justiça - Processo de Inspeção n.º 0001077-73.2020.2.0000, realizada no período de 09 a 13 de março de 2020, com a disponibilização do saldo da conta de reserva ao juízo da execução, perante o qual deverão ser realizados o pagamento e os devidos repasses legais. Sem prejuízo, ciência de tudo ao juízo da execução, para a adoção das providências pertinentes, especialmente no que diz respeito ao Espólio do advogado Anténio Almeida da Silva, já mencionado. No prazo de 10 dias, o juízo da execução deve informar se houve habilitação dos sucessores do extinto advogado. Por derradeiro, diante da disponibilidade de numerário, determino o envio da requisição judicial à Coordenadoria de Cálculos de Precatórios para fins de atualização dos créditos, o que deve ser feito com arrimo nos parâmetros definidos judicialmente, normatização de regência da matéria e, ainda, em consonância com a orientação do Conselho Nacional de Justiça, acerca da graça constitucional, bem como aplicação das retenções legais cabíveis. Deve ser observado o destaque dos honorários contratuais, nos termos do contrato de páginas 150/155. Ato contínuo, intem-se as partes, por 05 (cinco) dias. Sem reclames, a par dos dados bancários do advogado Paulo Teles da Silva (página 136), promova-se a liquidação do correspondente crédito, com os devidos repasses legais. Caso haja impugnação dos cálculos ou qualquer outro fato impeditivo do pagamento dos créditos do advogado Paulo Teles da Silva, determino que seja suspenso o seu pagamento, devendo continuar figurando na lista de ordem cronológica do ente devedor, nos termos do art. 32, da Resolução n.º 303/2019, do Conselho Nacional de Justiça. Em seguida, providencie-se o provisionamento dos respectivos numerários em conta própria, à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça, até que seja possível a liquidação. Intem-se. Expedientes correlatos. Fortaleza, data do sistema. Emilio de Medeiros Viana Juiz de Direito Auxiliar da Presidência Portaria de delegação n.º 186/2021.

**0001403-40.2015.8.06.0000 - Precatório.** Credora: A. M. D. de M.. Advogada: Alzira Maria de Paiva (OAB: 8839/CE). Advogado: Paulo Bezerra Nunes (OAB: 37283/CE). Devedor: E. do C.. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará.





Despacho: - DECISÃO ADMINISTRATIVA A presente requisição judicial encontra-se pendente de pagamento apenas em relação aos honorários sucumbenciais, tendo em vista que o crédito de titularidade de A. M. D. de M. foi totalmente quitado através de acordo celebrado junto ao ente devedor (comprovante de pagamento de página 164). Ademais, observo que a Assessoria de Precatórios prestou informação, à página 167, para indicar a existência de suficiência de saldo para quitação deste requisito e daqueles que o antecedem na lista de ordem cronológica, com exceção dos precatórios suspensos sem provisionamento. Ocorre que, compulsando os autos, constatei que pairam dúvidas acerca da titularidade dos honorários sucumbenciais, explico: conforme consta na procuração de página 18, a parte credora constituiu para atuar no processo judicial de origem os advogados Alzira Maria de Paiva OAB/CE n.º 8.839 e Francisco Paulino de Sousa Filho OAB/CE n.º 12.003. Já no ofício precatório, como se pode observar às páginas 2/3, a única que consta como detentora da verba sucumbencial é a advogada Alzira Maria de Paiva. Em razão disso, entendo necessário o esclarecimento do juízo da execução acerca da titularidade da verba sucumbencial, notadamente em virtude desta Presidência adotar entendimento de que os honorários de sucumbência são devidos aos advogados habilitados para o patrocínio da causa à época da formação do título executivo, na medida de sua atuação. Assim, expeça-se ofício endereçado ao juízo da execução solicitando informações sobre a titularidade da verba sucumbencial, servindo cópia desta decisão de ofício a ser encaminhado via malote digital. Após prestadas as informações, retornem os autos à conclusão. Além disso, é de conhecimento desta Assessoria de Precatórios o falecimento da advogada Alzira Maria de Paiva e que já existe o respectivo processo de inventário a tramitar perante o juízo da 5ª Vara de Sucessões da Comarca de Fortaleza (processo n.º 0225587-63.2021.8.06.0001), tendo em vista a sua atuação em outras requisições judiciais que aqui tramitam. Dessa forma e tendo como objetivo possibilitar o devido pagamento dos honorários sucumbenciais (caso se confirme que a falecida advogada é detentora da verba), verifiquei que a falecida advogada também atuou no Precatório de n.º 0003564-81.2019.8.06.0000 e que, naqueles autos, houve manifestação do herdeiro Rafael de Paiva Florêncio Silva, estando ali assistido pelos advogados Mônica Nogueira de Lima OAB/CE n.º 14.241 e José Ronaldo Maia Uchôa OAB/CE 11.286. Assim, determino a intimação dos respectivos advogados, via DJE, para que comprovem que foi realizada a habilitação do (s) herdeiro (s) perante o juízo da execução, conforme disposto no §5º, do art. 32, da Resolução n.º 303 do CNJ, no prazo de 60 (sessenta) dias. Advirto, desde já, que, confirmada a titularidade da verba sucumbencial da falecida advogada e restando frustrada essa tentativa de sanar a pendência relativa ao Espólio de Alzira Maria de Paiva, a medida a ser adotada nestes autos será de acordo com as diretrizes apontadas no Relatório de Inspeção apresentado pelo Conselho Nacional de Justiça - Processo de Inspeção n.º 0001077-73.2020.2.0000, realizada no período de 09 a 13 de março de 2020, com a disponibilização do saldo da conta de reserva ao juízo da execução, perante o qual deverão ser realizados o pagamento e os devidos repasses legais. Por derradeiro, em vista da informação de página 167, determino que os autos sejam enviados à Coordenadoria de Cálculos de Precatórios para que seja atualizado o crédito. Após, intemem-se as partes por 05 (cinco) dias. Diante da impossibilidade de imediato pagamento da verba sucumbencial, hei por bem determinar a suspensão do referido pagamento, devendo o precatório continuar figurando na lista de ordem cronológica do ente devedor, nos termos do art. 32, da Resolução n.º 303/2019, do Conselho Nacional de Justiça, providenciando-se, de imediato, o provisionamento do respectivo montante em conta própria, à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça, até que seja possível o pagamento. Intemem-se. Expedientes necessários. Fortaleza, data do sistema. Emilio de Medeiros Viana Juiz de Direito Auxiliar da Presidência Portaria de delegação nº 186/2021.

**0001449-29.2015.8.06.0000 - Precatório.** Credor: G. G. de M.. Advogada: Alzira Maria de Paiva (OAB: 8839/CE). Advogado: Paulo Bezerra Nunes (OAB: 37283/CE). Devedor: E. do C.. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Despacho: - DECISÃO ADMINISTRATIVA A presente requisição judicial encontra-se pendente de pagamento apenas em relação aos honorários sucumbenciais, tendo em vista que o crédito de titularidade de G. G. de M. foi totalmente quitado através de acordo celebrado junto ao ente devedor (comprovante de pagamento de página 166). Ademais, observo que a Assessoria de Precatórios prestou informação, à página 170, para indicar a existência de suficiência de saldo para quitação deste requisito e daqueles que o antecedem na lista de ordem cronológica, com exceção dos precatórios suspensos sem provisionamento. Todavia, é de conhecimento desta Assessoria de Precatórios o falecimento da advogada Alzira Maria de Paiva, titular da verba sucumbencial, e que já existe o respectivo processo de inventário a tramitar perante o juízo da 5ª Vara de Sucessões da Comarca de Fortaleza (Processo n.º 0225587-63.2021.8.06.0001), tendo em vista a sua atuação em outras requisições judiciais que aqui tramitam. Dessa forma e tendo como objetivo possibilitar o devido pagamento dos honorários sucumbenciais, verifiquei que a falecida advogada também atuou no precatório de n.º 0003564-81.2019.8.06.0000 e que, naqueles autos, houve manifestação do herdeiro Rafael de Paiva Florêncio Silva, estando ali assistido pelos advogados Mônica Nogueira de Lima OAB/CE n.º 14.241 e José Ronaldo Maia Uchôa OAB/CE 11.286. Assim, determino a intimação dos respectivos advogados, via DJE, para que comprovem que foi realizada a habilitação do (s) herdeiro (s) perante o juízo da execução, conforme disposto no §5º, do art. 32, da Resolução n.º 303 do CNJ, no prazo de 60 (sessenta) dias. Decorrido o prazo, autos conclusos. Advirto, desde já, que caso reste frustrada essa tentativa de sanar a pendência para o pagamento do crédito de titularidade do Espólio de Alzira Maria de Paiva, a medida a ser adotada nestes autos será de acordo com as diretrizes apontadas no Relatório de Inspeção apresentado pelo Conselho Nacional de Justiça - Processo de Inspeção n.º 0001077-73.2020.2.0000, realizada no período de 09 a 13 de março de 2020, com a disponibilização do saldo da conta de reserva ao juízo da execução, perante o qual deverão ser realizados o pagamento e os devidos repasses legais. Concomitantemente, em vista da informação de página 170, determino que os autos sejam enviados à Coordenadoria de Cálculos de Precatórios para que seja atualizado o crédito e para aplicar as retenções legais devidas. Após, intemem-se as partes por 05 (cinco) dias. Diante da impossibilidade de imediato pagamento da verba sucumbencial, hei por bem determinar a suspensão do referido pagamento, devendo o precatório continuar figurando na lista de ordem cronológica do ente devedor, nos termos do art. 32, da Resolução n.º 303/2019, do Conselho Nacional de Justiça, providenciando-se, de imediato, o provisionamento do respectivo montante em conta própria, à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça, até que seja possível o pagamento. Intemem-se. Expedientes necessários. Fortaleza, data do sistema. Emilio de Medeiros Viana Juiz de Direito Auxiliar da Presidência Portaria de delegação nº 186/2021.

**0001451-96.2015.8.06.0000 - Precatório.** Credor: E. Q. de M.. Advogada: Alzira Maria de Paiva (OAB: 8839/CE). Advogado: Paulo Bezerra Nunes (OAB: 37283/CE). Devedor: E. do C.. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Despacho: - DECISÃO ADMINISTRATIVA A presente requisição judicial encontra-se pendente de pagamento apenas em relação aos honorários sucumbenciais, tendo em vista que o crédito de titularidade de E. Q. de M. foi totalmente quitado através de acordo celebrado junto ao ente devedor (comprovante de pagamento de página 157). Ademais, observo que a Assessoria de Precatórios prestou informação, à página 161, para indicar a existência de suficiência de saldo para quitação deste requisito e daqueles que o antecedem na lista de ordem cronológica, com exceção dos precatórios suspensos sem provisionamento. Todavia, é de conhecimento desta Assessoria de Precatórios o falecimento da advogada Alzira Maria de Paiva, titular da verba sucumbencial, e que já existe o respectivo processo de inventário a tramitar perante o juízo da 5ª Vara de Sucessões da Comarca de Fortaleza



(processo n.º 0225587-63.2021.8.06.0001), tendo em vista a sua atuação em outras requisições judiciais que aqui tramitam. Dessa forma e tendo como objetivo possibilitar o devido pagamento dos honorários sucumbenciais, verifiquei que a falecida advogada também atuou no precatório de n.º 0003564-81.2019.8.06.0000 e que, naqueles autos, houve manifestação do herdeiro Rafael de Paiva Florêncio Silva, estando ali assistido pelos advogados Mônica Nogueira de Lima OAB/CE n.º 14.241 e José Ronaldo Maia Uchôa OAB/CE 11.286. Assim, determino a intimação dos respectivos advogados, via DJE, para que comprovem que foi realizada a habilitação do (s) herdeiro (s) perante o juízo da execução, conforme disposto no §5º, do art. 32, da Resolução n.º 303 do CNJ, no prazo de 60 (sessenta) dias. Decorrido o prazo, autos conclusos. Advirto, desde já, que caso reste frustrada essa tentativa de sanar a pendência para o pagamento do crédito de titularidade do Espólio de Alzira Maria de Paiva, a medida a ser adotada nestes autos será de acordo com as novas diretrizes apontadas no Relatório de Inspeção apresentado pelo Conselho Nacional de Justiça - Processo de Inspeção nº 0001077-73.2020.2.0000, realizada no período de 09 a 13 de março de 2020, com a disponibilização do saldo da conta de reserva ao juízo da execução, perante o qual deverão ser realizados o pagamento e os devidos repasses legais. Concomitantemente, em vista da informação de página 161, determino que os autos sejam enviados à Coordenadoria de Cálculos de Precatórios para que seja atualizado o crédito e para aplicar as retenções legais devidas. Após, intem-se as partes por 05 (cinco) dias. Diante da impossibilidade de imediato pagamento da verba sucumbencial, hei por bem determinar a suspensão do referido pagamento, devendo o precatório continuar figurando na lista de ordem cronológica do ente devedor, nos termos do art. 32, da Resolução nº 303/2019, do Conselho Nacional de Justiça, providenciando-se, de imediato, o provisionamento do respectivo montante em conta própria, à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça, até que seja possível o pagamento. Intem-se. Expedientes necessários. Fortaleza, data do sistema. Emilio de Medeiros Viana Juiz de Direito Auxiliar da Presidência Portaria de delegação nº 186/2021.

**0001654-58.2015.8.06.0000 - Precatório.** Credor: M. C. M. M.. Advogado: José Luis Riotinto (OAB: 4768/CE). Devedor: E. do C.. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Despacho: - DECISÃO ADMINISTRATIVA Verifico que a Assessoria de Precatórios prestou informação, à página 297, para indicar a existência de suficiência de saldo para quitação deste requisito e daqueles que o antecedem na lista de ordem cronológica. Ressalto que foi noticiado o falecimento do credor (petição e documentação de páginas 265/272) e que a decisão de página 274 determinou a intimação dos herdeiros do espólio credor para comprovarem que foi realizada a habilitação perante o juízo da execução e que foi aberto inventário judicial ou extrajudicial, todavia, até o momento não se obteve resposta. Considerando as informações retro referidas, foi realizado o exame dos autos e constatado óbice ao pagamento ao crédito de titularidade do extinto credor. Conforme explicação que se segue. Como se sabe, em caso de morte do credor originário, a comprovação da habilitação dos sucessores do extinto credor perante o juízo da execução e da existência de inventário judicial ou extrajudicial dos bens deixados pelo de cujus são imprescindíveis para que se dê a liquidação do precatório, nos termos do art. 32, § 5º, da Resolução n.º 303/2019, do CNJ, e do art. 44, caput e parágrafo único, da Resolução 01/2021, do OETJCE. Assim, é inviável o pagamento do referido crédito até que as pendências sejam sanadas. Quanto aos créditos de titularidade do advogado José Luis Riotinto, honorários sucumbenciais e contratuais (ofício requisito e contrato de páginas 2/3 e 293, respectivamente), em que pese a regularidade para fins de pagamento, observo que não constam os informes bancários do advogado nos autos, motivo pelo qual determino a sua intimação para que os forneça no prazo de 5 (cinco) dias. Pelo exposto, determino o encaminhamento dos autos à Coordenadoria de Cálculos para fins de atualização dos créditos, com a devida aplicação da graça constitucional, bem como aplicação das retenções legais cabíveis, quanto aos honorários (sucumbenciais e contratuais). Deve ser observado o destaque dos honorários contratuais, nos termos do contrato de página 293. Ato contínuo, intem-se as partes, por 05 (cinco) dias. Decorrido o prazo sem reclames e caso haja a apresentação dos dados bancários no prazo acima estipulado, proceda-se ao pagamento dos créditos de titularidade do advogado José Luis Riotinto. Diante da impossibilidade de imediato pagamento do crédito pertencente ao espólio credor, determino a suspensão do seu pagamento, devendo continuar figurando na lista de ordem cronológica do ente devedor, nos termos do art. 32, da Resolução nº 303/2019, do Conselho Nacional de Justiça. Em seguida, providencie-se o provisionamento do respectivo numerário em conta própria, à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça, até que seja possível a liquidação. O provisionamento deverá ser realizado mesmo que haja impugnação aos cálculos apresentados. A mesma medida deverá se dar em relação ao crédito de titularidade do advogado José Luis Riotinto caso não sejam apresentados os seus dados bancários ou ocorra qualquer outro fato que impossibilite a liquidação do seu crédito. Por derradeiro, determino que se proceda à intimação do espólio credor e dos seus herdeiros pelo advogado habilitado nos autos, para que comprove que foi promovida a habilitação junto ao juízo da execução e a abertura do inventário judicial ou extrajudicial, no prazo de 60 (sessenta) dias corridos. Decorrido o prazo, autos conclusos. Advirto, desde já, que caso reste frustrada essa tentativa de sanar a pendência quanto ao pagamento do crédito do falecido credor, a medida a ser adotada nestes autos será de acordo com as diretrizes apontadas no Relatório de Inspeção apresentado pelo Conselho Nacional de Justiça - Processo de Inspeção nº 0001077-73.2020.2.0000, realizada no período de 09 a 13 de março de 2020, com a disponibilização do saldo da conta de reserva ao juízo da execução, perante o qual deverão ser realizados o pagamento e os devidos repasses legais. Intem-se. Expedientes correlatos. Fortaleza, data do sistema. Emilio de Medeiros Viana Juiz de Direito Auxiliar da Presidência Portaria de delegação nº 186/2021.

**0001979-33.2015.8.06.0000 - Precatório.** Credor: S. M. X.. Advogado: Francisco Aprígio da Silva (OAB: 9073/CE). Devedor: E. do C.. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Despacho: - DECISÃO ADMINISTRATIVA Verifico que a Assessoria de Precatórios prestou informação, à página 91, para indicar a existência de suficiência de saldo para quitação deste requisito e daqueles que o antecedem na lista de ordem cronológica. Considerando a informação retro referida, foi realizado o exame dos autos e constatada a sua regularidade. Ressalto que não houve o pagamento da parcela superpreferencial ao credor em epígrafe (Pedido de Providências n.º 0620433-75.2016.8.06.0000), em razão da natureza comum do crédito, motivo pelo qual o pagamento da parcela prioritária foi indeferido, consoante decisão de página 78 daqueles autos. Dando continuidade à análise, observo que o credor S. M. X. e o advogado Francisco Aprígio da Silva, credor da verba sucumbencial, não apresentaram os seus dados bancários necessários ao pagamento dos respectivos créditos. Dessa forma, determino o encaminhamento dos autos à Coordenadoria de Cálculos para fins de atualização dos créditos, com a devida aplicação da graça constitucional, bem como aplicação das retenções legais cabíveis. Ato contínuo, intem-se as partes, por 05 (cinco) dias. Paralelamente, intem-se o advogado habilitado nos autos, para que apresente os seus informes bancários atualizados, bem como os do credor S. M. X., no prazo de 05 (cinco) dias. Não havendo reclames e apresentados os dados bancários no prazo acima estipulado, providencie-se os pagamentos respectivos. Tudo providenciado, restará quitado o precatório, devendo-se proceder à retirada desta requisição da lista de ordem cronológica, com a devida ciência ao juízo da execução e o arquivamento do feito. Todavia, caso não sejam informados os dados bancários dos credores, haja impugnação dos cálculos ou ocorra qualquer fato que impeça o pagamento, determino que seja suspenso o pagamento desta requisição judicial, devendo continuar figurando na lista de ordem cronológica do ente devedor, nos termos do art. 32, da Resolução nº 303/2019, do Conselho Nacional de Justiça. Em



seguida, providencie-se o provisionamento do(s) respectivo(s) numerário(s) em conta própria, à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça, até que seja possível a liquidação. Intimem-se. Expedientes correlatos. Fortaleza, data do sistema. Emílio de Medeiros Viana Juiz de Direito Auxiliar da Presidência Portaria de delegação nº 186/2021.

**Total de feitos: 8**

**Assessoria de Precatórios  
DESPACHO DE RELATORES**

**0000490-14.2022.8.06.0000 - Pedido de Providências.** Credor: E. F. de O.. Advogado: Fillype Gurgel de Sousa (OAB: 18239/CE). Advogado: Uargla Barbosa Gondim (OAB: 13675/RN). Devedor: E. do C.. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Despacho: - DESPACHO Diante da informação de página 55, intime-se o credor, por seu advogado, para que informe os dados bancários de seu cliente para efetivo pagamento da superpreferência, juntando comprovante bancário legível. . Apresentados os informes bancários corretos, cumpra-se de imediato a ordem de pagamento de páginas 33/36, com posterior informação ao juízo da execução e arquivamento do feito. Intimem-se. Fortaleza, data do sistema. Emílio de Medeiros Viana Juiz de Direito Auxiliar da Presidência Portaria de delegação nº 186/2021

**Total de feitos: 1**

## EDITAIS, AVISOS E PEDIDOS DE VISTA

### EDITAL Nº 220 /2022

Divulga a relação dos(as) candidatos(as) inscritos(as) para a formação de lista tríplice referente ao preenchimento de uma (1) vaga de membro efetivo, classe jurista, do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará – TRE/CE.

**A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, **CONSIDERANDO** a solicitação contida no Ofício nº 1362, de 14/09/2022, do Excelentíssimo Senhor Desembargador Inácio de Alencar Cortez Neto, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE/CE), constante do Processo Administrativo nº 8519219-89.2022.8.06.2022.0000;

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 120, § 1º, III, da Constituição Federal, que estabelece na composição dos Tribunais Regionais Eleitorais a participação de 2 (dois ou duas) juízes(izas) eleitorais oriundos(as) da advocacia, indicados(as) pelo Tribunal de Justiça;

**CONSIDERANDO** as disposições da Resolução Pleno nº 05, de 1º de junho de 2017, publicada no DJe de 2 de junho de 2017;

**CONSIDERANDO** a previsão do término do segundo biênio do mandato de membro efetivo do jurista Dr. David Sombra Peixoto, em 17 de março de 2023;

**RESOLVE:**

I. Tornar pública, nos termos do Anexo Único deste Edital, a relação das inscrições deferidas e indeferidas para a formação de lista tríplice, visando o preenchimento de 1 (uma) vaga de membro efetivo do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE-CE), classe jurista, anunciada pelo Edital nº 185/2022 (DJe 1º/11/2022)

II. Disponibilizar, pelo prazo de três (3) dias, a contar da publicação deste Edital, os documentos apresentados pelos(as) candidatos(as) nos respectivos processos de inscrição, junto à Superintendência da Área Judiciária do Tribunal de Justiça.

II.a. A consulta poderá ser feita acessando o Processo Administrativo correspondente (indicado no Anexo Único deste Edital).

II.b. Os(as) que não possuem acesso ao CPA, a consulta poderá ser feita por solicitação à Superintendência da Área Judiciária, pelo e-mail [supjud@tjce.jus.br](mailto:supjud@tjce.jus.br).

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMpra-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, em 17 de novembro de 2022.

**Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira**  
**Presidente do Tribunal de Justiça**

### ANEXO ÚNICO DO EDITAL Nº 220/2022

RELAÇÃO DOS(AS) CANDIDATOS (AS) INSCRITOS (AS) À FORMAÇÃO DE LISTA TRÍPLICE REFERENTE A 1 (UMA) VAGA DE MEMBRO EFETIVO, CLASSE JURISTA, DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ TRE/CE.

NOME DO(A) CANDIDATO(A)/INSCRIÇÃO OAB/CE (POR ORDEM ALFABÉTICA)	Nº PROCESSO INSCRIÇÃO
<b>INSCRIÇÕES DEFERIDAS</b>	
CARLOS EDUARDO ROMANHOLI BRASIL, OAB/CE Nº 19.528	8523793-58.2022.8.06.0000
DANIEL HOLANDA IBIAPINA, OAB/CE Nº 23.644	8523958-08.2022.8.06.0000
FRANCISCO ÉRICO CARVALHO SILVEIRA, OAB/CE Nº 16.881	8523712-12.2022.8.06.0000 8523823-93.2022.8.06.0000
FRANCISCO LIVELTON LOPES MARCELINO, OAB/CE Nº 20.045	8523814-34.2022.8.06.0000 8523982-36.2022.8.06.0000
JOSÉ MARQUES JÚNIOR, OAB/CE Nº 17.257	8523994-50.2022.8.06.0000



JOYCEANE BEZERRA DE MENEZES, OAB/CE Nº 9.442	8523989-28.2022.8.06.0000
KENNEDY FERREIRA LIMA, OAB/CE Nº 10.914	8523946-91.2022.8.06.0000
PLÍNIO BELCHIOR FERNANDES MAGALHÃES FILHO, OAB/CE Nº 23.838	8523782-29.2022.8.06.0000
REGINALDO CASTELO BRANCO ANDRADE, OAB/CE Nº 9.975	8523716-49.2022.8.06.0000
SARA CAMPELO SOMBRA, OAB/CE Nº 23.562	8524002-27.2022.8.06.0000
WILKER MACEDO LIMA, OAB/CE Nº 22.542	8524034-32.2022.8.06.0000
WILKER MACEDO LIMA, OAB/CE Nº 22.542	8524155-60.2022.8.06.0000
<b>INSCRIÇÕES INDEFERIDAS (APRESENTADAS FORA DO PRAZO DE INSCRIÇÃO)</b>	
FRANCISCO WILLIAMS CABRAL FILHO, OAB/CE Nº 25.025	8524273-36.2022.8.06.0000
THIAGO SÁ PONTE, OAB/CE Nº 21.950	8524277-73.2022.8.06.0000

**AVISO DE RESULTADO FINAL DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 6/2022**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada em engenharia para execução do projeto de reforma do Fórum da Comarca de Araripe.

O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por meio de sua Comissão Permanente de Contratação, torna público o resultado final da Concorrência Pública nº 6/2022, conforme tabela abaixo:

CLASSIFICAÇÃO	EMPRESA	VALOR
2	FHS CONSTRUTORA EIRELI	R\$ 2.078.016,96

Critério de Julgamento: **MENOR PREÇO GLOBAL.**

Fortaleza, aos 18 de novembro de 2022.

**PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO DO TJCE**

TORNA SEM EFEITOS O AVISO DE RESULTADO FINAL DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 6/2022

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada em engenharia para execução do projeto de reforma do Fórum da Comarca de Araripe.

O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por meio de sua Comissão Permanente de Contratação, torna **SEM EFEITOS** o resultado final da Concorrência Pública nº 6/2022, conforme tabela abaixo publicada, no DJe do dia 7 de novembro de 2022:

CLASSIFICAÇÃO	EMPRESA	VALOR
1	ALVES FREITAS CONSTRUÇÕES e EMPREENDIMENTOS LTDA	R\$ 2.083.405,85

Critério de Julgamento: **MENOR PREÇO GLOBAL.**

Fortaleza, aos 18 de novembro de 2022.

**PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO DO TJCE****DIRETORIA DO FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA****PORTARIAS, ATOS, DESPACHOS E OUTROS EXPEDIENTES****PORTARIA N.º 1224/2022**

Dispõe sobre o Sorteio dos Jurados que atuarão nas Sessões do Tribunal do Júri, durante o ano de 2023, e dá outras providências.

**A DIRETORA DO FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA, DESTA COMARCA DE FORTALEZA, CAPITAL DO ESTADO DO CEARÁ, JUÍZA DE DIREITO ANA CRISTINA DE PONTES LIMA ESMERALDO**, no uso de suas atribuições legais;

**CONSIDERANDO** a proximidade do encerramento do atual período de sessões de Júri Popular na Comarca de Fortaleza, com o consequente término do prazo de convocação dos jurados que vêm atuando durante o ano de 2022 junto às Varas do Júri;

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** O sorteio para a elaboração das listas de jurados que servirão às 05 (cinco) Varas do Júri da Comarca de Fortaleza, durante o ano de 2023, será realizado em uma mesma e única sessão, a iniciar-se às 10h do dia 02 de dezembro de 2022, no 2º Salão do Júri do Fórum Clóvis Beviláqua, sob a condução dos Juízes de Direito Titulares, Auxiliares Privativos ou em respondência, das respectivas Varas do Júri, e na presença de representantes do Ministério Público Estadual, da Defensoria Pública do Estado do Ceará e da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Ceará.



Parágrafo único. A realização do sorteio poderá ser acompanhada pelos inscritos e interessados através de link de acesso disponibilizado no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

**Art. 2º.** Os magistrados responsáveis pela confecção das listas deverão zelar pela renovação do corpo de jurados, coibindo a habitualidade da participação das mesmas pessoas nas listas.

**Art. 3º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

**DIRETORIA DO FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA, em 17 de novembro de 2022.**

**Ana Cristina de Pontes Lima Esmeraldo**

Juíza Diretora do Fórum Clóvis Beviláqua

## EXPEDIENTES ADMINISTRATIVOS DOS JUÍZOS (PORTARIAS)

EDITAL DE 30 DIAS (PRAZO DE TRINTA DIAS)

Processo n.º: **0037641-45.2021.8.06.0001**

Classe: **Alienação de Bens do Acusado**

Assunto: **Homicídio Qualificado**

Ministério Público e Autoridade: **Ministério Público do Estado do Ceará e outro**

Policial:

Réu: **Francisco Alberto B da Silva**

O(A) Dr.(a) **José Ronald Cavalcante Soares Júnior**, Juiz de Direito da **2ª Vara do Júri** por nomeação legal etc. Faz saber FRANCISCO ALBERTO B DA SILVA para que manifeste interesse, no prazo de 10 (dez) dias, sobre a e a restituição do bem, qual seja o bem móvel automóvel de placas OCE0C425, marca/modelo MOTO HONDA/CG 125 PRETA, apreendida em 11/11/2021, cientes que o silêncio e a inércia serão interpretados como ausência de interesse, ensejando, assim, a continuidade do procedimento de alienação antecipada.

Fortaleza/CE, em 04 de outubro de 2022.

José Ronald Cavalcante Soares Júnior

Juiz de Direito

## **COMARCAS DO INTERIOR**

### PORTARIAS E ATOS ADMINISTRATIVOS DOS JUÍZOS DAS COMARCAS DO INTERIOR

PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ITAREMA VARA ÚNICA

SECRETARIA DE Vara Única da Comarca de Itarema Avenida Rios,440–Centro–Fone/fax:(88)3667.1177

(85)8214.9536

PORTARIA N°23/2022

Dra. Ana Celina Monte Studart Gurgel Carneiro,juíza de Direito em respondência desta Comarca de Itarema/CE,no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO a portaria n° 2367/2022, publicada no Diário da Justiça de 04/11/2022, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, que Estabelece o expediente forense nos dias de jogos do Brasil na fase inicial da Copa do Mundo de Futebol Masculino FIFA Qatar 2022.

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar o expediente forense nos dias de jogos do Brasil;

CONSIDERANDO que a tabela divulgada prevê que os jogos iniciais do Brasil ocorrerão em dias úteis, com início às 13:00 ou às 16:00 horas (horário oficial de Brasília/DF);

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer que nos dias 24 e 28 de novembro, bem como no dia 02 de dezembro de 2022, dias em que ocorrerão os jogos iniciais no Brasil, o expediente forense e o atendimento ao público ocorrerão da seguinte forma:



- I- Das 08:00 as 12:00 horas, no dia 24/11/2022;
- II- Das 08:00 as 11:00 horas, no dia 28/11/2022;
- III- Das 08:00 as 12:00 horas, no dia 02/12/2022;

Art. 2º. Estabelecer que os prazos que encerrar-se-ão em dias de jogos ficam automaticamente prorrogados para o dias de jogos ficam automaticamente prorrogados para o dia útil imediatamente subsequente.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.  
Itarema (CE), 18 de novembro de 2022.

Ana Celina Monte Studart Gurgel Carneiro  
Juíza de Direito em respondência

VARA ÚNICA DA COMARCA DE CHAVAL/CE. Juiz/a ALLAN AUGUSTO DO NASCIMENTO

PORTARIA N° 14/2022

Dispõe sobre feriado forense no dia 22/11/2022, em razão do aniversário da Cidade que completará 72 anos de Emancipação do Município de Chaval-CE.

O Dr. Allan Augusto do Nascimento, Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Chaval, por nomeação legal e no uso de suas atribuições legais, etc.

CONSIDERANDO o teor do Art. 4º, II, da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CHAVAL-CE, de 1990;

CONSIDERANDO que o funcionamento da Justiça em sistema de plantões garante o caráter ininterrupto da atividade jurisdicional;

RESOLVE:

ART. 1º – DECLARAR feriado forense o dia 22 de novembro de 2022, data dedicada ao aniversário da Cidade que completará 72 anos de Emancipação do Município de Chaval-CE, devendo ser esta portaria encaminhada ao Setor de Informática do TJCE para fins de publicação na página de avisos, disponível no site do TJCE.

ART.2º – O expediente forense funcionará em regime de plantão, ou seja, todos os atendimentos serão eletrônicos.

ART.3º – DETERMINAR que o horário de funcionamento no dia do Plantão Judicial, será das 08:00 horas às 14:00 horas.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Publique-se, Registre-se.

Chaval/CE, 16 de novembro de 2022

Allan Augusto do Nascimento  
Juiz de Direito

#### PORTARIA 06/2022

Dispõe sobre a designação de Assistente de Unidade Judiciária Substituto Karla do Nascimento Silva, Matrícula nº 41358.

O Excelentíssimo Senhor Dr. DANIEL GONÇALVES GONDIM, Juiz Substituto Auxiliar Respondendo pela Vara Única da Comarca de Pacoti e as Comarcas Agregadas de Guaramiranga e Palmácia, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais e etc:

CONSIDERANDO que o Assistente de Unidade Judiciária, **Danilo Uchoa da Costa**, matrícula: 42364, encontra-se afastada em gozo de férias, no período 03 a 17 de Outubro de 2022;

CONSIDERANDO a necessidade de designar substituto para Assistente de Unidade Judiciária na sua ausência, para manter a continuidade dos serviços da Unidade;

RESOLVE:

Artigo 1º – DESIGNAR a Assistente de Apoio, **Karla do Nascimento Silva**, Matrícula nº 41358, para substituir o Assistente de Unidade Judiciária, Danilo Uchoa da Costa, matrícula: 42364.

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, com efeito retroativo a partir do dia 01/10/2022.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

Pacoti-CE, 30 de outubro de 2022.

Daniel Gonçalves Gondim Juiz

Substituto Auxiliar da 10ª Zona

**ESTADO DO CEARÁ**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**GABINETE DO JUÍZO DA 1ª VARA****COMARCA DE CAMOCIM**

Rua 24 de maio, s/n, Centro, Camocim-CE, CEP 62.400-000, Tel. (88) 3621- 1918

**Portaria 16/2022**

Estabelece a escala de servidores para atuarem no Plantão Judiciário do 5º Núcleo Regional de Custódia e de Inquérito.

A Excelentíssima Dra. AMAIARA CISNE GOMES, Juíza substituta titular da 1ª Vara da Comarca de Camocim, no uso de suas atribuições legais etc.

CONSIDERANDO a Portaria nº 2848/2022, publicada no Diário da Justiça de 27/10/2022, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, que estabelece a escala do Plantão a ser observada pelas Unidades Judiciárias integrantes dos Núcleos Regionais de Custódia e de Inquérito, entre os dias 20 de dezembro de 2022 a 06 de janeiro de 2023;

CONSIDERANDO que o funcionamento da justiça em sistemas de plantões garante o caráter ininterrupto da atividade jurisdicional;

CONSIDERANDO o teor da Resolução do Órgão Especial nº 29/2022, disponibilizada no DJE de 29/09/2022, a qual dispõe sobre o regime de Plantão Judiciário em Primeiro e Segundo Graus de Jurisdição no Poder Judiciário do Estado do Ceará;

CONSIDERANDO a necessidade de atuação de servidores para auxiliar o Magistrado plantonista, tanto na modalidade presencial como na modalidade remota;

CONSIDERANDO, por fim, que não foi regulamentado, até a presente data, pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, qualquer forma de remuneração para os servidores plantonistas;

**RESOLVE**

Art. 1º. Designar os seguintes servidores desta Unidade Judiciária para atuarem no plantão judiciário do dia 19 e 20 de novembro de 2022 no 5º Núcleo Regional de Custódia e de Inquérito, sediado em Sobral, da seguinte forma:

Cargo	Nomes	Mat.	Modalidade
Supervisora da Unidade	Jamilly Araújo Macário de Moura	46027	Presencial
Servidor Cedido	Ederson Erandes de Araújo	41537	Remoto
Assistente Judiciária	Mariana Rodrigues Lobo	24426	Remoto
Oficial de Justiça	Sergio Luiz de Mesquita Pinheiro	325	Presencial

Art. 2º. Fica estabelecido que o(a) servidor(a) plantonista fará jus a 02 (dois) dias de folga para cada dia trabalhado no Plantão Judiciário, por aplicação analógica do art. 28, inciso I, da Resolução do Órgão Especial nº 29/2022.

Art. 3º. O servidor(a) escalado(a) para atuar presencialmente fará jus às diárias e indenização de transporte, nos termos da Resolução do Órgão Especial nº 12/2019.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Camocim, 10 de novembro de 2022.

AMAIARA CISNE GOMES  
Juíza Substituta

**PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de São Benedito

Secretaria da 1ª Vara da Comarca de São Benedito

**PORTARIANº 10/2022**

*Estabelece escala de servidores para atuar em Plantão Judiciário do 5º Núcleo Regional de Custódia e de Inquérito.*

O Dr. Cristiano Sousa de Carvalho, MM Juiz de Direito Titular desta 1ª Vara da Comarca de São Benedito, no uso de suas atribuições legais, etc.

CONSIDERANDO o teor da Resolução do Órgão Especial nº 29/2022, disponibilizada no DJE de 29/09/2022, a qual dispõe sobre o regime de Plantão Judiciário em Primeiro e Segundo Graus de Jurisdição no Poder Judiciário do Estado do Ceará;

CONSIDERANDO a Portaria nº 2248/2022, da lavra do Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, disponibilizada no DJE de 27/10/2022, a qual estabelece a Escala de Plantão do Primeiro Grau das Comarcas do Interior do Estado do Ceará, a ser observada pelas Unidades Judiciárias integrantes dos Núcleos Regionais de Custódia e de Inquérito, referente ao interstício compreendido entre os dias 20 de novembro de 2022 e 06 de janeiro de 2023;

CONSIDERANDO a necessidade de designação de servidores para auxiliar o magistrado plantonista nos dias do plantão,



tanto na modalidade presencial como na modalidade remota, conforme estabelece o art. 2º da Portaria nº 2270/2022 da lavra do Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, disponibilizada no DJE de 28/10/2022;

**CONSIDERANDO**, por fim, que a compensação pelo exercício do Plantão Judiciário para servidores do Poder Judiciário do Estado do Ceará foi regulamentada pela Resolução do Órgão Especial nº 33/2022, disponibilizada no DJE de 03/11/2022;

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Designar os seguintes servidores desta 1ª Vara da Comarca de São Benedito para atuar no plantão judiciário do dia **27 de dezembro de 2023** no 5º Núcleo Regional de Custódia e de Inquérito, sediado em Sobral, da seguinte forma:

SERVIDOR	CARGO	Matrícula	MODALIDADE
Vinicius Eduardo Teixeira Ribeiro	Técnico Judiciária	45868	REMOTA
César Rodrigues Melo	Assistente de Unidade	24287	PRESENCIAL
Igor Alves Aguiar	Supervisor de Unidade	42819	PRESENCIAL
Anthony Deyvison Araújo de Medeiros	Assistente de Apoio	46714	REMOTA

**Art. 2º.** Fica estabelecido que o(a) servidor(a) plantonista fará jus a 02 (dois) dias de folga para cada dia trabalhado no Plantão Judiciário, conforme art. 1º da Resolução do Órgão Especial nº 33/2022.

**Art. 3º.** Os servidores escalados para atuar presencialmente farão jus à diárias e indenização de transporte, nos termos da Resolução do Órgão Especial nº 12/2019.

**Art. 4º.** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

São Benedito/CE, 17 de novembro de 2022.

**Cristiano Sousa de Carvalho**

JUIZ DE DIREITO TITULAR

**PORTARIA 16/2022**

Dispõe sobre a Nomeação de Escrevente Substituto da Serventia Extrajudicial – Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais do Distrito de Missão Nova, da Comarca de Missão Velha/CE.

**O DR. LUZINALDO ALVES ALEXANDRE DA SILVA**, Juiz respondendo da Vara Única da Comarca de Missão Velha, do Estado do Ceará, por nomeação legal etc, no uso de suas atribuições legais.

**CONSIDERANDO** que a atividade cartorária é essencial ao atendimento satisfatório do jurisdicionado, na medida em que nas serventias extrajudiciais são praticados atos indispensáveis ao exercício da cidadania;

**CONSIDERANDO** a necessidade de designação de Escrevente Substituto Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais do Distrito de Missão Nova, Comarca de Missão Velha/CE;

**CONSIDERANDO** a indicação feita pela **Sr.a. Ysla Mayara Tavares Santos**, Notária e Registradora Civil, Titular do Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais, do Distrito de Missão Nova, desta Comarca;

**RESOLVE:**

**Art. 1º – Nomear a Sra. JOANICIA ROLIN LUSTOSA**, brasileira, casada, pedagoga, Inscrita na CIRG nº 2002034043923 SSPDSCE, e cadastrada no CPF nº 023.367.553-19, residente e domiciliada no Sítio Barreiras, S/N, Distrito de Missão Nova, zona rural, Missão Velha-CE, CEP: 63.200-000, endereço eletrônico: joaniciarolin2017@gmail.com, para assumir a função de **Escrevente Substituta** do Cartório De Registro Civil de Pessoas Naturais do Distrito de Missão Nova, Comarca de Missão Velha/CE.

**Art. 2º –** Cientifique-se a Sra. **JOANICIA ROLIN LUSTOSA** da presente nomeação, bem como para prestar compromisso e entrar em exercício no prazo de 05 (cinco) dias.

**Art. 3º –** Cientifique-se, ainda, a **Sra. YSLA MAYARA TAVARES SANTOS** que a Escrevente Substituta deverá ser contratada sob o regime da legislação trabalhista.

**Art. 4º -** Esta portaria deverá ser publicada no Diário da Justiça e que dela seja cientificada a Presidência do Tribunal de Justiça do Ceará e a Corregedoria Geral da Justiça, via ofício, para conhecimento e tomada das providências que entender ainda cabíveis.

**Art. 5º –** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Missão Velha/CE, aos 16 (dezesesseis) dias do mês de novembro do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois).

**LUZINALDO ALVES ALEXANDRE DA SILVA**

Juiz de Direito respondendo pela Comarca de Missão Velha/CE



**VARA ÚNICA DA COMARCA DE AIUABA****EDITAL DE ALISTAMENTO DO JÚRI PARA O ANO DE 2023**

O Dr. José Gilderlan Lins, Juiz Substituto, Titular desta Comarca de Aiuaba, Estado do Ceará, por nomeação legal etc.

**FAZ SABER**, perante este Juízo e pelo expediente desta Secretaria de Vara, aos que o presente edital vierem ou dele tiverem conhecimento, que neste Juízo do Tribunal do Júri, após, observado o que preceitua os arts. 425 e 426 do Código de Processo Penal e obedecendo ao que dispõe o art. 92 da Lei nº 12.342/94 que instituiu o Código de divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará, foi organizada a LISTA GERAL DEFINITIVA DOS JURADOS que servirão nas próximas sessões do Tribunal Popular do Júri que se realizarem no ano de 2023.

**A LISTA GERAL DEFINITIVA DOS JURADOS** segue assim composta:

Alexandre Gonçalves Fernandes - Motorista;  
Antônia do Socorro Oliveira – Tec. Enfermagem  
Alexandre Santos Lima - Autônomo  
Aline Andrade Alencar – Professora  
Amanda Fernanda Alencar Alves Santos – Tec. Enfermagem  
Amélia Regina Silva – Técnica de Enfermagem  
Ana Siqueira de Moraes Furtado - Professora  
Antônia Ângela Cristina Bezerra – Professora  
Antonia Batista de Sousa Silva – Professora  
Antonia Eronice Alves Santos - Professora  
Antonia Inocência de Araújo - Professora  
Antônia Iraceuda de Castro Feitosa  
Antônia Luiza de Araújo Siqueira - Professora  
Antônia Vanderlândia Alencar Fialho - Professora  
Antônio Americano de Brito Neto - Professor  
Antônio Duarte Grimaith - Professor  
Antônio Egidio Rufino- Professor  
Antonio Eramar de Castro – Técnico de Enfermagem  
Antônio Marcio Cardoso – Aux. Administrativo  
Antonio Maurício Braga Araújo – Técnico Agrícola  
Aurineide Jucá Feitosa - Professora  
Benedita Beneilda de Sousa - Professora  
Carlos Eugênio Silva Arraes Feitosa - Professor  
Cícera de Fátima Alencar do Vale -  
Cícera Letícia Rodrigues Cardoso - Autônoma  
Diemes da Silva Andarde – Técnica de Enfermagem  
Domiciana Cardoso de Oliveira  
Elaine Braga de Araújo Almada - Professora  
Emerson Oliveira dos Santos  
Evandro César Feitosa de Brito – Aux. de Servi. Gerais  
Francisca Alves Fernandes Alencar – Aux Ser. Gerais  
Francisca das Chagas Moraes Duarte - Professora  
Francisca das Chagas Moraes – Tec. Enfermagem  
Francisca Jaqueline Alves Silva – Tec. Enfermagem  
Francisca Neide de Sousa - Secretária  
Francisca Sanvia de Sousa - Professora  
Francisco Santos Lima - Professor  
Francisco Adalmir Alencar - Professor  
Francisco Feitosa Mota - Vigia  
Francisco das Chagas Salvino – Vigia  
Francisco Enivaldo Fernandes Teixeira  
Francisco Gilson de Alencar - Professor  
Francisco Joelmir Cavalcante – Aux. de Serviços Gerais  
Francisco Rômulo Feitosa Moraes - Professor  
Francisco Tiego da Silva – Vigia  
Francisco Marcio Fortaleza Mota - Motorista  
Heldomar Bezerra de Castro - Professor  
João Batista Grimaith Neto - Professor  
João Jorge Brito Correia – Agente de Trânsito  
José Adegildo Fernandes Rufino – Agente de Epidemiologia  
José Jiuvan da Silva – Professor  
José Ricardo de Oliveira Andrade - Comerciante  
José Mendes Andrade – Motorista  
Luana Brito Pereira – Aux. de Serviços Gerais  
Luís Newton de Andrade - Agente de Epidemiologia  
Luiza Barroso Feitosa Neta Paiva - Professora  
Lucas Sousa de Moraes – Aux. de Serviços Gerais  
Maria Aparecida Mota Silva - Tec. Enfermagem  
Márcio Luiz Araújo Andrade – Agente de Trânsito  
Maria do Socorro Alves Alencar - Professora



Maria do Socorro Grimaith Alencar – Agente de Saúde  
Maria Elda Sousa Castro – Aux. Oper. De Serviços Diversos  
Maria Deneilde da Silva - Professora  
Maria Gorete de Oliveira - Professora  
Maria José de Araújo Oliveira  
Maria Lúcia de Moraes Grimaith  
Maria Luiza do Nascimento - Professora  
Maria Ejane de Sousa – Téc. de Enfermagem  
Maria Monikely Paiva Siqueira - Autônoma  
Maria Pureza de Moraes Duarte - Professora  
Maria Suerlânia Cardoso Cavalcante - Professora  
Mariana Andrade Moraes - Aux. Oper. De Serviços Diversos  
Mariana Pedrosa Lô - Nutricionista  
Marta Edna Andrade Reis - Professora  
Marta Eugênia Gonçalves de Castro - Professora  
Maria de Fatima Silva Lourenço – Aux. de Serviços Gerais  
Patricia Braga Araújo Rufino - Professora  
Patricia Gonçalo Grimaith - Professora  
Paula Lourenço Pereira - Professora  
Paulo José Moraes Alencar - Agente de Epidemiologia  
Pedrina Moraes Feitosa Paes – Agente Administrativo  
Poliana Gabriela Araújo Mendes - Professora  
Raimunda Moraes Neta - Professora  
Raimundo José de Matos Arraes  
Rita de Cássia Lourenço da Silva - Professora  
Rita de Cássia Sousa Araújo - Professora  
Rosa Maria Barbosa - Professora  
Ricardo Oliveira Moraes - Motorista  
Rosângela Rodrigues Feitosa  
Ruth Moraes Almeida - Professora  
Samara Kely Feitosa - Professora  
Sílvia Maria Silva – Agente de Saúde  
Tamires Dias de Oliveira – Técnica de Enfermagem  
Tarciana Mara de Brito Oliveira - Professora  
Thiele Alves de Souza – Aux. de Serviços Gerais  
Tina Charles Ferreira Cardoso Loureiro – Téc. Enfermagem  
Valter Oliveira dos Santos - Professor  
Veranícia Silva Lima – Aux. de Serviços Gerais  
Verônica Andrade Braga - Professora  
100) Welison de Sousa Bezerra – Técnico Agrícola  
Todos deste Município e Comarca de Aiuaba, Estado do Ceará.  
Em cumprimento ao §2º. Do art.426 do CPP faz-se transcrição dos art. 436 a 446 do CPP:

“Art. 436. O serviço do júri é obrigatório. O alistamento compreenderá os cidadãos maiores de 18(dezoito) anos de notória idoneidade.

§1º Nenhum cidadão poderá ser excluído dos trabalhos do júri ou deixar de ser alistamento em razão de cor ou etnia, raça, credo, sexo, profissão, classe social ou econômica, origem ou grau de instrução.

§2º A recusa injustificada ao serviço do júri acarretará multa no valor de 1 (um) a 10 (dez) salários-mínimos, a critério do juiz, de acordo com a condição econômica dos jurados. (NR)

Art. 437. Estão isentos do serviço do júri:

- I- o Presidente da República e os Ministros do Estado;
- II - os Governadores e seus respectivos Secretários;
- III- os membros do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras Distrital e Municipais;
- IV- os prefeitos Municipais;
- V- os Magistrados e membros do Ministério Público e Defensoria Pública;
- VI- os servidores do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública;
- VII- as autoridades e os servidores da política e da segurança pública;
- VIII- os militares em serviço ativo;
- IX- os cidadãos maiores de 70 (setenta) anos que requeiram sua dispensa;
- X- aqueles que o requererem, demonstrando justo impedimento. (NR)

Art. 438. A recusa ao serviço do júri fundada em convicção religiosa, filosófica ou política importará no dever de prestar serviço alternativo, sob pena de suspensão dos direitos políticos, enquanto não prestar o serviço imposto.

§ 1º Entende-se por serviço alternativo o exercício de atividades de caráter administrativo, assistencial, filantrópico ou mesmo produtivo, no Poder Judiciário, na Defensoria Pública, no Ministério Público ou em entidade conveniada para esses fins.

§ 2º O juiz fixará o serviço alternativo atendendo aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. (NR).

Art. 439. O exercício efetivo da função de jurado constituirá serviço público relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral e assegurará prisão especial, em caso de crime comum, até o julgamento definitivo. (NR).

Art. 440. Constitui também direito do jurado, na condição do art. 439 deste Código, preferência, em igualdade de condições, nas licitações públicas e no provimento, mediante concurso, de cargo ou função pública, bem como nos casos de promoção funcional ou remoção voluntária. (NR)



Art. 441. Nenhum desconto será feito nos vencimentos ou salário do jurado sorteado que comparecer à sessão do júri. (NR).

Art. 442. Ao jurado que, sem causa legítima, deixar de comparecer no dia marcado para a sessão ou retirar-se antes de ser dispensado pelo presidente será aplicada multa de 1 (um) a 10 (dez) salários mínimos, a critério do juiz, de acordo com a sua condição econômica. (NR)

Art. 443. Somente será aceita escusa fundada em motivo relevante devidamente comprovada e apresentada, ressalvadas as hipóteses de força maior, até o momento da chamada dos jurados.(NR)

Art.444. O jurado somente será dispensado por decisão motivada pelo juiz presidente, consignada na ata dos trabalhos. (NR)

Art.445. O jurado, no exercício da função ou a pretexto de exercê-la, será responsável criminalmente nos mesmos termos em que o são os juízes togados.(RN)

Art. 446. Aos suplentes, quando convocados, serão aplicáveis os dispositivos referentes às dispensas, faltas e escusas e à equiparação de responsabilidade penal prevista no art.445 deste Código. (NR)”

E para que chegue ao conhecimento de todos, mandei publicar o presente edital, que vai, publicado uma vez no Diário da Justiça do Estado do Ceará e afixado à porta do Tribunal de Juri. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Aiuaba-CE, aos dezesete (17) de novembro de dois mil e vinte e dois(2022). Eu, Francisca Cristiana Gomes Rodrigues, Supervisora de Unidade Judiciária, digitei e subscrevi.

**JOSÉ GILDERLAN LINS**  
JUIZ SUBSTITUTO TITULAR

#### **PORTARIA 17/2022**

Dispõe sobre a designação do servidor Jarbas Lúcio Pereira Do Nascimento, para substituir a Supervisora de Unidade Judiciária, durante o seu afastamento por motivo de férias, no período de 21/11/2022 até 05/12/2022.

**O DR. LUZINALDO ALVES ALEXANDRE DA SILVA**, Juiz respondendo da Vara Única da Comarca de Missão Velha, do Estado do Ceará, por nomeação legal etc, no uso de suas atribuições legais.

**CONSIDERANDO** a necessidade de manter a continuidade dos serviços da Secretaria de Vara Única desta Comarca de Missão Velha/CE, bem assim, no tocante à subscrição dos atos processuais realizados durante o período de férias da respectiva Supervisora de Unidade, **Sra. JÉSSICA MARIA ALVES PEREIRA FREIRE**, Matrícula 45996, prevista para ser usufruída durante o período de 21/11/2022 até 05/12/2022.

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 2º, §5º, da Resolução n. 10/2018, do Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado.

#### **RESOLVE:**

**Art. 1º** - Designar o servidor **JARBAS LÚCIO PEREIRA DO NASCIMENTO**, matrícula nº 305, Técnico judiciário, lotado nesta Comarca, para substituir a Supervisora de Unidade Judiciária, **JÉSSICA MARIA ALVES PEREIRA FREIRE**, matrícula 45996, durante o seu afastamento por motivo de férias, no período de 21/11/2022 até 05/12/2022.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Missão Velha/CE, aos 16 (dezesesseis) dias do mês de novembro do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois).

**LUZINALDO ALVES ALEXANDRE DA SILVA**  
Juiz de Direito respondendo pela Comarca de Missão Velha/CE

**ESTADO DO CEARÁ**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**COMARCA DE RUSSAS- CE**  
**CORREGEDORIA PERMANENTE**

#### **PORTARIA Nº 17/2022**

Dispõe sobre a prorrogação da inspeção extrajudicial nos Cartórios da Comarca de Russas-CE e no Cartório da Comarca Vinculada de Palhano-CE

O Excelentíssimo **Dr. WILDEMBERG FERREIRA DE SOUSA**, Juiz de Direito, Titular da 1ª Vara Cível de Russas/CE e Corregedor Permanente das Serventias Extrajudiciais da Comarca de Russas/CE, no uso de suas atribuições legais;

**CONSIDERANDO** as dificuldades encontradas no manuseio do Sistema de Correição e Inspeção (SCI),

#### **RESOLVE:**

**Art. 1º** - PRORROGAR a INSPEÇÃO EXTRAJUDICIAL ORDINÁRIA ANUAL nos Cartórios da Comarca de Russas/CE e no Cartório da Comarca Vinculada de Palhano, até o dia 25/11/2022.



Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE no Diário de Justiça Eletrônico.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Russas do Estado do Ceará, aos 16 de novembro de 2022.

**WILDEMBERG FERREIRA DE SOUSA**

Juiz Corregedor Permanente

**PODER JUDICIÁRIO**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**ESTADO DO CEARÁ**

**1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RUSSAS**

**PORTARIA Nº 18/2022**

O Dr. WILDEMBERG FERREIRA DE SOUSA, Juiz de Direito Titular da 1ª Vara Cível da Comarca de Russas/CE, no uso de suas atribuições legais etc.

CONSIDERANDO a necessidade de manter a continuidade dos serviços da Secretaria, durante as férias da Supervisora desta Unidade Judiciária, Sra. JACQUELINE FROTA DE SÁ CARNEIRO, Mat. 5320;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 83, parágrafo único, alínea "f", do Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará;

RESOLVE:

Designar o servidor, FRANCISCO ANTÔNIO RODRIGUES DA CUNHA, mat. 2929, Técnico Judiciário, para exercer a função de Supervisor da 1ª Vara Cível desta Comarca, no período de férias da titular (dias 23/11 a 02/12 de 2022), acima informada.

PUBLIQUE-SE no Diário de Justiça Estadual.

CUMPRA-SE.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Russas/CE, 16/11/2022.

**WILDEMBERG FERREIRA DE SOUSA**

Juiz de Direito Titular

**PODER JUDICIÁRIO**

**COMARCA DE BELA CRUZ**

**SECRETARIA DE VARA ÚNICA**

**PORTARIA 17/2022**

Dispõe sobre o atendimento ao público no Fórum de Bela Cruz.

O Dr. Diego Filipe de Sousa Barros, Juiz Substituto Titular da Comarca de Bela Cruz, no uso de suas atribuições legais como Diretor do Fórum, etc.

CONSIDERANDO a retomada das atividades presenciais nas unidades do Poder Judiciário cearense, após consistente declínio dos números de contaminados pela COVID-19, determinada pela Portaria nº 2154/2022 da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, publicada no DJe de 04 de Outubro de 2022;

CONSIDERANDO a necessidade de otimizar o atendimento da Unidade Judiciária, uma vez que o número de servidores é pequeno e, atualmente, existem 5 canais de atendimento, 3 remotos (Balcão Virtual, e-mail e Whatsapp Bussines) e 2 presenciais (balcão presencial e telefone fixo);

CONSIDERANDO o disposto no art. 11 §14º, da Portaria nº 397/2022, que estabelece a possibilidade de atendimento ao público e aos advogados prosseguir sendo realizado pelos canais disponíveis de atendimento remoto (balcão virtual).

RESOLVE:

Art. 1º – Encerrar os atendimentos eletrônicos da Vara Única da Comarca de Bela Cruz através do Whatsapp Business, mantendo o atendimento remoto via Balcão Virtual e e-mail, bem como, mantendo o atendimento presencial e através do telefone fixo institucional, nos termos determinados pela CGE/CE.

Art. 2º – Publique-se, afixando inclusive no átrio do Fórum e remetendo para publicação no Diário de Justiça do Estado do Ceará.

Art. 3º – Comunique-se a Corregedoria Geral de Justiça e ao Representante da OAB/CE em Bela Cruz.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Dado e passado aos (17) dezoito dias do mês de novembro de dois mil e vinte e dois (2022), no Gabinete do MM. Juiz desta Comarca de Bela Cruz.

**Diego Filipe de Sousa Barros**

Juiz



Samara Costa Maio, JUÍZA DE DIREITO/ RESPONDENDO da 1ª Vara de Brejo Santo, Presidente do Tribunal do Júri desta comarca, Estado do Ceará, por título legal, etc.

FAZ SABER aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que, em observância ao disposto nos artigos 425 e 426, do Código de Processo Penal, foi procedido por este Juízo, a revisão dos nomes dos cidadãos para constituírem o quadro do corpo de jurados no ALISTAMENTO GERAL DO JÚRI DA COMARCA DE BREJO SANTO/CE, para o exercício de dois mil e vinte e três (2023), sendo integrantes da lista as pessoas abaixo indicadas.

LISTA GERAL DE JURADOS:

ABDIAS MENEZES DA SILVA  
ADELICE PEREIRA TORRES DA SILVA  
ADELINA CAMILO GOMES  
ADRIANA ALVES MOREIRA  
ADRIANA ALVES MOREIRA  
ADRIANA ARARUNA CARDOSO  
ADRIANA MARIA DE SOUSA  
AGUIDA MARIA LUCENA SANTOS LEITE  
ALDENI PEREIRA DO NASCIMENTO  
10.ALESSANDRO ALENCAR DE MOURA  
ALEXSANDRA BARBOSA DE LUNA  
ALINI NOGUEIRA DOS SANTOS PEREIRA  
ANA ALVES DE SANTANA  
ANA ALZIRA LUCENA NICODEMOS  
ANA CLAUDIA LANDIM  
ANA CLECIA CRUZ FIGUEIREDO  
ANA CRISTINA DE SOUSA  
ANA CRISTINA MONTE DOS SANTOS  
ANA MARIA DA SILVA  
ANA MENDES DOS SANTOS NETA  
ANA MICAELA DOS SANTOS SILVA LIMA  
ANA PAULA RICARTE ALVES  
ANA TERESA QUENTAL SANTANA  
ANDECLECIA NUNES DE AMORIM  
ANDRE LOPES DOS SANTOS  
ANGELUCIA MARIA DA SILVA SOUSA  
ANTONIA ALVES XAVIER  
ANTONIA RIVIELLY CRUZ SAMPAIO  
ANTONIELHE INACIO CARDOSO  
ANTONIO CARLOS BEZERRA DO NASCIMENTO  
ANTONIO EDUARDO PEREIRA DE SOUZA  
ANTONIO JOAQUIM DOS SANTOS NETO  
ANTONIO MAGNO ALENCAR DE OLIVEIRA  
ANTONIO MENDES VASCONCELOS JUNIOR  
ANTONIO PAULO TAVARES  
APARECIDA NASCIMENTO PEREIRA  
ARLANY EMANUEL DA SILVA  
CALINE ARAUJO LEITE  
CARINA TELES FIGUEIREDO  
CARLOS ANDRE INACIO CAVALCANTE  
CARLOS HENRIQUE ANGELIM PINHEIRO  
CHRISTIANE DE SOUZA LEITE  
CICERA BEZERRA LEITE DE NARCISO  
CICERA DE ALMEIDA  
CICERA EDNA GOMES DE SOUZA  
CICERA ELIZABETE DE FIGUEIREDO  
CICERA ELIZABETE DE FIGUEIREDO  
CICERA JUCIEUDA DOS SANTOS  
CICERA MONICA DA SILVA SANTANA SIM  
CICERA MONICA MARTINS CARDOSO  
CICERA RIVALCI DE BARROS  
CICERA ROMANIA GONCALVES DE MACEDO  
CICERA SILVANA GRANGEIRO TAVARES  
CICERA SILVANA GRANGEIRO TAVARES  
CICERA SILVANA SAMPAIO MIRANDA  
CICERA SONIA DE ALBUQUERQUE  
CICERA SORAYA ARAUJO MARTINS  
CICERO CLEBER DE BARROS  
CICERO FRANCISCO DOS SANTOS  
CICERO LUIZ DOS SANTOS  
CICERO RIBEIRO DE ARAUJO  
CICERO TIBURTINO DE LUNA  
CLARA CANDIDO BRASIL  
CLAUDIA DA SILVA ARAUJO



CLAUDIANA LUCENA LIRA  
CLAUDIANA LUCENA LIRA  
CLAUDIO DE SOUSA NARCISO  
CRISTIANA OLIVEIRA LIMA  
CRISTIANE DE MELO NEVES  
CRISTIANE GONCALVES DE MENESES  
CRISTIANE MASCARENHAS MOURA  
DALVAN JOSE DE SOUSA  
DAMIANA GERLEIDE BRITO VALERIO  
DAMIANA PEREIRA DE MORAIS  
DAMIANA QUIRINO CARDOSO  
DAMIANA SIMONE CAMILO GOMES  
DANIELI MOREIRA DE SOUZA  
DANIELI MOREIRA DE SOUZA  
DEIDE ALVES NASCIMENTO  
DONARIA PINHEIRO DOS SANTOS  
EDILEUZA INACIO DOS SANTOS SILVA  
EDIVANDA PAULO TAVARES CABRAL  
EDJAN FERNANDES DOS SANTOS  
EDNA MARIA ALVES SANTOS  
EDNA MARIA BARBOSA DE OLIVEIRA  
EDSON MOREIRA TAVARES  
ELAINY MARIA CARVALHO FIGUEIREDO P  
ELANDIA FERREIRA DUARTE  
ELIANA INACIO BEZERRA  
ELIANE DE SOUZA LEITE  
ELIANE LUCENA  
ELITA MARIA ALVES DE MACEDO CAVALC  
ELIZANGELA ALVES LANDIM  
ELOISA DE FATIMA CARVALHO FEIJO  
ELTON NATANIEL ARARUNA LEITE  
EMERSON SOARES LACERDA  
ENEDINA ALVES DE SA  
ERILANDIA LAURENTINO BELEM  
EXPEDITA ARAUJO INACIO  
EXPEDITA MACEDO MATIAS  
EXPEDITA VANIA CELIAO ARAUJO  
FAGNER ALVES LEITE  
FATIMA TAVARES DOS SANTOS  
FRANCILDO GALVAO DA SILVA  
FRANCISCA ADAILSA DE SA  
FRANCISCA ADRIELLA FIDELIS DA SILV  
FRANCISCA ALVES PEREIRA  
FRANCISCA AURENI DE LUCENA  
FRANCISCA BEZERRA DEARAUJO ARRUDA  
FRANCISCA CARTAXO DE LUCENA FILHA  
FRANCISCA ERINEIDE DE MOURA  
FRANCISCA FERNANDA S PEREIRA  
FRANCISCA GOMES BARRETO

FRANCISCA HELIA LUCENA  
FRANCISCA INACIO MACEDO  
FRANCISCA JANE ALVES  
FRANCISCA LEDA PAULO SANTANA  
FRANCISCA LENI DE FIGUEIREDO  
FRANCISCA LILIANE DOS SANTOS  
FRANCISCA LUCIA TEIXEIRA DA S FURT  
FRANCISCA MARCULINO DOS SANTOS  
FRANCISCA NEIDE DOS SANTOS  
FRANCISCA NILDA GONCALVES PINHEIRO  
FRANCISCA ROMANA ALVES  
FRANCISCA SANDRA DE SOUSA  
FRANCISCA SILVIA DE LUCENA  
FRANCISCA ZILMAR DA SILVA  
FRANCISCO BRUNO TAVARES SILVA  
FRANCISCO HANIEL ALVES DE OLIVEIRA  
FRANCISCO HAROLDO DE OLIVEIRA  
FRANCISCO IVAN SAMPAIO SOUSA  
FRANCISCO JOSE DO NASCIMENTO  
FRANCISCO JOSIVALDO TAVARES  
FRANCISCO JOSMEY MIRANDA  
FRANCISCO JUCELIO DOS SANTOS  
FRANCISCO KLEBER DA SILVA FEITOSA  
FRANCISCO RONILDO ARRUDA FERREIRA



FRANCY RODRIGUES ROLIM  
GENEROSA CAMILO GOMES  
GEORGEA MARIA MACIEL FEIJO  
GEOVANY ALVES DA SILVA  
GILDETE LEITE DA ROCHA  
GILVAN RODRIGUES PAULINO  
GIZELDA GONCALVES DA SILVA  
GLAUCIA JANIEIRE T NEVES ARAUJO  
GLAUCIA JANIEIRE T NEVES ARAUJO  
HENRIQUE BARRETO BEZERRA  
HERMINIA MARIA BARRETO DE ARAUJO  
HIDELBERTO BARRETO SILVA  
HILGEAN LEITE MIRANDA  
IAN ALBERT STEPHEN MUNDY  
IARA DOS SANTOS ARAUJO  
ISABEL CRISTINA DOS SANTOS LUCENA  
IVETE FERREIRA ELISEU  
IVONETE NOEMIA DOS SANTOS OLIVEIRA  
IVONETE NOEMIA DOS SANTOS OLIVEIRA  
JACINTA ARAUJO VIEIRA  
JAILMA FURTADO DO NASCIMENTO  
JANICE GOMES DE OLIVEIRA  
JANINE BRAGA LOPES  
JERFSON DOS SANTOS CALIXTO  
JOAO BATISTA MONTE DE OLIVEIRA  
JOELMA LANDIM PEREIRA  
JORGE PINHEIRO INACIO  
JOSE ANTONIO DE SOUSA  
JOSE ELONDIO DE OLIVEIRA  
JOSE HERCULES FERNANDES GOMES  
JOSE NILTON DA SILVA JUNIOR  
JOSE OSMAR LOURENCO DA CRUZ  
JOSE ROBSON ROCHA DA SILVA  
JOSE VALDIR ESTRELA DANTAS  
JOSEFA CLEIDE SANSÃO DA SILVA  
JOSEFA GOMES DE MOURA  
JOSEFA PATRICIO DE OLIVEIRA  
JOSEFA REJANE ALVES DE LUCENA  
JOSEMAR DE MEDEIROS CRUZ  
JOSIANA BEZERRA DA SILVA  
JOSICLEIDE ODETE DOS SANTOS  
LEANDRO DA SILVA MUNIZ  
LIGIA MARIA FERREIRA  
LILIAN BEZERRA DE MEDEIROS  
LIVIA MARIA BEZERRA DO NASCIMENTO  
LUCI LACERDA FURTADO  
LUCIA DE FATIMA TAVARES MOURA  
LUCIANA BARRETO DE ARAUJO  
LUCIANA INACIO DA COSTA  
LUCIANE BARBOSA DA SILVA  
LUCIMEYRE DA CRUZ  
LUIS MIGUEL ALVES  
LUIS MIGUEL ALVES  
LUIZ ALVES PATRICIO  
LUIZ BENTO DA SILVA  
LUZIA FERNANDES  
RODRIGUES DE SOUSA  
LUZIA FERNANDES  
RODRIGUES DE SOUSMAILDA EUZEBIA TELES  
MANOEL ALVES SOARES  
MANOEL TIBURTINO LEITE  
MARCELO PACIFICO DE MELO  
MARCIA ALVES DE MOURA  
MARCIA GOMES DE SOUZA  
MARCIA GOMES DE SOUZA  
MARCIA MARIA RODRIGUES SA  
MARCIA REJANE F ROCHA BEZERRA  
MARCOS ROBERTO PEREIRA  
MARGARETE MARIA DO ZABULON  
MARGARIDA MACEDO MATIAS  
MARGARIDA MARIA ALVES MEDEIROS  
MARGARIDA OLIVEIRA DA SILVA  
MARGARIDA OLIVEIRA DA SILVA  
MARGARIDA TAVARES DOS SANTOS



MARIA ADINA SOUZA DE OLIVEIRA  
MARIA ADRIANA DA SILVA NASCIMENTO  
MARIA ADRIANA GOMES DE OLIVEIRA  
MARIA ADRIANA GOMES NOGUEIRA  
MARIA ADRIANA SANTOS PEREIRA DE SA  
MARIA ADVACI PEREIRA CAVALCANTE NA  
MARIA AILCE DIODATO DE FIGUEIREDO  
MARIA ALEXSANDRA PEREIRA ALVES  
MARIA ALVES DE SOUZA SANTOS  
MARIA ANISLAINE SAMPAIO DE LIMA  
MARIA ANISLAINE SAMPAIO DE LIMA  
MARIA APARECIDA ARAUJO PINHEIRO  
MARIA APARECIDA DA COSTA  
MARIA APARECIDA DA SILVA  
MARIA APARECIDA DA SILVA SANTOS  
MARIA APARECIDA FERREIRA  
MARIA APARECIDA PEREIRA LEITE  
MARIA APARECIDA TAVARES DOS SANTOS  
MARIA AUREA TAVARES DE LIMA  
MARIA AUXILIADORA BEZERRA DE FIGUE  
MARIA AUXILIADORA DE SOUSA MOURA  
MARIA AUXILIADORA DE SOUSA MOURA  
MARIA BEATRIZ PEREIRA  
MARIA BIANA BARBOSA DO NASCIMENTO  
MARIA CARLA FIGUEIREDO SILVA  
MARIA CEDINA ALVES DA SILVA  
MARIA CELMA DE SA MATIAS  
MARIA CICERA DA SILVA  
MARIA CLAUDIA DE OLIVEIRA PRIMO  
MARIA CLEILDA FERNANDES OLIVEIRA  
MARIA DA CONCEICAO BASILIO CAVALCA  
MARIA DAS DORES PEREIRA RAMOS  
MARIA DAS GRACAS BEZERRA DE MOURA  
MARIA DAS GRACAS DOS SANTOS  
MARIA DAS GRACAS FERREIRA  
MARIA DAS GRACAS NUNES BEZERRA  
MARIA DAS GRACAS SOARES ZACARIAS  
MARIA DAS GRACAS TELES FEIJO  
MARIA DAYLLA FELINTO BRAGA  
MARIA DE FATIMA ALVES CALIXTO  
MARIA DE FATIMA ALVES MOREIRA  
MARIA DE FATIMA AQUINO DE LIMA  
MARIA DE FATIMA ARAUJO TELES  
MARIA DE FATIMA CAMILO  
MARIA DE FATIMA CRUZ  
MARIA DE FATIMA QUENTAL DE FIGUEIR  
MARIA DE FATIMA SIMAO LIRA  
MARIA DO SOCORRO BARAUNA  
MARIA DO SOCORRO DE SOUSA CALDAS  
MARIA DO SOCORRO FILGUEIRA DOS SAN  
MARIA DO SOCORRO INACIO  
MARIA DO SOCORRO MACEDO SANTOS  
MARIA DO SOCORRO MENESES DUARTE  
MARIA DO SOCORRO MOURA  
MARIA EDGAR PEREIRA MOREIRA  
MARIA EDILEUZA FERREIRA MIRANDA  
MARIA EDILZA GONCALO OLIVEIRA  
MARIA EDLEUSA ANDRADE DOS SANTOS  
MARIA EDLEUSA INACIO  
MARIA EDNA SILVA DE OLIVEIRA  
MARIA ELIETE DOS SANTOS  
MARIA ENELIRAM PINHEIRO  
MARIA EUNICE DA SILVA  
MARIA FATIMA GONCALVES SABINO  
MARIA GILMEIRY GOMES BEZERRA SALVI  
MARIA GOMES MAIA  
MARIA GORETE FONSECA  
MARIA HELENA CAROLINA SANTOS  
MARIA HELIANE INACIO GONCALVES LIN  
MARIA ILSE GONCALVES PINHEIRO  
MARIA INES LINO DA SILVA  
MARIA INES LINO DA SILVA  
MARIA IRANILDA FERREIRA LACERDA  
MARIA ISABEL ALVES MEDEIROS





MARIA IVANI DOS SANTOS  
MARIA IVANILDA FERREIRA TAVARES  
MARIA IVETE ALVES RAMALHO FERREIRA  
MARIA IVETE NUNES MORATO  
MARIA IZETE ALVES RAMALHO  
MARIA JANAINA CONCEICAO CARDOSO BR  
MARIA JOSE FERREIRA DOS SANTOS  
MARIA JOSUELA FERREIRA DOS SANTOS  
MARIA JUCELIA FIGUEIREDO DE BRITO  
MARIA JUCELIA FIGUEIREDO DE BRITO  
MARIA JUCILENE DOS SANTOS  
MARIA JURACI LAURENTINO MONTEIRO  
MARIA LADJANE BARBOSA DE SOUSA  
MARIA LEDIAN TAVARES SALVIANO  
MARIA LILIANA INACIO  
MARIA LINDOMAR MACEDO SECUNDO SAMP  
MARIA LUCELIA MATOS  
MARIA LUCIANA ALVES LIMA ROCHA  
MARIA LUCIENE SALES BARBOSA  
MARIA LUZIA DOS SANTOS  
MARIA LUZIMAR FERNANDES GOMES  
MARIA MACEDO DA FONSECA CAROLINO  
MARIA MARLEIDE DA SILVA  
MARIA MARLENE MONTEIRO CASIMIRO  
MARIA MARLI MONTEIRO  
MARIA NAILSE GOMES DE SOUSA  
MARIA NEILA TAVARES SALVIANO  
MARIA NEILA TAVARES SALVIANO  
MARIA NITA BORGES FERREIRA SILVA  
MARIA NITA BORGES FERREIRA SILVA  
MARIA PEREIRA CRUZ SARAIVA  
MARIA REJANE NUNES SALVIANO  
MARIA CARMEM DA SILVA  
MARIA SANCAO DA SILVA  
MARIA SANDRA FERNADES DE OLIVEIRA  
MARIA SELMA SILVA DE OLIVEIRA  
MARIA SILVA ALERIANO LIMA  
MARIA SILVANA ALVES  
MARIA SILVANA DE FIGUEIREDO MORAIS  
MARIA SOCORRO ALVES PATRICIO MOURA  
MARIA SOCORRO DOS SANTOS  
MARIA SOCORRO DOS SANTOS  
MARIA SOCORRO RODRIGUES  
MARIA SOCORRO SAMPAIO DE F PINHEIRO  
MARIA SUELI DE VASCONCELOS LEITE  
MARIA SUZIANNE FERREIRA LEITE  
MARIA VANILDA DA SILVA  
MARIA VANUSA ALVES  
MARIA VANUSA ALVES  
MARIA ZENEIDE ALVES  
MARIA ZENEIDE GONCALVES PINHEIRO  
MARILENE QUEIROZ DE SOUSA  
MARLUCI PEREIRA OLIVEIRA  
NEURIAN FURTADO MATIAS FIGUEIREDO  
PAULA DANIELLY FIGUEIREDO SILVA  
PEDRINA MARLEIDE SANTOS OLIVEIRA  
PEDRINA MARLEIDE SANTOS OLIVEIRA  
PEDRO ADJEDAN DAVID DE SOUSA  
PEDRO DAVID PEDROSA  
PEDRO INACIO DE MACEDO  
REJANE DE SOUZA LEITE  
RITA GOMES VASCONCELOS  
RITA NUNES BASTOS  
RITA VITAL DOS SANTOS  
ROBERTA DE SOUSA TAVEIRA NICODEMOS  
ROBSON RUFINO ALVES DE FIGUEIREDO  
ROSANGELA ARRUDA SAMPAIO CAVALCANT  
ROSELANDIA GOMES DA SILVA  
ROUSE DAYANNA OLIVEIRA MACHADO LES  
SANDRA MARIA ROLIM  
ROCHA LUSTOSA  
SELMA MARIA DE SOUSA  
SILEIDE SEVERO DE ASSIS  
SILVANA RODRIGUES DOS SANTOS



SILVIA SAND ANGELIN PINHEIRO  
SILVIA SAND ANGELIN PINHEIRO  
SOFIA GOMES DE MOURA  
SOLANGE CONRADO GORGONIO  
STELLAMARCIA SILVA DE LACERDA  
TAIS HANEY ARAUJO FERREIRA  
TERESINHA MARTINS PEREIRA  
THIAGO HENRILLE GOMES MAIA  
VALDEMAR SEBASTIAO PEREIRA  
VALESK MACEDO ROCHA  
VALQUIRIA FELIX DA CUNHA  
VANDERLI DE ARAUJO ALVES  
VANESSA MOURA DE SA  
VANUSA MACEDO ROCHA ALVES  
VERIDIANE ROSA DA SILVA  
VERIDIANE ROSA DA SILVA  
VICENCIA MERCIA VIDAL  
VILMA FREIRE ALENCAR  
VIVIANE SOUSA VIDAL DE MELO  
WAGNER DAVID ROCHA  
WENIA PERPETUA BEZERRA LUSTOSA  
WILEMAGNA ALVES LACERDA

E, para conhecimento de todos, em observância ao disposto no art. 426, do Código de Processo Penal, determinou a MM. Juíza que se lavrasse o presente Edital, onde qualquer reclamação, impugnação, recurso de qualquer cidadão ou das pessoas incluídas, assim como pedido de exclusão nos casos previstos em lei, deverão ser apresentadas até o dia 10 de dezembro, data de sua publicação definitiva, no átrio do Fórum.

Seguem transcritos os arts. 436 a 446 do CPP, em cumprimento ao §º, do art. 426 do supracitado Código.

Art. 436. O serviço do júri é obrigatório. O alistamento compreenderá os cidadãos maiores de 18 (dezoito) anos de notória idoneidade. (Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008).

§º Nenhum cidadão poderá ser excluído dos trabalhos do júri ou deixar de ser alistado em razão de cor ou etnia, raça, credo, sexo, profissão, classe social ou econômica, origem ou grau de instrução. (Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008). §º A recusa injustificada ao serviço do júri acarretará multa no valor de 1 (um) a 10 (dez) salários-mínimos, a critério do juiz, de acordo com a condição econômica do jurado. (Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008).

Art. 437. Estão isentos do serviço do júri: (Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008). I – o Presidente da República e os Ministros de Estado; (Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008); II – os Governadores e seus respectivos Secretários; (Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008); III – os membros do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras Distrital e Municipais; (Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008); IV – os Prefeitos Municipais; (Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008); V – os Magistrados e membros do Ministério Público e da Defensoria Pública; (Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008); VI – os servidores do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública; (Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008); VII – as autoridades e os servidores da polícia e da segurança pública; (Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008); VIII – os militares em serviço ativo; (Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008); X – os cidadãos maiores de 70 (setenta) anos que requeiram sua dispensa; (Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008); X – aqueles que o requererem, demonstrando justo impedimento. (Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008).

Art. 438. A recusa ao serviço do júri fundada em convicção religiosa, filosófica ou política importará no dever de prestar serviço alternativo, sob pena de suspensão dos direitos políticos, enquanto não prestar o serviço imposto. (Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008); §º Entende-se por serviço alternativo o exercício de atividades de caráter administrativo, assistencial, filantrópico ou mesmo produtivo, no Poder Judiciário, na Defensoria Pública, no Ministério Público ou em entidade conveniada para esses fins. Publicação Oficial do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará – Lei Federal nº 11.419/06, art. 4º Disponibilização: terça-feira, 15 de outubro de 2019 Caderno 1: Administrativo Fortaleza, Ano X – Edição 2246 45 (Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008); §º O juiz fixará o serviço alternativo atendendo aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. (Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008).

Art. 439. O exercício efetivo da função de jurado constituirá serviço público relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral e assegurará prisão especial, em caso de crime comum, até o julgamento definitivo. (Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008).

Art. 440. Constitui também direito do jurado, na condição do art. 439 deste Código, preferência, em igualdade de condições, nas licitações públicas e no provimento, mediante concurso, de cargo ou função pública, bem como nos casos de promoção funcional ou remoção voluntária. (Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008).

Art. 441. Nenhum desconto será feito nos vencimentos ou salário do jurado sorteado que comparecer à sessão do júri. (Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)

Art. 442. Ao jurado que, sem causa legítima, deixar de comparecer no dia marcado para a sessão ou retirar-se antes de ser dispensado pelo presidente será aplicada multa de 1 (um) a 10 (dez) salários mínimos, a critério do juiz, de acordo com a sua condição econômica. (Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)

Art. 443. Somente será aceita escusa fundada em motivo relevante devidamente comprovado e apresentada, ressalvadas as hipóteses de força maior, até o momento da chamada dos jurados. (Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)



Art. 444. O jurado somente será dispensado por decisão motivada do juiz-presidente, consignada na ata dos trabalhos. (Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)

Art. 445. O jurado, no exercício da função ou a pretexto de exercê-la, será responsável criminalmente nos mesmos termos em que o são os juízes togados. (Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)

Art. 446. Aos suplentes, quando convocados, serão aplicáveis os dispositivos referentes às dispensas, faltas e escusas e à equiparação de responsabilidade penal prevista no art. 445 deste Código.

Dado e passado na 1ª Vara da Comarca de Brejo Santo, Estado do Ceará, aos 11 de novembro 2022. Eu, Izabel Haisa Leite Pereira, Supervisora de Secretaria, o digitei e o subscrevi. Publique-se. Cumpra-se.

Samara Costa Maia  
Juíza de Direito/Respondendo

1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DO CRATO/CE  
PORTARIA Nº 05/2022

Dispõe sobre a designação de servidores para o plantão judiciário do 1º Núcleo Regional nos dias 19 e 20 de novembro de 2022.

CONSIDERANDO a Portaria nº 2173/2022, da lavra da Desembargadora Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, que estabeleceu a escala das unidades judiciárias dos Núcleos Regionais de Custódia e de Inquérito do Interior do Estado do Ceará.

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer e divulgar a relação dos servidores da 1ª Vara Criminal do Crato que estarão de plantão pelo 1º Núcleo Regional, atendendo ao disposto no art. 2º da Portaria nº 2270/2022 da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

RESOLVE:

Art. 1º. . Designar os servidores abaixo relacionados que atuarão com o magistrado no plantão do 1º Núcleo Regional no dia 19 de novembro de 2022:

- I) Bruna Peixoto Almino Felix, matrícula 22880, Supervisora de Unidade Judiciária, de forma presencial;
- II) Ayla Sidrim Peixoto Rodrigues, matrícula 988, Analista Judiciária, de forma presencial;
- III) Tarsila Lorena Rodrigues Firmino, matrícula 45882, Técnica Judiciária, de forma remota.

Art. 2º. . Designar os servidores abaixo relacionados que atuarão com o magistrado no plantão do 1º Núcleo Regional no dia 20 de novembro de 2022:

- I) Bruna Peixoto Almino Felix, matrícula 22880, Supervisora de Unidade Judiciária, de forma presencial;
- II) Josimário Freire Amorim, matrícula 4685, Assistente de Unidade Judiciária, de forma presencial;
- III) Tarsila Lorena Rodrigues Firmino, matrícula 45882, Técnica Judiciária, de forma remota.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Dê-se ciência. Cumpra-se.

Crato/CE, aos 17 de novembro de 2022.

João Pimentel Brito  
Juiz de Direito respondendo

**ESTADO DO CEARÁ**  
**PODER JUDICIÁRIO**

**Juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Caucaia/CE**

**Rua Sérvulo Braga Moreira, S/N – Pabussu – Caucaia/CE (RUA QUINZE DE OUTUBRO) Email: [caucaia.jvdfml@tjce.jus.br](mailto:caucaia.jvdfml@tjce.jus.br)**

**PORTARIA Nº 02/2022**

Dispõe sobre encerramento dos atendimentos eletrônicos do Juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Caucaia/CE através do *WhatsApp Business*.

A **DRA. DEBORAH CAVALCANTE DE OLIVEIRA SALOMÃO GUARINES**, Juíza de Direito Titular do Juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Caucaia/CE, no uso de suas atribuições legais.

**CONSIDERANDO** a retomada das atividades presenciais nas unidades do Poder Judiciário cearense, após o consistente declínio dos números de contaminados pela COVID-19, determinada pela Portaria nº 2154/2022 da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, publicada no DJe de 04 de Outubro de 2022;

**CONSIDERANDO** a necessidade de otimizar o atendimento da unidade judiciária;



**CONSIDERANDO** o disposto no art. 11, § 1º, da Portaria nº 397/2022, que estabelece a possibilidade de atendimento ao público e aos advogados prosseguir sendo realizado pelos canais disponíveis de atendimento remoto (balcão virtual, e-mail);

**CONSIDERANDO** a DECISÃO/OFÍCIO nº 4670/2022/CGJCE, do Corregedor-Geral da Justiça, emitida no processo administrativo n. Processo nº 8507328-68.2022.8.06.0001, que entendeu como facultativo o uso dos canais de atendimento remoto, ressalvada a obrigatoriedade do Balcão Virtual;

**CONSIDERANDO** o determinado na Resolução nº 372/2021/CNJ que instituiu o balcão virtual como ferramenta de atendimento remoto.

**RESOLVE:**

**ENCERRAR** os atendimentos eletrônicos do Juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Caucaia/CE através do *WhatsApp Business*, mantendo o atendimento presencial e via balcão virtual nos termos determinados pela CGJ/CE.

Publique-se, afixando inclusive no átrio do Fórum e remetendo para publicação no Diário da Justiça do Estado do Ceará.

Comunique-se à Corregedoria Geral da Justiça;

Caucaia, 16 de novembro de 2022.

**Deborah Cavalcante de Oliveira Salomão Guarines**  
Juíza de Direito Titular

**ESTADO DO CEARÁ**  
**PODER JUDICIÁRIO**

Juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Caucaia/CE  
Rua Sérvulo Braga Moreira, S/N – Pabussu – Caucaia/CE (RUA QUINZE DE OUTUBRO) Email: [caucaia.jvdfml@tjce.jus.br](mailto:caucaia.jvdfml@tjce.jus.br)

**P O R T A R I A N.º 02/2022**

Dispõe sobre encerramento dos atendimentos eletrônicos do Juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Caucaia/CE através do *WhatsApp Business*.

A **DRA. DEBORAH CAVALCANTE DE OLIVEIRA SALOMÃO GUARINES**, Juíza de Direito Titular do Juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Caucaia/CE, no uso de suas atribuições legais.

**CONSIDERANDO** a retomada das atividades presenciais nas unidades do Poder Judiciário cearense, após o consistente declínio dos números de contaminados pela COVID-19, determinada pela Portaria nº 2154/2022 da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, publicada no DJe de 04 de Outubro de 2022;

**CONSIDERANDO** a necessidade de otimizar o atendimento da unidade judiciária;

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 11, § 1º, da Portaria nº 397/2022, que estabelece a possibilidade de atendimento ao público e aos advogados prosseguir sendo realizado pelos canais disponíveis de atendimento remoto (balcão virtual, e-mail);

**CONSIDERANDO** a DECISÃO/OFÍCIO nº 4670/2022/CGJCE, do Corregedor-Geral da Justiça, emitida no processo administrativo n. Processo nº 8507328-68.2022.8.06.0001, que entendeu como facultativo o uso dos canais de atendimento remoto, ressalvada a obrigatoriedade do Balcão Virtual;

**CONSIDERANDO** o determinado na Resolução nº 372/2021/CNJ que instituiu o balcão virtual como ferramenta de atendimento remoto.

**RESOLVE:**

**ENCERRAR** os atendimentos eletrônicos do Juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Caucaia/CE através do *WhatsApp Business*, mantendo o atendimento presencial e via balcão virtual nos termos determinados pela CGJ/CE.

Publique-se, afixando inclusive no átrio do Fórum e remetendo para publicação no Diário da Justiça do Estado do Ceará.

Comunique-se à Corregedoria Geral da Justiça;

Caucaia, 16 de novembro de 2022.

**Deborah Cavalcante de Oliveira Salomão Guarines**  
Juíza de Direito Titular



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE PINDORETAMA  
VARA ÚNICA DA COMARCA DE PINDORETAMA**

Rua Odílio Maia Gondim, s/n, Centro, Pindoretama-CE, CEP: 62.860-000 - telefone: (085) 3375-1260 – e-mail: [pindoretama@tjce.jus.br](mailto:pindoretama@tjce.jus.br)

**PORTARIA Nº 08/2022**

Dispõe sobre feriado municipal de Pindoretama, relativo ao Dia Municipal do Evangélico.

O Dr. Francisco Marcello Alves Nobre, MM. Juiz de Direito respondendo pela Vara Única da Comarca de Pindoretama-CE, no uso de suas atribuições constitucionais e legais etc...

**CONSIDERANDO** o feriado municipal do "Dia Municipal do Evangélico", que ocorrerá no dia 30 de novembro, instituído pela Lei Municipal nº 510/2019, publicada em 13/03/2019;

**CONSIDERANDO** a necessidade de regulamentar o presente feriado no âmbito do desta unidade judiciária;

**RESOLVE:**

**Art. 1.º** – Determinar ponto facultativo para o dia 30/11/2022;

**Art. 2.º** – Aplicar-se-á a esta data todas as disposições relativas a contagem de prazos em dias não úteis presentes na legislação vigente.

**Art. 3.º** – O fórum permanecerá fechado para o atendimento ao público, nada impedindo a continuidade das atividades internas no fórum, por exemplo: servidores de plantão, servidores do Ministério Público (que funciona nas dependências do fórum).

**Art. 4.º** – O servidor Hamilton Sampaio de Souza, matrícula 43429 ficará em regime de plantão na unidade das 08h às 14h, para atender apenas as demandas de urgência, dentro das regras preestabelecidas para os plantões judiciários TJCE.

**Art. 5.º** - Publique-se a presente Portaria na intranet do Poder Judiciário e no Diário da Justiça. Comunique-se ao Ministério Público atuante em Pindoretama e à OAB/CE;

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.  
Pindoretama, 16 de novembro de 2022.

**Francisco Marcello Alves Nobre**  
Juiz de Direito

**PORTARIA nº 36/2022**

**EMENTA:** Indica servidores para a Plantão Judicial nos dias 22 de Dezembro de 2022 e 05 de Janeiro de 2023.

**Aclécio Sandro de Oliveira, Juiz Substituto, Titular da Vara Única da Comarca de Mauriti, Ceará, por intermédio de suas atribuições e prerrogativas legais, etc.**

**CONSIDERANDO** o disposto no §3º da Resolução nº 29/2022, que estabelece que O(A) magistrado(a) plantonista contará com o auxílio de servidores(as) lotados(as) na unidade em que atua ordinariamente, em auxílio ou respondência;

**CONSIDERANDO** ainda o teor do Anexo Único da Resolução nº 13/2022, que instituiu Núcleos Regionais de Custódia e de Inquéritos no interior do Estado do Ceará, estando a Comarca de Mauriti inserida no 1º Núcleo Regional, com Sede na Comarca de Juazeiro do Norte;

**CONSIDERANDO** a necessidade da indicação dos servidores lotados nesta Unidade Judiciária para o auxílio da prestação de serviços jurisdicionais nas respectivas escalas de plantão,

**RESOLVE:**

**Art. 1.º** – Indiciar os servidores, **FRANCISCA MARY ANE DO NASCIMENTO RAMALHO FURTADO, Supervisora de Unidade Judiciária, Mat. 3240, e NEWTON JOÃO DOS SANTOS SOBRAL JUNIOR, Assistente de Unidade Judiciária, Mat. 46574, ambos lotados na Vara Única da Comarca de Mauriti, para atuarem nos plantões judiciais, nos dias 22 de dezembro de 2022 e 05 de janeiro de 2023.**

**Art. 2.º** – Os referidos servidores deverão se fazer presentes na Sede do Núcleo Regional de Custódias e Inquéritos, localizada na Comarca de Juazeiro do Norte-CE.

**Art. 3.º** - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Dado e passada nesta Comarca de Mauriti, Estado do Ceará, aos **17** (dezessete) dias do mês de **novembro** de **2022**.

**Aclécio Sandro de Oliveira**  
Juiz Substituto

**PORTARIA Nº 09/2022**

O excelentíssimo senhor Jorge Cruz de Carvalho, Juiz de Direito titular da 1ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Maracanaú/CE, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que MAIARA DE DEUS OLIVEIRA, mat.: 41835 - Supervisora de Unidade Judiciária, gozará de férias no período de 21/11/2022 a 05/12/2022;

CONSIDERANDO que os expedientes e demais atos deverão ter continuidade;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar PEDRO HENRIQUE CÂMARA DE SOUZA, mat.: 22717, Analista Judiciário, para, sem prejuízo de suas funções, substituir a Supervisora de Unidade Judiciária no período de 21/11/2022 a 05/12/2022.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE. Maracanaú, 17 de novembro de 2022. Jorge Cruz de Carvalho. Juiz de Direito titular da 1ª Vara de Família e Sucessões de Maracanaú

**ESTADO DO CEARÁ****PODER JUDICIÁRIO****COMARCA DE ITAITINGA – 1ª VARA**

Av. Cel. Virgílio Távora, nº. 1206, Centro, Itaitinga/CE

Cep. 61.880-000 – E-mail: Itaitinga.1@tjce.jus.br

**PORTARIA Nº 14/2022**

O Exmo. Dr. Christiano Silva Sibaldo de Assunção, Juiz de Direito da 1ª Vara de Itaitinga, no uso de suas atribuições legais, etc.

RESOLVE:

INSTAURAR incidente de sanidade mental para apuração técnica, mediante realização de perícia médico legal, do estado mental do denunciado Maria Ivonete de Oliveira Silva (processo principal nº 0002494-23.2019.8.06.0099) a quem nomeio como curador a Defensoria Pública desta Comarca, determinando que, após registrada e autuada a presente portaria, sejam adotadas as seguintes providências:

Intimação do Ministério Público e da Dra. Curadora nomeada para oferecerem, querendo, os quesitos que entenderem necessários, no prazo de 3 (três) dias;

Oficiar a PEFOCE para proceder com a perícia, devendo o perito responder aos seguintes quesitos, acrescidos da quesitação do Ministério Público e da Dra. Curadora a serem posteriormente encaminhados, se oferecidos:

O réu era, ao tempo da ação ou omissão, portador de doença mental?

Em caso positivo, qual doença?

Em caso negativo, apresentava ele desenvolvimento mental incompleto ou retardado?

Em virtude da doença mental ou do desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era ele inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato praticado?

Se era capaz de entender, estava, contudo, inteiramente incapacitado de determinar-se de acordo com esse entendimento?

Negativo o primeiro quesito, era o agente, à época do fato, portador de perturbação de saúde mental?

Em virtude dessa perturbação, tinha ele a plena capacidade de entendimento da ilicitude do fato ou de autodeterminação?

Negativos o "a", "d", "e" e o "f" quesitos, e afirmativo o "c", em virtude do desenvolvimento mental incompleto ou retardado, tinha ele, à época do fato, a plena capacidade de entendimento da ilicitude do fato ou a de autodeterminação?

Oficie-se a SEJUS para que tome ciência da necessidade de perícia do acusado.

Tratando-se de indiciado preso, assevero que a referida perícia deverá ser realizada no prazo máximo de quarenta e cinco dias (art. 150, § 1º do CPP).

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Itaitinga/CE, 16 de novembro de 2022

Christiano Silva Sibaldo de Assunção  
Juiz de Direito

**ESTADO DO CEARÁ****PODER JUDICIÁRIO****COMARCA DE ITAITINGA – 1ª VARA**

Av. Cel. Virgílio Távora, nº. 1206, Centro, Itaitinga/CE

Cep. 61.880-000 – E-mail: Itaitinga.1@tjce.jus.br

**PORTARIA Nº 15/2022**

O Exmo. Dr. Christiano Silva Sibaldo de Assunção, Juiz de Direito da 1ª Vara de Itaitinga, no uso de suas atribuições legais, etc.



RESOLVE:

INSTAURAR incidente de sanidade mental para apuração técnica, mediante realização de perícia médico legal, do estado mental do denunciado Francisco Ivani de Lima Ferrer (processo principal nº 0006598-68.2013.8.06.0099) a quem nomeio como curador a Defensoria Pública desta Comarca, determinando que, após registrada e autuada a presente portaria, sejam adotadas as seguintes providências:

Intimação do Ministério Público e da Dra. Curadora nomeada para oferecerem, querendo, os quesitos que entenderem necessários, no prazo de 3 (três) dias;

Oficiar a PEFOCE para proceder com a perícia, devendo o perito responder aos seguintes quesitos, acrescidos da quesitação do Ministério Público e da Dra. Curadora a serem posteriormente encaminhados, se oferecidos:

O réu era, ao tempo da ação ou omissão, portador de doença mental?

Em caso positivo, qual doença?

Em caso negativo, apresentava ele desenvolvimento mental incompleto ou retardado?

Em virtude da doença mental ou do desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era ele inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato praticado?

Se era capaz de entender, estava, contudo, inteiramente incapacitado de determinar-se de acordo com esse entendimento?

Negativo o primeiro quesito, era o agente, à época do fato, portador de perturbação de saúde mental?

Em virtude dessa perturbação, tinha ele a plena capacidade de entendimento da ilicitude do fato ou de autodeterminação?

Negativos o "a", "d", "e" e o "f" quesitos, e afirmativo o "c", em virtude do desenvolvimento mental incompleto ou retardado, tinha ele, à época do fato, a plena capacidade de entendimento da ilicitude do fato ou a de autodeterminação?

Oficie-se a SEJUS para que tome ciência da necessidade de perícia do acusado.

Tratando-se de indiciado preso, assevero que a referida perícia deverá ser realizada no prazo máximo de quarenta e cinco dias (art. 150, § 1º do CPP).

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Itaitinga/CE, 16 de novembro de 2022

Christiano Silva Sibaldo de Assunção  
Juiz de Direito

**ESTADO DO CEARÁ**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
VARA ÚNICA DA COMARCA DE GUAIÚBA

Portaria – 20/2022-C504VCIV001

O Dr. Francisco Marcello Alves Nobre, Juiz de Direito, respondendo pela 1ª Vara Cível da Comarca de Aquiraz/CE, no uso de suas atribuições legais etc.

CONSIDERANDO o princípio da continuidade do serviço Público previsto da Carta Magna;

CONSIDERANDO o gozo de férias individuais da supervisora Michele de Sousa Ribeiro, mat. 24100 no período de 10/12/2022 a 19/12/2022.

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora SANDRA FERREIRA DE ANDRADE E CASTRO, mat.362, para responder cumulativamente com sua função de técnica judiciária a função de supervisora judiciária desta Secretaria de Vara, durante o período de 10/12/2022 a 19/12/2022 referente ao gozo de férias da supervisora Michele de Sousa Ribeiro;

Art. 2º Após o período do gozo de suas férias volta a servidora Michele de Sousa Ribeiro para a supervisão da vara e SANDRA FERREIRA DE ANDRADE E CASTRO apenas como técnica judiciária.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Cumpra-se.

Aquiraz, 17 de Novembro de 2022.

Francisco Marcello Alves Nobre  
Juiz de direito, respondendo

**ESTADO DO CEARÁ**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**COMARCA DE CHOROZINHO**  
**SECRETARIA DE VARA ÚNICA**

Av. Dr. Luiz Costa, s/n – Leirões - Estrada do Campestre – Chorozinho (CE) – CEP: 62.875-000 - FONE/FAX: (85)3



319.1302

**EDITAL DE ALISTAMENTO DO JÚRI PARA O ANO DE 2023 - DEFINITIVA**

O DOUTOR FERNANDO ANTÔNIO MEDINA DE LUCENA, JUIZ DE DIREITO RESPONDENDO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE CHOROZINHO, ESTADO DO CEARÁ, POR NOMEAÇÃO LEGAL, NA FORMA DA LEI, ETC. FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que nesta data, após observados os Códigos de Processo Penal e alteração da Lei n. 11.689/2008, bem como da Organização Judiciária do Estado do Ceará, foi organizada a lista definitiva dos jurados que servirão nas sessões ordinárias do Tribunal Popular do Júri, conforme disposto no art. 426 e seguintes do CPP, assim composta:

ANTONIA LUZIRENE DE OLIVEIRA  
ANTONIA MARCIA SILVA SANTOS  
ARINA RODRIGUES DE MATOS SANTOS  
ARLEYANY RODRIGUES DOS SANTOS  
ALEXSANDRO COSTA CHAVES  
ANA KARINE ASSUNÇÃO DA SILVA  
ANDREIA MARIA RODRIGUES FERREIRA  
ANTONIO CARLOS SILVA DO VALE  
ANTONIO VANUBIO DA SILVA  
ARLETE RODRIGUES DE MATOS SILVA  
BRENA KÉSIA DE LIMA  
CAIO YVES BATISTA SOUSA  
CLARA DE ASSIS JORGE DE OLIVEIRA DA SILVA  
CLAUDENIA JERONIMO FALCAO  
CLEILSA SALDANHA MACIEL  
DALILA LOPES PIO  
DEYVIDE VAZ DE LIMA  
EDILEUZA MARIA SALDANHA CARVALHO  
EDUARDO FREITAS DA SILVA  
EMANUELA SARAIVA DE MELO SOUSA  
ELIZETE VITAL LINO  
ERICA CARNEIRO CHAVES  
EULINA MARIA DE CARVALHO  
FABIANA NOGUEIRA DE CARVALHO  
FLAVIA MONIZA ALBANO SANTIAGO FREITAS  
FLAYVANIA RODRIGUES DA SILVA ALMEIDA  
FRANCISCA ELIVANIA DA SILVA SANTOS  
FRANCISCA SOLANGE DOS SANTOS FREITAS  
FRANCISCA DULCE VIEIRA BATISTA  
FRANCISCA MEYRE DOS SANTOS  
FRANCISCA ORFILIA SALES ALBANO  
FRANCIVANIA RODRIGUES DA SILVA PEREIRA  
FRANCISCO BATISTA DOS SANTOS  
GERZEBEL DE BRITO SILVA  
GILBERLANIA COSTA FALCAO  
GILCILENE MARIA BARBOSA  
GLEICIANE BATISTA DE SOUSA  
HERICA PATRICIA DOS SANTOS LIMA  
IARA BERNARDO DE OLIVEIRA  
IVANA MARIA MORAIS LOPES MOURA  
JEANE GOMES DE MATOS SOUSA  
JESSICA NAYANE ALBANO SANTIAGO  
JOÃO GARCIA NETO  
JORGE MATHEUS LIMA LINO  
JOSE CLEILSON COELHO  
JOSUELITA ALVES DA SILVA  
JOVELINA DE SOUSA LIMA CARVALHO  
JOANA DARC DA SILVA  
JOÃO EUDES DOS ANJOS  
JOSE AILTON MATOS  
JOSIVANIA BATISTA DA SILVA  
KATIA CARVALHO DA SILVA  
LUANA KELLY DOS SANTOS  
LUANA RODRIGUES BEZERRA  
LUCIANA NEPOMUCENO DE ALENCAR  
LEIDIANE FERNANDES FERREIRA  
LUCIENE GOMES BARBOSA GUERRA  
LUIZ FRANCISCO FILHO  
LUSIRENE PEREIRA DA SILVA  
MAGNA MARIA CAVALCANTE  
MARCELO CARVALHO COSTA  
MARCOS ROBERTO DE SOUSA  
MARIA AUCILIANA BENTO ALBANO





MARIA DANIELE NUNES DE ALMEIDA  
MARIA DA CONCEIÇÃO COSTA DE ALMEIDA LIMA  
MARIA DE LOURDES LINHARES PEREIRA  
MARIA DIENE LOPES DE ALMEIDA  
MARIA ELIANE DE SOUZA CARVALHO  
MARIA IRLANDA BATISTA DA CONCEIÇÃO  
MARIA LEILIANE DA SILVA  
MARIA LINDALVA LIMA  
MARIA SILVANDIRA ALBANO  
MARIA VALDENISSE SARAIVA DA SILVA  
MARIA VALDIVA DE SOUSA FREITAS  
MARIA VERONICA VIANA  
MARIA ZENILDE ALBANO RODRIGUES  
MARIA ZILNETE SARAIVA AZEVEDO  
MARLENE GALDINO RODRIGUES CARNEIRO  
MARLI RODRIGUES DA SILVA SANTOS  
MORGANIA LIDIA PAIXÃO NOBRE  
NARLEY SOUSA DE OLIVEIRA  
NOEME GOMES BARBOSA  
PAULO SERGIO CARVALHO DE OLIVEIRA  
QUEILA PEREIRA DE OLIVEIRA  
QUEZIA HENRIQUE MONTEIRO  
RALBERTO PAIVA DA SILVA  
RITA DE CASSIA COSME DA SILVA HOLANDA  
ROSANGELA ADEODATO DE ALMEIDA  
ROSIVANGELA GUEDES BRASIL  
RUTH CLEIDE DA SILVA  
SANDRA MARIA SALES PEREIRA  
SUELLE PEREIRA BERNARDINO  
SUZIESSE NUNES LINO COSTA  
VALDEY FERNANDES PEREIRA  
VALDIONOR DE SOUSA SANTOS  
VALDONIS PEREIRA DA SILVA  
VERA LUCIA CANUTO DA SILVA  
WENIA SOARES DE ALENCAR CAMURÇA  
ZILDEMARA DA COSTA SILVA ROCHA  
ZOELANIA FERNANDES DE OLIVEIRA

Ficando os jurados acima nominados cientes de suas funções previstas nos artigos 436 a 446 do Código de Processo Penal, cujos teores são os seguintes:

“Art. 436. O serviço do júri é obrigatório. O alistamento compreenderá os cidadãos maiores de 18 (dezoito) anos de notória idoneidade.

§o Nenhum cidadão poderá ser excluído dos trabalhos do júri ou deixar de ser alistado em razão de cor ou etnia, raça, credo, sexo, profissão, classe social ou econômica, origem ou grau de instrução. §o A recusa injustificada ao serviço do júri acarretará multa no valor de 1 (um) a 10 (dez) salários-mínimos, a critério do juiz, de acordo com a condição econômica do jurado.”

“Art. 437. Estão isentos do serviço do júri:

I – o Presidente da República e os Ministros de Estado;

II – os Governadores e seus respectivos Secretários;

III – os membros do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras Distrital e Municipais;

IV – os Prefeitos Municipais;

V – os Magistrados e membros do Ministério Público e da Defensoria Pública;

VI – os servidores do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública;

VII – as autoridades e os servidores da polícia e da segurança pública;

VIII – os militares em serviço ativo; IX – os cidadãos maiores de 70 (setenta) anos que requeiram sua dispensa;

X – aqueles que o requererem, demonstrando justo impedimento.”

“Art. 438. A recusa ao serviço do júri fundada em convicção religiosa, filosófica ou política importará no dever de prestar serviço alternativo, sob pena de suspensão dos direitos políticos, enquanto não prestar o serviço imposto.

§o Entende-se por serviço alternativo o exercício de atividades de caráter administrativo, assistencial, filantrópico ou mesmo produtivo, no Poder Judiciário, na Defensoria Pública, no Ministério Público ou em entidade conveniada para esses fins.

§o O juiz fixará o serviço alternativo atendendo aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.”

“Art. 439. O exercício efetivo da função de jura do constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.” Publicação Oficial do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará - Lei Federal nº 11.419/06, art. 4º

“Art. 440. Constitui também direito do jurado, na condição do art. 439 deste Código, preferência, em igualdade de condições, nas licitações públicas e no provimento, mediante concurso, de cargo ou função pública, bem como nos casos de promoção funcional ou remoção voluntária.”

“Art. 441. Nenhum desconto será feito nos vencimentos ou salário do jurado sorteado que comparecer à sessão do júri.”

“Art. 442. Ao jurado que, sem causa legítima, deixar de comparecer no dia marcado para a sessão ou retirar-se antes de ser



dispensado pelo presidente será a plicada multa de 1 (um) a 10 (dez) salários-mínimos, a critério do juiz, de acordo com a sua condição econômica.”

“Art. 443. Somente será aceita escusa fundada em motivo relevante devidamente comprovado e apresentada, ressalvadas as hipóteses de força maior, até o momento da chamada dos jurados.”

“Art. 444. O jurado somente será dispensado por decisão motivada do juiz presidente, consignada na ata dos trabalhos.”

“Art. 445. O jurado, no exercício da função ou a pretexto de exercê-la, será responsável criminalmente nos mesmos termos em que o são os juízes togados.”

“Art. 446. Aos suplentes, quando convocados, serão aplicáveis os dispositivos referentes às dispensas, faltas e escusas e à equiparação de responsabilidade penal prevista no art. 445 desta Código.”

E, para que chegue ao conhecimento de todos, mandei expedir o presente que vai afixado no átrio do Fórum, no local de costume. Dado e passado nesta cidade de Chorozinho, Estado do Ceará, na Secretaria da Vara Única, aos 10(dez) dias do mês de novembro do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois). Eu, Regina Paula Nobre Lima Maia, Supervisora de Unidade Judiciária, conferi e subscrevi.

FERNANDO ANTÔNIO MEDINA DE LUCENA  
Juiz de Direito Respondendo

#### PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Cruz  
Vara Única da Comarca de Cruz

#### PORTARIANº 10/2022

*Estabelece escala de servidores para atuar em Plantão Judiciário do 5º Núcleo Regional de Custódia e de Inquérito.*

O **Dr. Thales Pimental Saboia**, MM Juiz de Direito Titular respondendo por esta Vara Unica da Comarca de Cruz, no uso de suas atribuições legais, etc.

**CONSIDERANDO** o teor da Resolução do Órgão Especial nº 29/2022, disponibilizada no DJE de 29/09/2022, a qual dispõe sobre o regime de Plantão Judiciário em Primeiro e Segundo Graus de Jurisdição no Poder Judiciário do Estado do Ceará;

**CONSIDERANDO a Portaria nº 2248/2022, da lavra do Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, disponibilizada no DJE de 27/10/2022, a qual estabelece a Escala de Plantão do Primeiro Grau das Comarcas do Interior do Estado do Ceará, a ser observada pelas Unidades Judiciárias integrantes dos Núcleos Regionais de Custódia e de Inquérito, referente ao interstício compreendido entre os dias 20 de novembro de 2022 e 06 de janeiro de 2023;**

**CONSIDERANDO** a necessidade de designação de servidores para auxiliar o magistrado plantonista nos dias do plantão, tanto na modalidade presencial como na modalidade remota, conforme estabelece o art. 2º da Portaria nº 2270/2022 da lavra do Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, disponibilizada no DJE de 28/10/2022;

**CONSIDERANDO**, por fim, que a compensação pelo exercício do Plantão Judiciário para servidores do Poder Judiciário do Estado do Ceará foi regulamentada pela Resolução do Órgão Especial nº 33/2022, disponibilizada no DJE de 03/11/2022;

#### RESOLVE:

Art. 1º. Designar os seguintes servidores desta 1ª Vara da Comarca de Cruz para atuar no plantão judiciário do dia 08 de dezembro de 2022 no 5º Núcleo Regional de Custódia e de Inquérito, sediado em Sobral, da seguinte forma:

SERVIDOR	CARGO	Matrícula	MODALIDADE
Jaqueline Vasconcelos de Almeida	Servidora à Disposição	43290	REMOTA
Edeclagem Silva Sousa	Servidora à Disposição	42289	REMOTA
Danielly de Sousa Silva	Assistente de Unidade	45960	PRESENCIAL
Barbara Peres de Sousa	Servidora à Disposição	46603	PRESENCIAL
Vasconcelos	Supervisora de Unidade	3226	REMOTA
Francisca Hozana do Nascimento			

**Art. 2º.** Fica estabelecido que o(a) servidor(a) plantonista fará jus a 02 (dois) dias de folga para cada dia trabalhado no Plantão Judiciário, conforme art. 1º da Resolução do Órgão Especial nº 33/2022.

**Art. 3º.** Os servidores escalados para atuar presencialmente farão jus à diárias e indenização de transporte, nos termos da Resolução do Órgão Especial nº 12/2019.

**Art. 4º.** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Cruz (CE), 13 de novembro de 2022.

**Thales Pimentel Saboia**

Juiz de Direito

#### VARA ÚNICA DA COMARCA DE AIUABA

#### PORTARIA N.º 20/2022.

**O DR. JOSÉ GILDERLAN LINS**, Juiz desta Comarca de Aiuaba, no uso de suas atribuições legais etc.



**CONSIDERANDO** a necessidade urgente de realização, de dedetização nas dependências do Fórum desta comarca, tendo em como forma preventiva e corretiva, para evitar o aparecimento e proliferação de pragas, como barbeiros e outros;

**CONSIDERANDO** a toxicidade dos produtos empregados no controle de pragas bem como a recomendação contida no rótulo desses produtos estipulando o período mínimo de 24 (vinte quatro) horas para ocupar o ambiente dedetizado pelos agentes de endemias;

**RESOLVE:**

**ART. 1º** - Determina o **FECHAMENTO do Fórum** do judiciário de Aiuaba, no dia 18 de novembro de 2022, no período de 08:00 às 18:00 horas, para dedetização de todas as dependências do prédio do referido Fórum;

**ART. 2º** – Determina a prorrogação dos prazos processuais com vencimento em 18/11/2022, para o primeiro dia útil imediatamente seguinte ao da suspensão das atividades, nos termos do art. 216 c/c, o art. 219 do Código de Processo Civil;

**ART. 3º** – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário CIENTIFIQUE-SE o Ministério Público, a OAB/CE, bem como publique-se a presente Portaria no átrio do Fórum local, no Diário da Justiça.

Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Aiuaba, 17 de novembro de 2022.

**JOSE GILDERLAN LINS**  
Juiz da Comarca de Aiuaba

**ESTADO DO CEARÁ**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE AQUIRAZ-CE**  
Av. Augusto Sá, s/n – Bairro Gruta - Aquiraz-CE.  
**Fone: 3361.2003**

PORTARIA Nº. 6/2022-C504VCIV002

A Drª. SANDRA OLIVEIRA FERNANDES, Juíza de Direito da 2ª Vara Cível desta Comarca de Aquiraz-CE., no uso de suas atribuições legais, etc. Considerando o afastamento da servidora, Sra. **DAISY VALE FERNANDES**, Supervisora de Unidade, lotada nesta 2ª Vara Cível da Comarca de Aquiraz-CE, matrícula nº. 40293, por motivo de licença-maternidade, com início nesta data.

RESOLVE:

DESIGNAR o Sr. **SILVANDO ALVES FERREIRA**, Técnico Judiciário - Matrícula Nº 1120, lotado nesta 2ª Vara Cível da Comarca de Aquiraz-CE, para responder pelos trabalhos forenses como Supervisor de Unidade, durante o período em que a titular estiver em licença-maternidade, como inicialmente referido. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Aquiraz/CE., 16 de novembro de 2022 - SANDRA OLIVEIRA FERNANDES - JUÍZA DE DIREITO

ESTADO DO CEARÁ PODER JUDICIÁRIO 2  
ª VARA DA COMARCA DE MASSAPÊ  
Rua Prefeito Beto Lira, s/n, Massapê (CE) - CEP 62.140-000  
Telefone: (88) 3643-1172 e-mail: [massape2@tjce.jus.br](mailto:massape2@tjce.jus.br)

PORTARIA nº 13/2022-C538V02

O Dr. Gilvan Brito Alves Filho, Juiz de Direito Titular da 2ª Vara da Comarca de Massapê, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições.

Considerando que em eventuais faltas, férias, licenças, impedimentos ou suspeições do(a) Supervisor(a) de Unidade Judiciária, conforme previsão do art. 148, II, c/c os arts. 144 e 145, todos do CPC/15 e do art. 274, c/c os arts. 105, 252 e 254, todos do Código de Processo Penal, deve se dar a substituição no exercício do cargo;

Considerando o gozo de férias da Supervisora da 2ª Vara da Comarca de Massapê, Karen Suellen Pereira Melo, matrícula 24405, no período de 05 à 14/12/2022;

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar a servidora Teresa Cristina Viana Vasconcelos, Técnica Judiciária, matrícula 216, para responder na Supervisão da 2ª Vara da Comarca de Massapê, independentemente de compromisso, durante o período de 05 a 14/12/2022.



Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Massapê, 16 de novembro de 2022.

GILVAN BRITO ALVES FILHO  
Juiz de Direito Titular

### **EDITAL DE ALISTAMENTO GERAL DO JÚRI PARA O ANO 2023**

O Dr. VICTOR DE RESENDE MOTA, Juiz de Direito e Presidente do Tribunal do Júri Popular da Comarca de Ocara, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições normativas.

**FAZ SABER** a todos que virem este edital ou dele tomarem conhecimento que, nesta data, depois de observadas as disposições do Código de Processo Penal com suas alterações (art. 426 da Lei nº 11.689/2008) e do Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará, foi organizada a **LISTA GERAL DEFINITIVA DOS JURADOS** que servirão nas sessões ordinárias e/ou extraordinárias do Tribunal Popular do Júri desta Comarca, relativas ao ano de 2023.

Segue abaixo a lista geral provisória de jurados:

#### **NOME**

MARIA GILCILEIDE DE CARVALHO  
REGIANE SEVERIANO DA SILVA  
AILTON ALVES DODO  
ANGELA TENILLY RIBEIRO LOPES  
ANTONIA DE JESUS PAULINO DA SILVA  
JOSE CORREIA FILHO  
MARIA ERIVANDA ALMEIDA MORAES  
NARLIA OLIVEIRA FERREIRA  
REGINA FRANCISCA DOS SANTOS  
ADELITA DE SOUSA LIMA  
ALDIZIA FREITAS VIANA  
ANA CLAUDIA BRAGA SAMPAIO  
ANTONIA IRACILDES PEREIRA DOS SANTOS  
ANTONIA JORGIANIA LOPES  
ANTONIA MARIA RABELO GUIMARAES COSTA  
ANTONIA NEVES DE LIMA SILVA  
ANTONIA PATRICIA LEONCIO DA SILVA  
ANTONIA VANDERLEIA DE BRITO SOUZA BEZERRA  
ANTONIA VANESSA VIEIRA LIRA  
ANTONIO EVANDO SOARES DE LIMA  
ANTONIO FERREIRA ALVES CORREIA  
ANTONIO GALDINO SILVA  
ANTONIO JEFESSON VIANA  
ANTONIO JOSE DOS SANTOS JUNIOR  
CHEIRLA MARIA DE OLIVEIRA  
CHIRLIANE DA SILVA LIMA DE OLIVEIRA  
CICERO EUDES MOREIRA LIMA  
CLAUDIO JOSE COSME  
CLEZIVAM DODO DA SILVA  
DAYANE DE LIMA SILVA  
EDENILSA FERREIRA MENDES  
EDILSON LOUREIRO DE SOUZA FILHO  
ELIANE OLIVEIRA DA SILVA DODO  
EVANDIR NARCISO DA SILVA  
FRANCISCA CLEYDIR SILVA DE SOUSA  
FRANCISCA EDINETE LOPES DOS SANTOS  
FRANCISCA LEILA ALVES DE ALMEIDA  
FRANCISCO JOZEILSON SOUSA DA SILVA  
FRANCISCO NACELIO MARTINS  
FRANCISCO PINHEIRO MACIEL  
HELENILDA PEREIRA VIANA  
HELTON BARBOSA DOS SANTOS  
HERBERT SILVA SALVIANO  
ISAUQUE SAMUEL FACO  
IVONEIDE NUNES DE CASTRO  
JHONES TEOFILO DA SILVA  
JONAS REULEM LOPES  
JONATHAN SILVA SANTOS  
JORGE ALEXANDRE PINHEIRO  
JOSE RIBAMAR SIMAO DE OLIVEIRA  
JOSENILSON RODRIGUES CORREIA  
JOSINEUDO SOUZA FACO  
KATIA MARIA LUCAS COSTA

#### **PROFISSÃO**

AUXILIAR ADMINISTRATIVO AD-2  
AUXILIAR ADMINISTRATIVO AD-2  
MONITOR DE INFORMÁTICA  
FISCAL TRIBUTÁRIO AD-4  
AUX. DE SERVIÇOS GERAIS AA-1  
PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 7  
AGENTE SOCIAL  
AUXILIAR ADMINISTRATIVO AD-2  
AUXILIAR ADMINISTRATIVO AD-2  
TEC ENFERMAGEM  
AUX. DE ENFERMAGEM AA-5  
AUX. DE ENFERMAGEM AA-5  
ATEND. DE CONS. DENTARIO AA-5  
ATEND. DE CONS. DENTARIO AA-5  
AUX. DE ENFERMAGEM AA-5  
AUX. DE ENFERMAGEM AA-5  
AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE  
AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE  
AUX. DE SERVICOS GERAIS AA-1  
AGENTE DE ENDEMIAS  
AGENTE DE ENDEMIAS  
AUXILIAR ADMINISTRATIVO AD-2  
AGENTE DE ENDEMIAS  
AGENTE DE ENDEMIAS  
AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE  
AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE  
ATEND. DE CONS. DENTARIO AA-5  
CONTINUO AD-1  
AGENTE DE ENDEMIAS  
TEC ENFERMAGEM  
AUX. DE SERVICOS GERAIS AA-1  
AGENTE DE ENDEMIAS  
AUXILIAR ADMINISTRATIVO AD-2  
AGENTE DE ENDEMIAS  
AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE  
AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE  
AUX. DE SERVICOS GERAIS AA-1  
AGENTE DE ENDEMIAS  
AUX. DE ENFERMAGEM AA-5  
AUX. DE SERVICOS GERAIS AA-1  
AUX. DE SERVICOS GERAIS AA-1  
AUX. DE SERVICOS GERAIS AA-1  
AGENTE DE ENDEMIAS  
AGENTE DE ENDEMIAS  
AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE  
AGENTE DE ENDEMIAS  
AUX. DE SERVICOS GERAIS AA-1  
AGENTE DE ENDEMIAS  
AUX. DE ENFERMAGEM AA-5  
AUX. DE SERVICOS GERAIS AD-3  
AUXILIAR ADMINISTRATIVO AD-2  
AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE



LUCIVANDO ALVES BARBOSA  
MARCOS AURELIO SILVA LIMA  
MARIA CLAUDIANA DA SILVA  
MARIA DAS GRACAS DODO CORREIA  
MARIA DE FATIMA COSTA DE SALES  
MARIA DO SOCORRO SILVA OLIVEIRA  
MARIA ELIENE DOS SANTOS SILVA  
MARIA ELIZANGELA MARTINS DA SILVA  
MARIA EVILANIA PINHEIRO DE BRITO  
MARIA IANE DA SILVA TEOFILO  
MARIA IRAIDES PEREIRA  
MARIA LUCIMAR DA SILVA MARTINS  
MARIA LUNEIDE SARAIVA DE CASTRO  
MAYARA FREIRE  
NATALIA FERREIRA DA SILVA  
NATANIELE CORREIA LOPES  
OCELIO BARBOSA ALVES  
PATRICIA FELIPE DO NASCIMENTO  
PEDRO BRAGA FILHO  
PRICILIA ANDRADE DA SILVA  
REGIANE COSME DE FREITAS  
ROSYLENY MOREIRA CAMPOS  
TATIANA RODRIGUES REGIS PEREIRA  
THIAGO ALEXANDRE COSTA  
VANDA MARIA LOURENCO ALEXANDRE  
VIVIANIA FREIRE DA SILVA  
FRANCISCA GLEICIANA ANDRADE LIMA  
FRANCISCA LEIZA ALVES MARCOS  
ICLAUDINA PEREIRA DE OLIVEIRA  
JOAO BATISTA JACO DO NASCIMENTO  
JOSE ANAIUDO DE OLIVEIRA  
MARIA DO SOCORRO LOPES BARBOSA  
ANA FABIA DE FREITAS CASTELO  
ERILANDIA NOBRE SOBRINHO  
ELIZANGELA CORREIA LOPES  
JOSE EVILAZIO DOS SANTOS  
MARIA ALAETE PEREIRA ALVES  
LUCIVALDO ALVES BARBOZA  
MEIRELANE ALVES DE LIMA  
PAULA ALVES DODO VITAL  
CLEBI ALVES SOBRINHO  
FRANCISCO EVILAZIO FREIRES  
IRANILDO GOMES DE ALMEIDA  
LAIZO MARCOS PEREIRA  
LUCELIO DE OLIVEIRA MARCOS  
MARCOS PATRICK DA SILVA  
MARIA LUCI UCHOA MARQUES  
CLAUDIO EDUARDO DE OLIVEIRA  
ANTONIO ERIVAM LOPES  
ADRIANA ALVES DA SILVA  
AIRTON DOS SANTOS RODRIGUES  
ANTONIO JOELIO CORREIA DOS SANTOS  
ANTONIO LUCIANO DE OLIVEIRA  
ARI VAGNER PIMENTEL  
CLEITON DODO DA SILVA  
CRISTIANA ALVES MENDES  
EUZIETE NASCIMENTO SILVA  
FRANCINILDO MATOS DE LIMA  
FRANCISCA ALDENIRA DE SOUSA  
FRANCISCA LAURDEENE DA SILVA  
FRANCISCA VALDIANE DA SILVA CIRILO  
FRANCISCO EUDES RODRIGUES  
IRAILDE MARIA COSME LIMA  
JOAO PAULO SILVA DE OLIVEIRA  
JORGELINO BATISTA DE OLIVEIRA  
LEONILDA BATISTA LOPES  
LUCINALVA ANDRADE PEREIRA  
LUIS CARLOS VIEIRA  
MARIA ALDENIA MOURA SOUZA  
MARIA ANDREIA CORREIA FREIRE  
MARIA CRISTIANA DANTAS DOS SANTOS  
MARIA EDNA ALEXANDRE DA SILVA  
MARIA IRAMAIA DOS SANTOS  
ADRIANA FERREIRA DE SOUZA

AUX. DE SERVICOS GERAIS AA-1  
AGENTE DE ENDEMIAS  
AUX. DE SERVICOS GERAIS AA-1  
AUX. DE ENFERMAGEM AA-5  
ATEND. DE CONS. DENTARIO AA-5  
AUX. DE SERVICOS GERAIS AA-1  
AUXILIAR ADMINISTRATIVO AD-2  
AUX. DE SERVICOS GERAIS AA-1  
AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE  
AUX. DE ENFERMAGEM AA-5  
AUX. DE ENFERMAGEM AA-5  
AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE  
AGENTE DE ENDEMIAS  
TEC ENFERMAGEM  
ATEND. DE CONS. DENTARIO AA-5  
AUX. DE SERVICOS GERAIS AA-1  
AGENTE DE ENDEMIAS  
TEC ENFERMAGEM  
ATEND. DE CONS. DENTARIO AA-5  
AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE  
AUX. DE ENFERMAGEM AA-5  
AUX. DE SERVICOS GERAIS AA-1  
AUX. DE ENFERMAGEM AA-5  
AGENTE DE ENDEMIAS  
AUX. DE SERVICOS GERAIS AA-1  
  
AUX. DE SERVICOS GERAIS AA-1  
AUX. DE ENFERMAGEM AA-5  
TEC ENFERMAGEM  
EDUCADOR FISICO  
AUX. DE SERVICOS GERAIS AD-3  
AUX. DE ENFERMAGEM AA-5  
ASSISTENTE SOCIAL  
PEDAGOGO  
AUXILIAR ADMINISTRATIVO AD-2  
AUX. DE SERVICOS GERAIS AA-1  
AUXILIAR ADMINISTRATIVO AD-2  
AUXILIAR ADMINISTRATIVO AD-2  
PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 3  
AUXILIAR ADMINISTRATIVO AD-2  
ELETRICISTA  
AUX. DE SERVICOS GERAIS AA-1  
AUX. DE SERVICOS GERAIS AA-1  
MESTRE DE OBRAS  
AUX. DE SERVICOS GERAIS AA-1  
GARI AA-12  
FISCAL DE INFRAESTRUTURA AD-4  
AUX. DE SERVICOS GERAIS AD-3  
AUXILIAR ADMINISTRATIVO AD-2  
AUXILIAR ADMINISTRATIVO AD-2  
AUX. DE SERVICOS GERAIS AA-1  
AUX. DE SERVICOS GERAIS AA-1  
ELETRICISTA  
AUX. DE SERVICOS GERAIS AA-1  
AUXILIAR ADMINISTRATIVO AD-2  
AUX. DE SERVICOS GERAIS AA-1  
AUX. DE SERVICOS GERAIS AA-1  
MOTORISTA AA-14  
AUX. DE SERVICOS GERAIS AA-1  
AUX. DE SERVICOS GERAIS AA-1  
AUX. DE SERVICOS GERAIS AA-1  
AUX. DE SERVICOS GERAIS AA-1  
PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO I - 1  
AUX. DE SERVICOS GERAIS AA-1  
SECRETARIO ESCOLAR  
SECRETARIO ESCOLAR  
SECRETARIO ESCOLAR  
AUX. DE SERVICOS GERAIS AA-1  
AUX. DE SERVICOS GERAIS AA-1  
AUX. DE SERVICOS GERAIS AA-1  
SECRETARIO ESCOLAR  
SECRETARIO ESCOLAR  
SECRETARIO ESCOLAR  
PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 4



ADRIANA GOMES QUINCAS	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 3
AILA MARIA LUCIANO PEREIRA SANTOS	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 1
ALAENE MARCOS PEREIRA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 6
ALEXANDRE JOSE SOARES	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 10
ALTEMAR FERREIRA DA COSTA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 9
AMELIA CRISTINA DA SILVA SARAIVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO AD-2
ANA CELIA LOPES CAVALCANTE	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 3
ANA CLAUDIA FERNANDES	SECRETARIO ESCOLAR
ANA CLEUMA DE LIMA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 5
ANA FLAVIA FERNANDES DA SILVA	SECRETARIO ESCOLAR
ANALINE QUEIROZ DA SILVA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 4
ANTONIA ELENIR ALMEIDA MORAIS	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 4
ANTONIO ALVES DE PAIVA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 4
ANTONIO BANDEIRA FILHO	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 3
ANTONIO IVANILDO NOGUEIRA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 3
ANTONIO MARCOS MACIEL CORDEIRO	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 2
ANTONIO PEREIRA DOS SANTOS	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 5
ANTONIO PIMENTEL FILHO	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 4
ARLENE PAULA DA SILVA LIMA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 5
CAMILA PEREIRA DA COSTA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 4
CARMEM SILVA LOPES	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 4
CEZANILDO ALENCAR DA SILVA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 1
COSMA AMBROSIO SABINO	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 3
CRISTIANA GOMES DOS SANTOS	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 5
CRISTIANE LOPES MUNIZ DE OLIVEIRA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 5
DALVA STELA SILVA DE ANDRADE	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 1
DAMIAO AMBROSIO SABINO	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 3
DAVILA BRENA CORREIA	AUX. DE SERVICOS GERAIS AA-1
DIANA MARCIA AVELINO DE SOUZA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 5
DOUGLAS NOGUEIRA DE OLIVEIRA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 6
EDINEUDO FACO	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 6
EDMILSON LOPES FILHO	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 3
EDNARDO COSME DA SILVA	MONITOR DE INFORMATICA
EDNARDO OLIVEIRA DOS ANJOS	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 5
ELANIA COSME DA SILVA DANTAS	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 8
ENEIDA MARIA LIMA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 2
ERANDI FERREIRA DA SILVA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 6
ERIDICE PAULO DA SILVA NASCIMENTO	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 9
EVANILDO OLIVEIRA DE QUEIROZ	AUX. DE SERVICOS GERAIS AA-1
FABIANA MARIA DA SILVA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 6
FERNANDA ALVES LOPES	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 4
FRANCISCA CLAUDINEIA DOS SANTOS	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 5
FRANCISCA GELMA SABINO DA SILVA	AUX. DE SERVICOS GERAIS AA-1
FRANCISCA IRANILDES PEREIRA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 6
FRANCISCA NEUMA SILVA DE OLIVEIRA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 4
FRANCISCO ADRIANO NUNES LIMA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 5
FRANCISCO AIRTON DA SILVA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 3
FRANCISCO ARI DE OLIVEIRA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 3
FRANCISCO CARLOS PEREIRA FREITAS	PROFESSOR EDUC FISICA
FRANCISCO CHAGAS DE ARAUJO	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 8
FRANCISCO CHAVES FERNANDES	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 5
FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA CARIAS	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 3
FRANCISCO DIONES DOS SANTOS	PROFESSOR EDUC FISICA
FRANCISCO FELISBERTO FERREIRA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 5
FRANCISCO GLAUCIANO LIMA DA SILVA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 3
FRANCISCO JOSE ALVES	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 5
GIL CELIO CAVALCANTE	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 2
GILSON FREITAS CAVALCANTE	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 4
GLEIDE EDUARDO JERONIMO	AUX. DE SERVICOS GERAIS AD-3
IRACEMA DOS SANTOS ALVES	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 6
IVONE LOPES MUNIZ	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 10
IZAURITA FRANCISCA DE ARAUJO SOUZA	PROFESSOR EDUC FISICA
JANE SANTIAGO SANTOS	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 4
JOAQUIM SILVA PEREIRA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 6
JOSE FRANCISCO	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 3
JOSE LAUREANO PEREIRA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 5
JOSE REINALDO MEDEIROS BEZERRA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 6
KATIA CILENE RIBEIRO LOPES	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 6
LIDUINA ALVES DODO	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 4
LINDOCELHO FERREIRA LIMA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 2
LUCILANE FERREIRA SILVA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 4
LUIS NOGUEIRA NETO	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 3
LUIZ ALVES DOS SANTOS FILHO	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 1
MAGNADIA CORREIA COSTA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 3



MARCELO MENDES DE FREITAS	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 3
MARCIA COSME FERREIRA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 1
MARCILEIDE COSME DE OLIVEIRA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 4
MARIA AURICELIA ALVES FERREIRA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 2
MARIA CECI LOPES	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO I - 1
MARIA CELIA ALEXANDRE DE OLIVEIRA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 5
MARIA CLARICE RODRIGUES ROMAO	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 5
MARIA CLAUDENES FREIRES CORDEIRO	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 3
MARIA CLEIDES DA SILVA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 4
MARIA CONSOLACAO MARCOS	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 5
MARIA DELVANIA ALVES DOS SANTOS	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 4
MARIA EDICLER DE SOUZA FREITAS	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 4
MARIA ELIENE FERREIRA MARCOS	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 5
MARIA ELIVANDIA MENDES LOPES	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 5
MARIA ERINEUDES LOPES DA SILVA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 3
MARIA EVILANIA BRAGA DA SILVA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 5
MARIA JOELMA ALVES PIMENTEL	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 6
MARIA LUCI PEREIRA DE OLIVEIRA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 5
MARIA MARLENE DE OLIVEIRA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 3
MARIA MARLENE DOS SANTOS COSTA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 3
MARIA MILDREDE DE MORAIS	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 4
MARIA RAIMUNDA DE LIMA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 2
MARIA ROZANGELA CORREIA ALVES	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 4
MARIA SILVANIA LOPES	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 5
MARIA SOCORRO LIMA DA SILVA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 2
MARIA CLEIDES DA SILVA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 4
MARIA EDICLER DE SOUZA FREITAS	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 4
MARIA VANDA SEDA RODRIGUES	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 3
MARIA VELEDA EDUARDO BRASIL	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 5
MARIA VIEIRA DOS SANTOS ALVES	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 5
MARIA ZILMA DA SILVA TEOFILO	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 7
MARLI FERREIRA DA SILVA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 5
MAURICELIO ALVES DA SILVA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 4
MEIRIANE DA SILVA PINHEIRO	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 4
MIRLE MARIA AVELINO DE SOUZA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 3
OLIVANDIA OLIVEIRA LOPES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO AD-2
PAULO MIKI OLIVEIRA DANTAS	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 4
RAIMUNDA FERREIRA DE SOUSA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 4
RAIMUNDO DE PAULO NOGUEIRA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 3
RAIMUNDO NILTON DA COSTA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 1
RAYSSA ALVES BARBOSA	PROFESSOR EDUC FISICA
RITA PEREIRA DA COSTA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 5
RONILDO ANDRADE SALES	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 5
ROSA LUCIA DO REGO FALCAO PEREIRA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 5
SERGIO BARROS DE OLIVEIRA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 4
SUELENA PAULA COSTA FREIRE	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 5
TAIZA SANTOS DE AGUIAR	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 5
THAIS SANTOS DE OLIVEIRA JONGE	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 4
THIAGO DE FREITAS SILVA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 6
VALENTIM FRANCISCO DE FREITAS NETO	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 6
VANIA CLEMENTINO LOPES	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 4
VANUSA BENICIO LOPES	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 4
VERONICA HOLANDA DA SILVA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 9
VIVIANE CIRILO DA SILVA LIMA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 4
WAGNA REGIS CASTRO ALVES	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 6
WARLISON DA SILVA SARAIVA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 5
ANTONIO VAGNER DE LIMA	SECRETARIO DE CULTURA
FRANCISCO ROBERIO DA SILVA	SECRETARIO ESCOLAR
PAULO JOSE FREITAS DE OLIVEIRA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 5
NELMA MARIA BEZERRA FACO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO AD-2
VANGELA SIMÃO COSTA	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS AD-3

Em cumprimento ao disposto no § 2º do artigo 426 do Código de Processo Penal, faz-se a transcrição dos artigos 436 a 446 desse diploma legal:

Art. 436 – O serviço do júri é obrigatório. O alistamento compreenderá os cidadãos maiores de 18 (dezoito) anos de notória idoneidade.

§ 1º. Nenhum cidadão poderá ser excluído dos trabalhos do júri ou deixar de ser alistado em razão de cor ou etnia, raça, credo, sexo, profissão, classe social ou econômica, origem ou grau de instrução.

2º. A recusa injustificada ao serviço do júri acarretará multa no valor de 1 (um) a 10 (dez) salário mínimo, a critério do juiz, de acordo com a condição econômica do jurado.

Art. 437. Estão isentos do serviço do júri:

I – o Presidente da República e os Ministros de Estado;



- II – os Governadores e seus respectivos Secretários;
- III – os Membros do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras Distrital e Municipal;
- IV – os Prefeitos Municipais;
- V – os Magistrados e membros do Ministério Público e da Defensoria Pública;
- VI – os servidores do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública;
- VII – as autoridades e os servidores da polícia e da segurança pública;
- VIII – os militares em serviço ativo;
- IX – os cidadãos maiores de 70 (setenta) anos que requeiram sua dispensa;
- X – aqueles que requererem, demonstrando justo impedimento.

Art. 438. A recusa ao serviço do júri fundada em convicção religiosa, filosófica ou política importará no dever de prestar serviço alternativo, sob pena de suspensão dos direitos políticos, enquanto não prestar o serviço imposto.

§ 1º. Entende-se por serviço alternativo o exercício de atividades de caráter administrativo, assistencial, filantrópico ou mesmo produtivo, no Poder Judiciário, na Defensoria Pública, no Ministério Público ou em entidade conveniada para esses fins.

§ 2º. O Juiz fixará o serviço alternativo atendendo aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

Art. 439. O exercício efetivo da função de jurado constituirá serviço público relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral e assegurará prisão especial, em caso de crime comum, até o julgamento definitivo.

Art. 440. Constitui também direito do jurado, na condição do art. 439 deste Código, preferência, em igualdade de condições, nas licitações públicas e no provimento mediante concurso, de cargo ou função pública, bem como nos casos de promoção funcional ou remoção voluntária.

Art. 441. Nenhum desconto será feito nos vencimentos ou salário do jurado sorteado que comparecer a sessão do júri.

Art. 442. Ao jurado que, sem causa legítima, deixar de comparecer no dia marcado para a sessão ou retirar-se antes de ser dispensado pelo presidente será aplicada multa de 1 (um) a 10 (dez) salários mínimos, a critério do Juiz, de acordo com a sua condição econômica.

Art. 443. Somente será aceita escusa fundada em motivo relevante devidamente comprovado e apresentada, ressalvadas as hipóteses de força maior, até o momento da chamada dos jurados.

Art. 444. O jurado somente será dispensado por decisão motivada do juiz presidente, consignada na data dos trabalhos.

Art. 445. O jurado, no exercício da função ou a pretexto de exercê-la, será responsável criminalmente nos mesmos termos em que são os juízes togados.

Art. 446. Aos suplentes, quando convocados são aplicáveis os dispositivos referentes às dispensas, faltas e escusas e à equiparação de responsabilidades penal prevista no art. 445 deste Código.

Encerrada a lista, para que chegue ao conhecimento de todos, mandou o MM. Juiz expedir o presente EDITAL, que deverá ser publicado no Diário da Justiça e afixado à porta do Tribunal do Júri na forma do art. 426 do CPP.

Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Ocara, Estado do Ceará, aos 10 (dez) dias do mês de outubro de 2022. Eu, ANTONIA SOLANGE FERREIRA NOBRE DA SILVA, servidora à disposição, o digitei. E eu, Francisco Gomes Duarte, Supervisor de Secretaria, conferi e subscrevi.

**VICTOR DE RESENDE MOTA**  
**JUIZ DE DIREITO**

#### **EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 20 DIAS)**

Processo nº: **0050125-90.2021.8.06.0131**

Classe – Assunto: **Guarda de Infância e Juventude - Guarda**

Requerente: **Maria da Conceição Silva Martins**

Requerido: **Maria Helena da Silva**

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de Mulungu da Comarca de Mulungu/CE, na forma da lei, **FAZ SABER** aos que o presente **EDITAL DE CITAÇÃO** virem ou dele conhecimento tiverem, que por parte de Maria da Conceição Silva Martins, foi proposta uma ação de **Guarda**, contra Maria Helena da Silva, o qual se encontra em lugar incerto e não sabido. Por isso foi expedido o presente EDITAL, através do qual fica CITADO o(a) Sr(a) de todos os termos da presente ação e de todo o conteúdo da petição inicial, e para contestar a ação no prazo de 15 (quinze), sob pena de revelia e presunção de veracidade dos fatos alegados pela parte autora. com a advertência de que, não havendo contestação, presumir-se-ão verdadeiros os fatos alegados pela parte autora na petição inicial, assim como será nomeado Curador Especial. CUMPRA-SE, na forma e sob as penas da lei. Eu, José Fábio Nascimento de Lima, Técnico Judiciário, 4728, o digitei. Mulungu/CE, em 16 de novembro de 2022.

**VINICIUS RANGEL GOMES**  
**Juiz(a) Substituto/Titular da Vara Única da Comarca de Mulungu**





### **EDITAL DE ALISTAMENTO GERAL DO JÚRI PARA O ANO 2023**

O Dr. VICTOR DE RESENDE MOTA, Juiz de Direito e Presidente do Tribunal do Júri Popular da Comarca de Ocara, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições normativas.

**FAZ SABER** a todos que virem este edital ou dele tomarem conhecimento que, nesta data, depois de observadas as disposições do Código de Processo Penal com suas alterações (art. 426 da Lei nº 11.689/2008) e do Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará, foi organizada a **LISTA GERAL DEFINITIVA DOS JURADOS** que servirão nas sessões ordinárias e/ou extraordinárias do Tribunal Popular do Júri desta Comarca, relativas ao ano de 2023.

Segue abaixo a lista geral provisória de jurados:

#### **NOME**

MARIA GILCILEIDE DE CARVALHO  
 REGIANE SEVERIANO DA SILVA  
 AILTON ALVES DODO  
 ANGELA TENILLY RIBEIRO LOPES  
 ANTONIA DE JESUS PAULINO DA SILVA  
 JOSE CORREIA FILHO  
 MARIA ERIVANDA ALMEIDA MORAES  
 NARLIA OLIVEIRA FERREIRA  
 REGINA FRANCISCA DOS SANTOS  
 ADELITA DE SOUSA LIMA  
 ALDIZIA FREITAS VIANA  
 ANA CLAUDIA BRAGA SAMPAIO  
 ANTONIA IRACILDES PEREIRA DOS SANTOS  
 ANTONIA JORGIANIA LOPES  
 ANTONIA MARIA RABELO GUIMARAES COSTA  
 ANTONIA NEVES DE LIMA SILVA  
 ANTONIA PATRICIA LEONCIO DA SILVA  
 ANTONIA VANDERLEIA DE BRITO SOUZA  
 BEZERRA  
 ANTONIA VANESSA VIEIRA LIRA  
 ANTONIO EVANDO SOARES DE LIMA  
 ANTONIO FERREIRA ALVES CORREIA  
 ANTONIO GALDINO SILVA  
 ANTONIO JEFESSON VIANA  
 ANTONIO JOSE DOS SANTOS JUNIOR  
 CHEIRLA MARIA DE OLIVEIRA  
 CHIRLIANE DA SILVA LIMA DE OLIVEIRA  
 CICERO EUDES MOREIRA LIMA  
 CLAUDIO JOSE COSME  
 CLEZIVAM DODO DA SILVA  
 DAYANE DE LIMA SILVA  
 EDENILSA FERREIRA MENDES  
 EDILSON LOUREIRO DE SOUZA FILHO  
 ELIANE OLIVEIRA DA SILVA DODO  
 EVANDIR NARCISO DA SILVA  
 FRANCISCA CLEYDIR SILVA DE SOUSA  
 FRANCISCA EDINETE LOPES DOS SANTOS  
 FRANCISCA LEILA ALVES DE ALMEIDA  
 FRANCISCO JOZEILSON SOUSA DA SILVA  
 FRANCISCO NACELIO MARTINS  
 FRANCISCO PINHEIRO MACIEL  
 HELENILDA PEREIRA VIANA  
 HELTON BARBOSA DA SANTOS  
 HERBERT SILVA SALVIANO  
 ISAGUE SAMUEL FACO  
 IVONEIDE NUNES DE CASTRO  
 JHONES TEOFILO DA SILVA  
 JONAS REULEM LOPES  
 JONATHAN SILVA SANTOS  
 JORGE ALEXANDRE PINHEIRO  
 JOSE RIBAMAR SIMAO DE OLIVEIRA  
 JOSENILSON RODRIGUES CORREIA  
 JOSINEUDO SOUZA FACO  
 KATIA MARIA LUCAS COSTA  
 LUCIVANDO ALVES BARBOSA  
 MARCOS AURELIO SILVA LIMA  
 MARIA CLAUDIANA DA SILVA  
 MARIA DAS GRACAS DODO CORREIA  
 MARIA DE FATIMA COSTA DE SALES  
 MARIA DO SOCORRO SILVA OLIVEIRA  
 MARIA ELIENE DOS SANTOS SILVA

#### **PROFISSÃO**

AUXILIAR ADMINISTRATIVO AD-2  
 AUXILIAR ADMINISTRATIVO AD-2  
 MONITOR DE INFORMÁTICA  
 FISCAL TRIBUTÁRIO AD-4  
 AUX. DE SERVIÇOS GERAIS AA-1  
 PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 7  
 AGENTE SOCIAL  
 AUXILIAR ADMINISTRATIVO AD-2  
 AUXILIAR ADMINISTRATIVO AD-2  
 TEC ENFERMAGEM  
 AUX. DE ENFERMAGEM AA-5  
 AUX. DE ENFERMAGEM AA-5  
 ATEND. DE CONS. DENTARIO AA-5  
 ATEND. DE CONS. DENTARIO AA-5  
 AUX. DE ENFERMAGEM AA-5  
 AUX. DE ENFERMAGEM AA-5  
 AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE  
 AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE  
 AUX. DE SERVICOS GERAIS AA-1  
 AGENTE DE ENDEMIAS  
 AGENTE DE ENDEMIAS  
 AUXILIAR ADMINISTRATIVO AD-2  
 AGENTE DE ENDEMIAS  
 AGENTE DE ENDEMIAS  
 AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE  
 AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE  
 ATEND. DE CONS. DENTARIO AA-5  
 CONTINUO AD-1  
 AGENTE DE ENDEMIAS  
 TEC ENFERMAGEM  
 AUX. DE SERVICOS GERAIS AA-1  
 AGENTE DE ENDEMIAS  
 AUXILIAR ADMINISTRATIVO AD-2  
 AGENTE DE ENDEMIAS  
 AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE  
 AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE  
 AUX. DE SERVICOS GERAIS AA-1  
 AGENTE DE ENDEMIAS  
 AUX. DE ENFERMAGEM AA-5  
 AUX. DE SERVICOS GERAIS AA-1  
 AUX. DE SERVICOS GERAIS AA-1  
 AUX. DE SERVICOS GERAIS AA-1  
 AGENTE DE ENDEMIAS  
 AGENTE DE ENDEMIAS  
 AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE  
 AGENTE DE ENDEMIAS  
 AUX. DE SERVICOS GERAIS AA-1  
 AGENTE DE ENDEMIAS  
 AGENTE DE ENDEMIAS  
 AUX. DE ENFERMAGEM AA-5  
 AUX. DE SERVICOS GERAIS AD-3  
 AUXILIAR ADMINISTRATIVO AD-2  
 AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE  
 AUX. DE SERVICOS GERAIS AA-1  
 AGENTE DE ENDEMIAS  
 AUX. DE SERVICOS GERAIS AA-1  
 AUX. DE ENFERMAGEM AA-5  
 ATEND. DE CONS. DENTARIO AA-5  
 AUX. DE SERVICOS GERAIS AA-1  
 AUXILIAR ADMINISTRATIVO AD-2



MARIA ELIZANGELA MARTINS DA SILVA  
MARIA EVILANIA PINHEIRO DE BRITO  
MARIA IANE DA SILVA TEOFILO  
MARIA IRAIDES PEREIRA  
MARIA LUCIMAR DA SILVA MARTINS  
MARIA LUNEIDE SARAIVA DE CASTRO  
MAYARA FREIRE  
NATALIA FERREIRA DA SILVA  
NATANIELE CORREIA LOPES  
OCELIO BARBOSA ALVES  
PATRICIA FELIPE DO NASCIMENTO  
PEDRO BRAGA FILHO  
PRICILIA ANDRADE DA SILVA  
REGIANE COSME DE FREITAS  
ROSYLENY MOREIRA CAMPOS  
TATIANA RODRIGUES REGIS PEREIRA  
THIAGO ALEXANDRE COSTA  
VANDA MARIA LOURENCO ALEXANDRE  
VIVIANIA FREIRE DA SILVA  
FRANCISCA GLEICIANA ANDRADE LIMA  
FRANCISCA LEIZA ALVES MARCOS  
ICLAUDINA PEREIRA DE OLIVEIRA  
JOAO BATISTA JACO DO NASCIMENTO  
JOSE ANAIUDO DE OLIVEIRA  
MARIA DO SOCORRO LOPES BARBOSA  
ANA FABIA DE FREITAS CASTELO  
ERILANDIA NOBRE SOBRINHO  
ELIZANGELA CORREIA LOPES  
JOSE EVILAZIO DOS SANTOS  
MARIA ALAETE PEREIRA ALVES  
LUCIVALDO ALVES BARBOZA  
MEIRELANE ALVES DE LIMA  
PAULA ALVES DODO VITAL  
CLEBI ALVES SOBRINHO  
FRANCISCO EVILAZIO FREIRES  
IRANILDO GOMES DE ALMEIDA  
LAIZO MARCOS PEREIRA  
LUCELIO DE OLIVEIRA MARCOS  
MARCOS PATRICK DA SILVA  
MARIA LUCI UCHOA MARQUES  
CLAUDIO EDUARDO DE OLIVEIRA  
ANTONIO ERIVAM LOPES  
ADRIANA ALVES DA SILVA  
AIRTON DOS SANTOS RODRIGUES  
ANTONIO JOELIO CORREIA DOS SANTOS  
ANTONIO LUCIANO DE OLIVEIRA  
ARI VAGNER PIMENTEL  
CLEITON DODO DA SILVA  
CRISTIANA ALVES MENDES  
EUZIE TE NASCIMENTO SILVA  
FRANCINILDO MATOS DE LIMA  
FRANCISCA ALDENIRA DE SOUSA  
FRANCISCA LAURDEENE DA SILVA  
FRANCISCA VALDIANE DA SILVA CIRILO  
FRANCISCO EUDES RODRIGUES  
IRAILDE MARIA COSME LIMA  
JOAO PAULO SILVA DE OLIVEIRA  
JORGELINO BATISTA DE OLIVEIRA  
LEONILDA BATISTA LOPES  
LUCINALVA ANDRADE PEREIRA  
LUIS CARLOS VIEIRA  
MARIA ALDENIA MOURA SOUZA  
MARIA ANDREIA CORREIA FREIRE  
MARIA CRISTIANA DANTAS DOS SANTOS  
MARIA EDNA ALEXANDRE DA SILVA  
MARIA IRAMAIA DOS SANTOS  
ADRIANA FERREIRA DE SOUZA  
ADRIANA GOMES QUINCAS  
AILA MARIA LUCIANO PEREIRA SANTOS  
ALAENE MARCOS PEREIRA  
ALEXANDRE JOSE SOARES  
ALTEMAR FERREIRA DA COSTA  
AMELIA CRISTINA DA SILVA SARAIVA  
ANA CELIA LOPES CAVALCANTE

AUX. DE SERVICOS GERAIS AA-1  
AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE  
AUX. DE ENFERMAGEM AA-5  
AUX. DE ENFERMAGEM AA-5  
AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE  
AGENTE DE ENDEMIAS  
TEC ENFERMAGEM  
ATEND. DE CONS. DENTARIO AA-5  
AUX. DE SERVICOS GERAIS AA-1  
AGENTE DE ENDEMIAS  
TEC ENFERMAGEM  
ATEND. DE CONS. DENTARIO AA-5  
AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE  
AUX. DE ENFERMAGEM AA-5  
AUX. DE SERVICOS GERAIS AA-1  
AUX. DE ENFERMAGEM AA-5  
AGENTE DE ENDEMIAS  
AUX. DE SERVICOS GERAIS AA-1  
  
AUX. DE SERVICOS GERAIS AA-1  
AUX. DE ENFERMAGEM AA-5  
TEC ENFERMAGEM  
EDUCADOR FISICO  
AUX. DE SERVICOS GERAIS AD-3  
AUX. DE ENFERMAGEM AA-5  
ASSISTENTE SOCIAL  
PEDAGOGO  
AUXILIAR ADMINISTRATIVO AD-2  
AUX. DE SERVICOS GERAIS AA-1  
AUXILIAR ADMINISTRATIVO AD-2  
AUXILIAR ADMINISTRATIVO AD-2  
PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 3  
AUXILIAR ADMINISTRATIVO AD-2  
ELETRICISTA  
AUX. DE SERVICOS GERAIS AA-1  
AUX. DE SERVICOS GERAIS AA-1  
MESTRE DE OBRAS  
AUX. DE SERVICOS GERAIS AA-1  
GARI AA-12  
FISCAL DE INFRAESTRUTURA AD-4  
AUX. DE SERVICOS GERAIS AD-3  
AUXILIAR ADMINISTRATIVO AD-2  
AUXILIAR ADMINISTRATIVO AD-2  
AUX. DE SERVICOS GERAIS AA-1  
AUX. DE SERVICOS GERAIS AA-1  
ELETRICISTA  
AUX. DE SERVICOS GERAIS AA-1  
AUXILIAR ADMINISTRATIVO AD-2  
AUX. DE SERVICOS GERAIS AA-1  
AUX. DE SERVICOS GERAIS AA-1  
MOTORISTA AA-14  
AUX. DE SERVICOS GERAIS AA-1  
AUX. DE SERVICOS GERAIS AA-1  
AUX. DE SERVICOS GERAIS AA-1  
AUX. DE SERVICOS GERAIS AA-1  
PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO I - 1  
AUX. DE SERVICOS GERAIS AA-1  
SECRETARIO ESCOLAR  
SECRETARIO ESCOLAR  
SECRETARIO ESCOLAR  
AUX. DE SERVICOS GERAIS AA-1  
AUX. DE SERVICOS GERAIS AA-1  
AUX. DE SERVICOS GERAIS AA-1  
SECRETARIO ESCOLAR  
SECRETARIO ESCOLAR  
SECRETARIO ESCOLAR  
PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 4  
PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 3  
PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 1  
PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 6  
PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 10  
PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 9  
AUXILIAR ADMINISTRATIVO AD-2  
PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 3



ANA CLAUDIA FERNANDES	SECRETARIO ESCOLAR
ANA CLEUMA DE LIMA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 5
ANA FLAVIA FERNANDES DA SILVA	SECRETARIO ESCOLAR
ANALINE QUEIROZ DA SILVA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 4
ANTONIA ELENIR ALMEIDA MORAIS	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 4
ANTONIO ALVES DE PAIVA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 4
ANTONIO BANDEIRA FILHO	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 3
ANTONIO IVANILDO NOGUEIRA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 3
ANTONIO MARCOS MACIEL CORDEIRO	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 2
ANTONIO PEREIRA DOS SANTOS	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 5
ANTONIO PIMENTEL FILHO	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 4
ARLENE PAULA DA SILVA LIMA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 5
CAMILA PEREIRA DA COSTA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 4
CARMEM SILVA LOPES	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 4
CEZANILDO ALENCAR DA SILVA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 1
COSMA AMBROSIO SABINO	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 3
CRISTIANA GOMES DOS SANTOS	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 5
CRISTIANE LOPES MUNIZ DE OLIVEIRA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 5
DALVA STELA SILVA DE ANDRADE	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 1
DAMIAO AMBROSIO SABINO	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 3
DAVILA BRENA CORREIA	AUX. DE SERVICOS GERAIS AA-1
DIANA MARCIA AVELINO DE SOUZA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 5
DOUGLAS NOGUEIRA DE OLIVEIRA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 6
EDINEUDO FACO	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 6
EDMILSON LOPES FILHO	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 3
EDNARDO COSME DA SILVA	MONITOR DE INFORMATICA
EDNARDO OLIVEIRA DOS ANJOS	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 5
ELANIA COSME DA SILVA DANTAS	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 8
ENEIDA MARIA LIMA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 2
ERANDI FERREIRA DA SILVA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 6
ERIDICE PAULO DA SILVA NASCIMENTO	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 9
EVANILDO OLIVEIRA DE QUEIROZ	AUX. DE SERVICOS GERAIS AA-1
FABIANA MARIA DA SILVA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 6
FERNANDA ALVES LOPES	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 4
FRANCISCA CLAUDINEIA DOS SANTOS	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 5
FRANCISCA GELMA SABINO DA SILVA	AUX. DE SERVICOS GERAIS AA-1
FRANCISCA IRANILDES PEREIRA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 6
FRANCISCA NEUMA SILVA DE OLIVEIRA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 4
FRANCISCO ADRIANO NUNES LIMA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 5
FRANCISCO AIRTON DA SILVA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 3
FRANCISCO ARI DE OLIVEIRA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 3
FRANCISCO CARLOS PEREIRA FREITAS	PROFESSOR EDUC FISICA
FRANCISCO CHAGAS DE ARAUJO	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 8
FRANCISCO CHAVES FERNANDES	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 5
FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA CARIAS	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 3
FRANCISCO DIONES DOS SANTOS	PROFESSOR EDUC FISICA
FRANCISCO FELISBERTO FERREIRA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 5
FRANCISCO GLAUCIANO LIMA DA SILVA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 3
FRANCISCO JOSE ALVES	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 5
GIL CELIO CAVALCANTE	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 2
GILSON FREITAS CAVALCANTE	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 4
GLEIDE EDUARDO JERONIMO	AUX. DE SERVICOS GERAIS AD-3
IRACEMA DOS SANTOS ALVES	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 6
IVONE LOPES MUNIZ	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 10
IZAURITA FRANCISCA DE ARAUJO SOUZA	PROFESSOR EDUC FISICA
JANE SANTIAGO SANTOS	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 4
JOAQUIM SILVA PEREIRA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 6
JOSE FRANCISCO	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 3
JOSE LAUREANO PEREIRA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 5
JOSE REINALDO MEDEIROS BEZERRA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 6
KATIA CILENE RIBEIRO LOPES	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 6
LIDUINA ALVES DODO	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 4
LINDOCELHO FERREIRA LIMA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 2
LUCILANE FERREIRA SILVA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 4
LUIS NOGUEIRA NETO	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 3
LUIZ ALVES DOS SANTOS FILHO	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 1
MAGNADIA CORREIA COSTA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 3
MARCELO MENDES DE FREITAS	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 3
MARCIA COSME FERREIRA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 1
MARCILEIDE COSME DE OLIVEIRA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 4
MARIA AURICELIA ALVES FERREIRA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 2
MARIA CECI LOPES	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO I - 1
MARIA CELIA ALEXANDRE DE OLIVEIRA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 5
MARIA CLARICE RODRIGUES ROMAO	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 5



MARIA CLAUDENES FREIRES CORDEIRO	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 3
MARIA CLEIDES DA SILVA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 4
MARIA CONSOLACAO MARCOS	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 5
MARIA DELVANIA ALVES DOS SANTOS	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 4
MARIA EDICLER DE SOUZA FREITAS	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 4
MARIA ELIENE FERREIRA MARCOS	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 5
MARIA ELIVANDIA MENDES LOPES	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 5
MARIA ERINEUDES LOPES DA SILVA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 3
MARIA EVILANIA BRAGA DA SILVA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 5
MARIA JOELMA ALVES PIMENTEL	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 6
MARIA LUCI PEREIRA DE OLIVEIRA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 5
MARIA MARLENE DE OLIVEIRA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 3
MARIA MARLENE DOS SANTOS COSTA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 3
MARIA MILDREDE DE MORAIS	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 4
MARIA RAIMUNDA DE LIMA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 2
MARIA ROZANGELA CORREIA ALVES	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 4
MARIA SILVANIA LOPES	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 5
MARIA SOCORRO LIMA DA SILVA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 2
MARIA CLEIDES DA SILVA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 4
MARIA EDICLER DE SOUZA FREITAS	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 4
MARIA VANDA SEDA RODRIGUES	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 3
MARIA VELEDA EDUARDO BRASIL	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 5
MARIA VIEIRA DOS SANTOS ALVES	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 5
MARIA ZILMA DA SILVA TEOFILO	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 7
MARLI FERREIRA DA SILVA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 5
MAURICELIO ALVES DA SILVA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 4
MEIRIANE DA SILVA PINHEIRO	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 4
MIRLE MARIA AVELINO DE SOUZA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 3
OLIVANDIA OLIVEIRA LOPES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO AD-2
PAULO MIKI OLIVEIRA DANTAS	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 4
RAIMUNDA FERREIRA DE SOUSA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 4
RAIMUNDO DE PAULO NOGUEIRA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 3
RAIMUNDO NILTON DA COSTA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 1
RAYSSA ALVES BARBOSA	PROFESSOR EDUC FISICA
RITA PEREIRA DA COSTA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 5
RONILDO ANDRADE SALES	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 5
ROSA LUCIA DO REGO FALCAO PEREIRA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 5
SERGIO BARROS DE OLIVEIRA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 4
SUELENA PAULA COSTA FREIRE	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 5
TAIZA SANTOS DE AGUIAR	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 5
THAIS SANTOS DE OLIVEIRA JONGE	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 4
THIAGO DE FREITAS SILVA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 6
VALENTIM FRANCISCO DE FREITAS NETO	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 6
VANIA CLEMENTINO LOPES	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 4
VANUSA BENICIO LOPES	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 4
VERONICA HOLANDA DA SILVA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 9
VIVIANE CIRILO DA SILVA LIMA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 4
WAGNA REGIS CASTRO ALVES	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 6
WARLISON DA SILVA SARAIVA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 5
ANTONIO VAGNER DE LIMA	SECRETARIO DE CULTURA
FRANCISCO ROBERIO DA SILVA	SECRETARIO ESCOLAR
PAULO JOSE FREITAS DE OLIVEIRA	PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO II - 5
NELMA MARIA BEZERRA FACO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO AD-2
VANGELA SIMÃO COSTA	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS AD-3

Em cumprimento ao disposto no § 2º do artigo 426 do Código de Processo Penal, faz-se a transcrição dos artigos 436 a 446 desse diploma legal:

Art. 436 – O serviço do júri é obrigatório. O alistamento compreenderá os cidadãos maiores de 18 (dezoito) anos de notória idoneidade.

§ 1º. Nenhum cidadão poderá ser excluído dos trabalhos do júri ou deixar de ser alistado em razão de cor ou etnia, raça, credo, sexo, profissão, classe social ou econômica, origem ou grau de instrução.

2º. A recusa injustificada ao serviço do júri acarretará multa no valor de 1 (um) a 10 (dez) salário mínimo, a critério do juiz, de acordo com a condição econômica do jurado.

Art. 437. Estão isentos do serviço do júri:

- I – o Presidente da República e os Ministros de Estado;
- II – os Governadores e seus respectivos Secretários;
- III – os Membros do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras Distrital e Municipal;
- IV – os Prefeitos Municipais;
- V – os Magistrados e membros do Ministério Público e da Defensoria Pública;
- VI – os servidores do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública;
- VII – as autoridades e os servidores da polícia e da segurança pública;
- VIII – os militares em serviço ativo;



- IX – os cidadãos maiores de 70 (setenta) anos que requeiram sua dispensa;  
X – aqueles que requererem, demonstrando justo impedimento.

Art. 438. A recusa ao serviço do júri fundada em convicção religiosa, filosófica ou política importará no dever de prestar serviço alternativo, sob pena de suspensão dos direitos políticos, enquanto não prestar o serviço imposto.

§ 1º. Entende-se por serviço alternativo o exercício de atividades de caráter administrativo, assistencial, filantrópico ou mesmo produtivo, no Poder Judiciário, na Defensoria Pública, no Ministério Público ou em entidade conveniada para esses fins.

§ 2º. O Juiz fixará o serviço alternativo atendendo aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

Art. 439. O exercício efetivo da função de jurado constituirá serviço público relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral e assegurará prisão especial, em caso de crime comum, até o julgamento definitivo.

Art. 440. Constitui também direito do jurado, na condição do art. 439 deste Código, preferência, em igualdade de condições, nas licitações públicas e no provimento mediante concurso, de cargo ou função pública, bem como nos casos de promoção funcional ou remoção voluntária.

Art. 441. Nenhum desconto será feito nos vencimentos ou salário do jurado sorteado que comparecer a sessão do júri.

Art. 442. Ao jurado que, sem causa legítima, deixar de comparecer no dia marcado para a sessão ou retirar-se antes de ser dispensado pelo presidente será aplicada multa de 1 (um) a 10 (dez) salários mínimos, a critério do Juiz, de acordo com a sua condição econômica.

Art. 443. Somente será aceita escusa fundada em motivo relevante devidamente comprovado e apresentada, ressalvadas as hipóteses de força maior, até o momento da chamada dos jurados.

Art. 444. O jurado somente será dispensado por decisão motivada do juiz presidente, consignada na data dos trabalhos.

Art. 445. O jurado, no exercício da função ou a pretexto de exercê-la, será responsável criminalmente nos mesmos termos em que são os juízes togados.

Art. 446. Aos suplentes, quando convocados são aplicáveis os dispositivos referentes às dispensas, faltas e escusas e à equiparação de responsabilidades penal prevista no art. 445 deste Código.

Encerrada a lista, para que chegue ao conhecimento de todos, mandou o MM. Juiz expedir o presente EDITAL, que deverá ser publicado no Diário da Justiça e afixado à porta do Tribunal do Júri na forma do art. 426 do CPP.

Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Ocara, Estado do Ceará, aos 10 (dez) dias do mês de outubro de 2022. Eu, ANTONIA SOLANGE FERREIRA NOBRE DA SILVA, servidora à disposição, o digitei. E eu, Francisco Gomes Duarte, Supervisor de Secretaria, conferi e subscrevi.

**VICTOR DE RESENDE MOTA**  
**JUIZ DE DIREITO**

#### **EDITAL DE ALISTAMENTO DE JURADOS - PROVISÓRIA**

A Dra. **AMAIARA CISNE GOMES**, Juíza Presidente do Tribunal do Júri, respondendo pela Comarca de Reriutaba e agregada de Varjota, por nomeação legal, etc.

**FAZ SABER** aos que o presente **EDITAL DE ALISTAMENTO PROVISÓRIO DE JURADOS DA COMARCA DE VARJOTA** virem e/ou dele tomarem conhecimento, que nesta data, depois de observadas as disposições do Código de Processo Penal e o Código de Organização Judiciária do Estado do Ceará, foi organizada a **LISTA GERAL DOS JURADOS** que deverão servir nas Sessões Ordinárias e/ou Extraordinárias do Tribunal do Júri da Comarca de Varjota, relativamente ao ano de 2023, assim composta:

ADRIANO SOUSA FERREIRA	PROFESSOR
ANDRE FREIRE SIQUEIRA	FUNCIONÁRIO PÚBLICO
ALLAN KARDEC ARAUJO LOIOLA	PROFESSOR
ANA LÍCIA ALVES ROCHA BARROS	DIRETORA
ANA CINTHYA MEDEIROS	ASSISTENTE SOCIAL
ANA VERIDIANA LIRA LOPES	PROFESSORA
ANTONIA CELIA CARNEIRO MATOS	PROFESSORA
ANTONIA CLEIA CAMELO	PROFESSORA
ANTONIA CLEANA RIBEIRO RODRIGUES	FUNCIONÁRIA PÚBLICA



ANTONIA THAYANE FERREIRA LINHARES	COMERCIÁRIA
ANTONIA MELLICE XIMENES	ESTUDANTE
ANTONIO FELIPE MORORÓ MUNIZ	ESTUDANTE
ANTONIO FABRICIO XIMENES	AGENTE DE ENDEMIAS
ANTONIO JUNIOR DE OLIVEIRA SILVA	GUARDA MUNICIPAL
ANTONIO LAMBERTO DE CASTRO	PROFESSOR
ANTONIO THADEU DANTAS XIMENES	PROFESSOR
ARGENALDO MESQUITA CARVALHO	TÉC. ENFERMAGEM
ARMANDO ARAGÃO ALVES	ENFERMEIRO
BENEDITA EUSELANE RIBEIRO	PROFESSORA
CARLOS DORNELLES LOPES MONTE	PROFESSOR
CARLOS MOESIO TELES RAMOS	AGENTE ADMINISTRATIVO
DANIA LOYDE LOPES	PROFESSOR
DERIVALDO MELO DE SOUSA	PROFESSOR
ELAINE RODRIGUES NOBRE	PROFESSORA
EDNALDO LIMA DE OLIVEIRA	PROFESSOR
ERISON ALVES CAMELO	AGRICULTOR
ERIVALDO ALVES CAMELO	AGENTE DE ENDEMIAS
FERNANDA BESERRA RODRIGUES	PROFESSORA
FRANCISCA IVONETE MARQUES UMBELINO	AGENTE ADMINISTRATIVO
FRANCISCA KEILA ARAGÃO XEREZ	PROFESSORA
FRANCISCO AMADEU MOURA DO NASCIMENTO	AGENTE DE ENDEMIAS
FRANCISCO CLEITON MELO MESQUITA JÚNIOR	AGENTE DE ENDEMIAS
FRANCISCO DAS CHAGAS URSOLINO	AGENTE ADMINISTRATIVO
FRANCISCO DALZILIO CASTOR	FUNCIONÁRIO PÚBLICO
FRANCISCO ANTONIO ALVES JÚNIOR	PROFESSOR
FRANCISCO PHELIPE GOMES PONTES	ENGENHEIRO
FRANCISCA BRUNA AVELINO	FUNCIONÁRIA PÚBLICA
FRANCISCA GRACIETE LIRA LOPES	FUNCIONÁRIA PÚBLICA
FRANCISCA MARCELA DE OLIVEIRA ALVES	PROFESSORA
FRANCION MACIEL ROCHA	PROFESSOR
GERARDO PEREIRA MATIAS	TÉC. ENFERMAGEM
GUILHERME XIMENES CASTELO BRANCO	PROFESSOR
HELAIDIANE LIRA MESQUITA	PROFESSORA
JANAINA CLAUDIA BATISTA BERTOLDO	PROFESSORA
JO LOPES SOARES FILHO	ENFERMEIRO
JOANA DARK RODRIGUES LEITÃO	PROFESSORA



JOSE RODRIGUES FREIRE	FUNCIONÁRIO PÚBLICO
JOSÉ DE NAZARÉ AZEVEDO CAMELO	AGENTE DE ENDEMIAS
JOSÉ MATIAS MESQUITA	PROFESSOR
JOSÉ NILSON NOBRE MESQUITA	PROFESSOR
INARA ALVES DE OLIVEIRA	PROFESSORA
KARLA MAYARA CARNEIRO	PROFESSORA
KÉLVIA MARIA LINHARES	COMERCIÁRIA
LARISSA MARIA VASCONCELOS SÁ OLIVEIRA	PROFESSORA
LANNARA PONTES DE SOUSA	ESTUDANTE
LANNA ROBERTA PAIVA MONTE CRISÓSTOMO	COMERCIANTE
LORENNALY VIA VERISSIMO SILVA	FARMACÊUTICA
LUCIVANIA ALVES XIMENES	PROFESSORA
LUIS FERNANDO DE OLIVEIRA	FUNCIONÁRIO PÚBLICO
MARA JANE PAULINO XIMENES	PROFESSORA
MARCIANA MARTINS LOPES	PROFESSORA
MARCOS HANRI LINO NUNES	PROFESSOR
MARIA ALTANISA SOARES LIMA	PROFESSORA
MARIA CONCEIÇÃO VIEIRA DA SILVA	PROFESSORA
MARIA DAS GRAÇAS NOBRE	PROFESSORA
MARIA TEREZA XIMENES DE OLIVEIRA PIMENTEL	FUNCIONÁRIA PÚBLICA
MARIA DAS DORES MARTINS VASCONCELOS	PROFESSORA
MARIA ENILDA MESQUITA	PROFESSORA
MARIA IVANIRA MESQUITA RIBEIRO	PROFESSORA
MARIA LEDA CAETANO	PROFESSORA
RAIMUNDO NONATO DA SILVA	PADEIRO
PAMELA DOURADO LOPES	PROFESSORA
PEDRO ADÃO GUILHERME BASTOS	ESTUDANTE
NADJA GISLANE PASSOS	PROFESSORA
RAFAEL PIRES MARTINS	PROFESSOR
RITA HELED OLIVEIRA ROCHA	PROFESSORA
ROSA MARIA ALVES FILHA	PROFESSORA
SÍRIA CARLA MORORÓ MIRANDA	COMERCIÁRIA
VIVIANE ALVES FEIJÃO	FUNCIONÁRIO PÚBLICO
WILLIAN MUNIZ MELO	FUNCIONÁRIO PÚBLICO

**Faz saber, ainda que:**

a) a Comarca de Reriutaba e Comarca Agregada de Varjota são consideradas, segundo o Código de Processo Penal, de menor população, nos termos do art. 425, caput, parte final;

b) dispõe o Código de Processo Penal, verbis:

Art. 436. O serviço do júri é obrigatório. O alistamento compreenderá os cidadãos maiores de 18 (dezoito) anos de notória idoneidade.



§ 1º Nenhum cidadão poderá ser excluído dos trabalhos do júri ou deixar de ser alistado em razão de cor ou etnia, raça, credo, sexo, profissão, classe social ou econômica, origem ou grau de instrução.

§ 2º A recusa injustificada ao serviço do júri acarretará multa no valor de 1 (um) a 10 (dez) salários mínimos, a critério do juiz, de acordo com a condição econômica do jurado.

Art. 437. Estão isentos do serviço do júri:

I – o Presidente da República e os Ministros de Estado;

II – os Governadores e seus respectivos Secretários;

III – os membros do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras Distrital e Municipais;

IV – os Prefeitos Municipais;

V – os Magistrados e membros do Ministério Público e da Defensoria Pública;

VI – os servidores do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública;

VII – as autoridades e os servidores da polícia e da segurança pública;

VIII – os militares em serviço ativo;

IX – os cidadãos maiores de 70 (setenta) anos que requeiram sua dispensa;

X – aqueles que o requererem, demonstrando justo impedimento.

Art. 438. A recusa ao serviço do júri fundada em convicção religiosa, filosófica ou política importará no dever de prestar serviço alternativo, sob pena de suspensão dos direitos políticos, enquanto não prestar o serviço imposto.

§ 1º Entende-se por serviço alternativo o exercício de atividades de caráter administrativo, assistencial, filantrópico ou mesmo produtivo, no Poder Judiciário, na Defensoria Pública, no Ministério Público ou em entidade conveniada para esses fins.

§ 2º O juiz fixará o serviço alternativo atendendo aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

Art. 439. O exercício efetivo da função de jurado constituirá serviço público relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral e assegurará prisão especial, em caso de crime comum, até o julgamento definitivo.

Art. 440. Constitui também direito do jurado, na condição do art. 439 deste Código, preferência, em igualdade de condições, nas licitações públicas e no provimento, mediante concurso, de cargo ou função pública, bem como nos casos de promoção funcional ou remoção voluntária.

Art. 441. Nenhum desconto será feito nos vencimentos ou salário do jurado sorteado que comparecer à sessão do júri.

Art. 442. Ao jurado que, sem causa legítima, deixar de comparecer no dia marcado para a sessão ou retirar-se antes de ser dispensado pelo presidente será aplicada multa de 1 (um) a 10 (dez) salários mínimos, a critério do juiz, de acordo com a sua condição econômica.

Art. 443. Somente será aceita escusa fundada em motivo relevante devidamente comprovado e apresentada, ressalvadas as hipóteses de força maior, até o momento da chamada dos jurados.

Art. 444. O jurado somente será dispensado por decisão motivada do Juiz Presidente, consignada na ata dos trabalhos.

Art. 445. O jurado, no exercício da função ou a pretexto de exercê-la, será responsável criminalmente nos mesmos termos em que o são os juízes togados.

Art. 446. Aos suplentes, quando convocados, serão aplicáveis os dispositivos referentes às dispensas, faltas e escusas e à equiparação de responsabilidade penal prevista no art. 445 deste Código.

c) o jurado que tiver integrado o Conselho de Sentença nos 12 (doze) meses que antecederem à publicação da lista geral fica dela excluído, nos termos do art. 426, § 4º, do Código de Processo Penal.

Ademais, adverte que a lista de jurados poderá ser alterada, de ofício ou mediante reclamação de qualquer do povo, ao Juiz Presidente, até a data em que ocorrerá sua publicação definitiva (CPP, art. 426, § 1º). Finalmente, determinou o MM. Juiz Presidente a publicação do presente edital no Diário da Justiça do Estado do Ceará, bem como a sua afixação à porta do Tribunal do Júri. (CPP, art. 426, caput)

E, para que chegue ao conhecimento de todos, mandei expedir o presente **EDITAL**, que será publicado no Diário da Justiça do Estado do Ceará e afixado no local de costume. Dado e passado nesta Comarca Reriutaba, Estado do Ceará, aos 16 (dezesesseis) dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte dois (2022). Eu, *João Wandick Diogo Soares Filho*, Supervisor de Entrância Inicial, matrícula (41869), o digitei e subscrevi.

**AMAIARA CISNE GOMES**

Presidente do Tribunal do Júri

#### **P O R T A R I A N.º 21/2022-C504VCIV001**

DISPÕE SOBRE ESCALA DE TRABALHO 1ª VARA CÍVEL PLANTÃO JUDICIÁRIO DIA 30/12/2022.

O Meritíssimo Dr. Francisco Marcello Alves Nobre, Juiz de Direito em respondência pela 1ª Vara Cível da Comarca de Aquiraz-CE, no uso de suas atribuições legais, etc.

**CONSIDERANDO** em cumprimento da escala de plantão judiciário publicada no Diário de Justiça Eletrônico, dia 27/10/2022 as fls. 07.

**CONSIDERANDO** as disposições constitucionais inseridas pela Emenda Constitucional nº 45, de 31 de dezembro de 2004, em especial pelo art. 93, inciso XII, concernente à continuidade da prestação jurisdicional nos dias em que não houver expediente normal no âmbito do 1º grau de jurisdição;

**CONSIDERANDO** o que estabelecem a Resolução 244, de 12 de setembro de 2016, do Conselho Nacional de Justiça, e a Resolução nº 29/2016, do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado, do Ceará que dispõe sobre a regulamentação do expediente forense no período natalino, da suspensão de prazos processuais e dão outras providências;

**CONSIDERANDO** as disposições da Resolução nº 16, de 22 de novembro de 2007, do Tribunal Pleno, que regulamenta o Plantão Judiciário do Interior do Estado e dá outras providências;

**CONSIDERANDO** as disposições das Resoluções nº 17 de 15 de dezembro de 2011, do Tribunal Pleno, nº 10 de 27 de setembro de 2013 e nº 29 de 23 de novembro de 2016, ambas do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, que tratam sobre regime de plantão judiciário em primeiro e segundo graus de jurisdição no período natalino e dá outras providências

**RESOLVE:**





Art. 1º - Designar os seguintes servidores para atuarem no plantão dos dias 30 de dezembro de 2022, no 4º Núcleo Regional de Custódia e de Inquérito, sediado em Caucaia, da seguinte forma:

Data	Servidor/Cargo	Matrícula	Formato de trabalho
30/12/2022	Michele de Sousa Ribeiro – Supervisora de Unidade Judiciária	24100	Presencial no 4º núcleo de custódia e inquéritos – Comarca de Caucaia
30/12/2022	Cynthya Kalyne da Silva Lima – Assistente de unidade Judiciária	41033	Presencial no 4º núcleo de custódia e inquéritos – Comarca de Caucaia
30/12/2022	Antonio Rodrigo Melo da Silva – Assistente de apoio	46702	Presencial no 4º núcleo de custódia e inquéritos – Comarca de Caucaia
30/12/2022	Sandra Ferreira de Andrade e Castro – técnica judiciária	362	Presencial no 4º núcleo de custódia e inquéritos – Comarca de Caucaia
30/12/2022	Lara Menezes Pedrosa Carlos - Cedida Prefeitura	47958	Presencial no 4º núcleo de custódia e inquéritos – Comarca de Caucaia
30/12/2022	João Gabriel Bomfim Silva - Estagiário	45356	Remoto - teletrabalho

Art. 2º – Fica designada para possível substituição a servidora Erica Jaine Alencar de Albuquerque Masiero – Analista judiciária, mat. 8322, caso a servidora Cynthya Kalyne da Silva Lima já tenha entrado de licença maternidade, haja vista que está gestante.

Esta Portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Aquiraz/CE, 17 de novembro de 2022.

Francisco Marcello Alves Nobre  
**Juiz de Direito, em respondência**

#### PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Paracuru  
Vara Única da Comarca de Paracuru  
Rua São João Evangelista, S/N, Campo - CEP 62680-000, Fone: (85) 98704-6664, Paracuru-CE - E-mail: paracuru@tjce.jus.br

#### PORTARIA Nº 20/2022

Dispõe sobre o feriado municipal no dia 22 de novembro de 2022 na Comarca de Paracuru, Estado do Ceará.

O Dr. **PEDRO MARCOLINO COSTA**, MM. Juiz de Direito em Respondência da Vara Única da Comarca de Paracuru, no uso de suas atribuições legais.

**CONSIDERANDO** os termos da Lei municipal nº 1.992, datada de 19 de novembro de 2021, que institui feriado o dia 22 de novembro por tratar-se de data comemorativa de emancipação política do município de Paracuru/CE;

#### RESOLVE:

**Art. 1º** - DETERMINAR que não haverá expediente forense na Comarca de Paracuru/CE no dia 22 de novembro de 2022, e designar para o Plantão os seguintes servidores: **Bruna Lorena Bessa Silva**, mat. 47499, Supervisora de Unidade Judiciária; **Kélvia Ravenna Teixeira de Menezes**, mat. 46710, Assistente de Apoio; e **João do Espírito Santo Vitoriano**, mat. 1500, Oficial de Justiça, para exercerem suas funções durante o plantão do dia 22 de novembro de 2022, com funcionamento de 08h00 às 14h00;

**Art. 2º** - Os eventuais prazos processuais que se vencerem na data acima enumerada estarão prorrogados para o próximo dia útil seguinte;

**Art. 3º** - A presente Portaria deverá ser fixada no átrio do Fórum e publicada no Diário da Justiça Eletrônico, devendo ainda, serem científicas de seu teor, a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e a Corregedoria-Geral da Justiça do Ceará.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.



Paracuru-CE, 17 de novembro de 2022.

**PEDRO MARCOLINO COSTA**  
Juiz de Direito em Respondência

**PORTARIA Nº 07/2022**

A Juíza de Direito **DRA. VERÔNICA MARGARIDA COSTA DE MORAES** Titular da 1ª Vara Cível da Comarca de Baturité, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, etc.

**CONSIDERANDO** o período de férias da Sra. **ANTONIÊTA FERREIRA DOS SANTOS**, Diretora de Secretaria da 1ª Vara Cível desta Comarca, GAJ1, mat. 610-1-8, de 1º a 10 de dezembro de 2022, e ainda, que os serviços pertinentes à referida serventia não poderão sofrer solução de continuidade;

**RESOLVE** designar a Servidora **MARIA HELENA SOARES BARROSO**, Auxiliar Judiciário, Mat.: 833, lotada na 1ª vara Cível desta comarca de Baturité/CE, para, no período compreendido entre 1º a 10 de dezembro de 2022 assumir, em caráter de substituição, a Diretoria da 1ª Vara Cível desta comarca, fazendo jus aos direitos permitidos por Lei e as anotações de praxe.

Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Baturité/CE, 16 de novembro de 2022

**Dra. Verônica Margarida Costa de Moraes**  
Juíza de Direito

**PORTARIA Nº 02/2022**

*Estabelece escala de servidores para atuar em Plantão Judiciário do 2º Núcleo Regional de Custódia e de Inquérito.*

O **Dr. Airton Jorge de Sá Filho**, MM Juiz de Direito Titular desta 2ª Vara Cível da Comarca de Icó, no uso de suas atribuições legais, etc.

**CONSIDERANDO** o teor da Resolução do Órgão Especial nº 29/2022, disponibilizada no DJE de 29/09/2022, a qual dispõe sobre o regime de Plantão Judiciário em Primeiro e Segundo Graus de Jurisdição no Poder Judiciário do Estado do Ceará;

**CONSIDERANDO** a Portaria nº 2248/2022, da lavra do Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, disponibilizada no DJE de 27/10/2022, a qual estabelece a Escala de Plantão do Primeiro Grau das Comarcas do Interior do Estado do Ceará, a ser observada pelas Unidades Judiciárias integrantes dos Núcleos Regionais de Custódia e de Inquérito, referente ao interstício compreendido entre os dias 20 de novembro de 2022 e 06 de janeiro de 2023;

**CONSIDERANDO** a necessidade de designação de servidores para auxiliar o magistrado plantonista nos dias do plantão, tanto na modalidade presencial como na modalidade remota, conforme estabelece o art. 2º da Portaria nº 2270/2022 da lavra do Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, disponibilizada no DJE de 28/10/2022;

**CONSIDERANDO**, por fim, que a compensação pelo exercício do Plantão Judiciário para servidores do Poder Judiciário do Estado do Ceará foi regulamentada pela Resolução do Órgão Especial nº 33/2022, disponibilizada no DJE de 03/11/2022;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Designar os seguintes servidores desta 2ª Vara Cível da Comarca de Icó para atuar no plantão judiciário do dia 08 de dezembro de 2022 no 2º Núcleo Regional de Custódia e de Inquérito, sediado em Iguatu, da seguinte forma:

SERVIDOR	CARGO	Matrícula	MODALIDADE
Beatriz Carlos Viana	Supervisora de Unidade	47582	PRESENCIAL
Ana Joicy Costa Farias	Servidora à disposição	47121	PRESENCIAL
Amanda de Sousa Severo Pereira	Assistente de Apoio	47879	PRESENCIAL
Eduardo Gustavo Barcelos Correia	Servidor à disposição	47124	PRESENCIAL
Franklin Kelwen Alencar Mesquita	Servidor à disposição	47125	PRESENCIAL

**Art. 2º.** Fica estabelecido que o(a) servidor(a) plantonista fará jus a 02 (dois) dias de folga para cada dia trabalhado no Plantão Judiciário, conforme art. 1º da Resolução do Órgão Especial nº 33/2022.

**Art. 3º.** Os servidores escalados para atuar presencialmente farão jus à diárias e indenização de transporte, nos termos da Resolução do Órgão Especial nº 12/2019.

**Art. 4º.** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Icó (CE), 17 de novembro de 2022.

**Airton Jorge de Sá Filho**  
Juiz

**SUMÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**

Presidente	Desa. Maria Nalide Pinheiro Nogueira - Presidente
Endereço	Av. General Afonso Albuquerque Lima, S/N. Cambé - CEP: 60822-325
Telefone	(85) 3207-7000
Internet	www.tjce.jus.br

Diário da Justiça Eletrônico

<b>TRIBUNAL DE JUSTIÇA</b>	<b>2</b>
<b>PORTARIAS, PROVIMENTOS E OUTROS ATOS DA PRESIDÊNCIA</b>	<b>2</b>
<b>EDITAIS, AVISOS E PEDIDOS DE VISTA</b>	<b>19</b>
<b>DIRETORIA DO FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA</b>	<b>20</b>
PORTARIAS, ATOS, DESPACHOS E OUTROS EXPEDIENTES	20
EXPEDIENTES ADMINISTRATIVOS DOS JUÍZOS (PORTARIAS)	21
<b>COMARCAS DO INTERIOR</b>	<b>21</b>
PORTARIAS E ATOS ADMINISTRATIVOS DOS JUÍZOS DAS COMARCAS DO INTERIOR	21